

**PROGRAMA
DEMOCRÁTICO-SOCIALISTA PARA NITERÓI**



PSOL

Mudança de Verdade!

Os defensores da velha política dizem que “eles”, se forem eleitos, serão “melhores governantes”. Nós do PSOL dizemos o contrário: só seremos eleitos se a população acreditar que ela pode mudar esta cidade; seremos apenas porta-vozes de seus anseios, uma “voz” de um “coro” infinitamente maior.

Os “velhos políticos”, que tem como forma de atuação a troca de favores, a corrupção, e a defesa de um programa que privilegia a minoria da cidade, precisam ficar no passado: o futuro deve ser de uma nova política, baseada em uma verdadeira democracia, que garanta a participação da maioria da população na definição dos rumos da cidade. É para este desafio que o PSOL convida a população de Niterói: temos que dar chance ao futuro através da defesa de uma nova política, pilar fundamental da refundação democrático-socialista de nossa cidade. Somos parte daqueles que acreditam que mudar o mundo é possível, e que uma outra Niterói é necessária.

Apresentação

O Partido Socialismo e Liberdade, depois de mais de três meses de debate e elaboração coletiva em conjunto com os movimentos sociais e a população de nossa cidade, torna público o “Programa democrático e socialista para Niterói”. Através da constituição de oito Grupos de Trabalho temáticos, nos quais analisamos os mais diversos temas que afligem a maioria dos cidadãos de nossa cidade, procuramos construir um programa que fosse baseado em um princípio que para nós é estratégico: a democracia. Plenárias, reuniões com pré-candidatos, como também de diretório e de executiva, além de dois dias de seminário, foram parte dessa caminhada em direção a outra forma de se fazer política, que priorize o protagonismo popular em detrimento das decisões de cúpula. Buscamos, dessa forma, contribuir para mudar os rumos de nossa cidade, construindo a Frente de Esquerda (PSOL, PSTU e PCB), como pólo fundamental de uma ampla frente social e política, que lute em defesa das transformações que os trabalhadores, a maioria da população de Niterói, tanto precisam.

Nosso programa de governo tem como eixo fundamental as resoluções do I Encontro Municipal do PSOL de Niterói e o programa de fundação do Partido. Mais do que um mero plano de ação tática, um programa de governo deve representar concepções programáticas amplas, que definam o tipo de sociedade que queremos, e a forma pela qual conseguiremos atingir este objetivo.

O que queremos com nosso programa de Governo

O projeto do PSOL é bem claro: para nós “a defesa do socialismo com liberdade e democracia deve ser encarada como uma perspectiva estratégica e de princípios¹”. O PSOL luta por uma sociedade verdadeiramente democrática, uma sociedade socialista. Não queremos apenas uma melhor qualidade de vida, mais escolas, moradia, trabalho, e saúde de qualidade. Queremos tudo isso e mais: a posse e o controle dos trabalhadores de todas as riquezas, de toda a produção e dos meios que a produzem; queremos a plena democracia e a participação real em todas as decisões importantes. Para isso vamos acumular forças, derrotar os setores que sustentam o capitalismo e construir a sociedade socialista. Não temos a ilusão, no entanto, de que nossa vitória eleitoral irá conseguir automaticamente esses objetivos. Temos consciência do preço que pagaremos para vencermos a resistência daqueles que hoje usufruem desta situação. Nem temos a ilusão de que ganhar o governo é ganhar todo o poder: dirigiremos uma importante parcela do poder através do controle sobre a máquina administrativa do Estado, e a colocaremos, sem dúvida, a serviço do crescimento da força, mobilização e organização das classes subalternas. Mas o poder econômico, os aparelhos repressivos, o poder judiciário e uma parcela decisiva do poder dos meios de comunicação permanecerão ainda nas mãos das classes dominantes. Por isso entendemos que nosso programa não pode vender a ilusão que Governo por si só realizará as mudanças.

Nosso Programa de Governo foi formulado a partir da constatação da correlação de forças que hoje predomina na sociedade Brasileira e em Niterói: nem tudo o que gostaríamos de realizar poderemos fazê-lo rapidamente. Mas não apenas isso: nosso Programa deve ter a consciência de que a correlação de forças não é um dado estabelecido, imóvel: a cada dia, a cada período essa correlação se altera. Portanto, nosso Programa deve ir sendo construído, de um lado, de acordo com as novas possibilidades que nosso acúmulo de forças permite. De outro lado, o próprio Programa de Governo deve ser um elemento que estimule o acúmulo de forças, na medida em que abre para a maioria da população novas possibilidades de avanço.

Niterói não é uma ilha deslocada do que acontece em nosso país e no mundo. Assim com nossas possibilidades são condicionadas pelo que acontece em outros espaços, nossos avanços também devem se refletir na realidade concreta da luta dos trabalhadores em nosso país. Esta formulação programática que alcançamos, ao dialogar com as demandas diretas dos trabalhadores e construir “pontes” com propostas de alcance estratégico para além da ordem estabelecida, tenta configurar uma proposta de transição à sociedade que queremos construir.

¹ “Socialismo com democracia, como princípio estratégico na superação da ordem capitalista.” *Programa de Fundação do Partido Socialismo e Liberdade, pág 1*

No capitalismo o Estado burguês mantém-se sempre das classes dominantes, apesar de ser “governado” pelas classes subalternas através de uma vitória eleitoral. Dessa forma, o fundamental não é apenas inverter a lógica de governo, de um Estado que antes era pautado pelas classes dominantes e agora servirá aos subalternos; a questão chave é mudar a organização do Estado, para que este perca poder em relação à sociedade civil-popular organizada.

Como conquistar o que queremos

Para efetivação de um programa socialista, nós precisamos de uma nova correlação de forças na cidade. A vitória dos socialistas em uma eleição para direção do executivo é, ao mesmo tempo, fim de um primeiro ciclo, de consolidação no interior da sociedade civil da organização das classes subalternas e dos movimentos sociais, e início de outro, o qual deve pautar necessariamente a reestruturação da organização do poder na cidade, em especial no que tange a relação entre Estado e sociedade civil. O Estado está ancorado em uma sociedade estruturada através da lógica de classe. A refundação democrática da cidade de Niterói só será possível através da existência de um amplo movimento das classes subalternas, que parta da sociedade civil em direção ao Estado.

Para nós, é possível mudar Niterói de verdade, de forma estrutural. E para que isso ocorra, a maioria da população tem que acreditar em sua força, pois ela que realizará esta mudança. É preciso assim que fique muito claro, o nosso programa não é apenas um plano de ação de um Governo: é uma proposta desafiadora de luta para todos os setores que desejam a mudança de verdade em nossa cidade. Os pontos que propusermos nesse programa só serão atingidos se obtiverem grande e coesa mobilização popular. Será o processo de lutas de uma ampla frente social e política, apoiada pelo governo Democrático e Socialista, que conquistará os objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores de nossa cidade, tendo a perspectiva de uma sociedade sem exploração, onde impere a democracia política, social e econômica. Nossos ideais sobre a cidade de Niterói só serão possíveis se a população acreditar na sua força, na sua disposição para mudar os rumos que estão colocados.

Atualmente ainda persiste um descrédito geral em torno da política. A única maneira de superarmos esse “descrédito” na política é colocando as classes subalternas em movimento. Apenas com vitórias políticas, com conquistas, que as classes subalternas aumentam sua moral e disposição para a luta. Esta construção deve ser baseada na atuação nos movimentos sociais, como também na luta em todos os terrenos de conflito de classe. Dessa forma, nosso programa de Governo tem como pilar fundamental o protagonismo popular.

Estimular o protagonismo popular, nesta proposta significa além de radicalizar a democracia dando ao povo instrumentos de decisão, estimular também toda política de potencial contra-hegemônico. A democratização da comunicação e a possibilidade de dar voz aos subalternos; a luta incessante pela universalização de uma educação pública de qualidade, pré-condição para que os trabalhadores se apropriem do conhecimento socialmente produzido; assim como a valorização da cultura popular emancipadora; uma mudança radical no sistema de transporte, que respeite os trabalhadores e usuários; a defesa de uma cidade ecologicamente sustentável; universalização do acesso e integralidade do atendimento de saúde na cidade, além de uma série de outras políticas que significam a possibilidade real de avanço para os trabalhadores.

Os defensores da velha política dizem que “eles”, se forem eleitos, serão “melhores governantes”. Nós do PSOL dizemos o contrário: só seremos eleitos se a população acreditar que ela pode mudar esta cidade; seremos apenas porta-vozes de seus anseios, uma “voz” de um “coro” infinitamente maior.

Os “velhos políticos”, que tem como forma de atuação a troca de favores, a corrupção, e a defesa de um programa que privilegia a minoria da cidade, precisam ficar no passado: o futuro deve ser de uma nova política, baseada em uma verdadeira democracia, que garanta a participação da maioria da população na definição dos rumos da cidade. É para este desafio que o PSOL convida a população de Niterói: temos que dar chance ao futuro através da defesa de uma nova política, pilar fundamental da refundação democrático-socialista de nossa cidade. Somos parte daqueles que acreditam que mudar o mundo é possível, e que uma outra Niterói é necessária.

Educação



Compreendendo a importância de uma educação crítica como uma das bases de uma real transformação social, construímos, a partir do acúmulo dos movimentos sociais, as perspectivas que transformam efetivamente o processo educacional em nossa cidade. Desta maneira, torna-se necessária uma proposta de política educacional para o Município de Niterói baseada nesse acúmulo, que traz importantes questionamentos e propostas sobre o papel da educação, e a prática de sala de aula, onde de fato o aprendizado ocorre. Nesse diálogo, o professor e a professora desempenham um papel de suma importância para construção de uma prática pedagógica crítica, de forma autônoma, e dando centralidade ao papel da coletividade comunitária nesta construção.

É fundamental nas propostas políticas de governo da Frente de Esquerda a idéia de continuidade do processo educativo, que entende que o ser humano está em constante construção. Dentro desta perspectiva, as propostas educacionais para o Município de Niterói pretendem construir a integração entre os diferentes níveis educacionais, desde a Educação Infantil até a Universidade.

A Educação como instrumento de transformação social

A oferta de educação pública no Brasil de fato nunca conseguiu alcançar plenamente o objetivo de democratizar o conhecimento, garantindo ao conjunto da população uma formação de qualidade. O problema que, nas primeiras décadas do século XX situava-se principalmente na exclusão de uma significativa parcela da população dos bancos escolares, após os anos 60, e principalmente a partir dos 90, com a “massificação” da escola pública, parece ter mudado de lugar: a falta de qualidade da educação pública passou a ocupar o centro das preocupações.

A verdade é que, embora o problema da qualidade da educação em geral, e da pública em particular, venha cada vez mais ocupando o cenário dos debates e das reivindicações da população ao redor deste tema, a questão do acesso e da permanência na escola continuam latentes. Assim, um olhar sobre a educação que tente pensá-la sob uma perspectiva transformadora deve combinar estas duas preocupações: devemos pensar um projeto de educação integral, pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, ao alcance de todos e de todas.

A hegemonia neoliberal das últimas décadas trouxe como conseqüências, no âmbito da educação pública, os precários investimentos, os baixos salários dos profissionais, a falta de condições de trabalho, a estrutura deficiente, dentre outros tantos problemas que assolam os distintos municípios brasileiros, nos quais os governantes demonstram claramente sua visão sobre a Escola Pública: “escola de pobres e para pobres”. Um conjunto de políticas públicas para a educação com este viés torna-se incapaz de cumprir as tarefas de uma educação libertadora: o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas dos educandos, em especial na sua relação com o conhecimento social historicamente acumulado, com as artes e com o trabalho não alienado.

Não se deve entender, contudo, que a ampliação do acesso à escola pública experimentada nas últimas décadas seja negativa: mais de 90% das crianças em idade escolar estarem freqüentando a escola deve ser encarado como um avanço. O que deve ser questionado é o fato de este aumento quantitativo dos educandos na escola ser acompanhado por um processo de precarização e de perda de qualidade da mesma, num intuito de fazer a escola passar a funcionar como um mero espaço onde as crianças são deixadas para que seus responsáveis possam trabalhar. Assim, o potencial libertador da escola transforma-se em seu inverso: a Escola Pública tal como os neoliberais a concebem é reduzida a um espaço de controle social.

Um quadro da rede municipal de educação de Niterói

A Rede Pública de Educação de Niterói é o reflexo de alguns fatores históricos que remetem ao período em que o município era capital do estado do Rio de Janeiro, assim como a outras características sociais como o nível de renda do município e a ação dos sucessivos governos nas últimas décadas.

Por ser ex-capital do estado, Niterói conta com um número considerável de escolas estaduais nos diferentes níveis de ensino. Entretanto, nos últimos anos, com a Lei de Diretrizes de Bases da Educação (federal) e com a Lei do Sistema de Ensino (estadual), a participação do governo estadual no ensino fundamental de Niterói tem diminuído abruptamente.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ao definir como competência dos governos estaduais a atuação prioritária no Ensino Médio e dos governos municipais no Ensino Fundamental, teve como consequência o processo de redução da atuação dos governos estaduais neste último nível de ensino. No Estado do Rio de Janeiro, com a Lei do Sistema Educacional, foi estabelecido um cronograma, com uma meta a ser cumprida em 2008, para que as escolas estaduais passassem por um processo de municipalização.

A pressa do governo estadual em se desresponsabilizar por este nível de ensino, combinada com a exigüidade da rede municipal de Niterói, fez com que, no início do ano letivo de 2008, em diversos bairros da cidade, centenas de crianças ficassem fora da escola.

É neste quadro que transparece como os sucessivos governos municipais apostaram na construção de uma Rede Pública incapaz de atender às demandas da população do município. Em uma cidade com níveis de renda, no geral, mais altos que o do restante do Estado e onde os empresários da educação têm exercido influência decisiva nos governos das últimas décadas, a opção por restringir a rede pública permitindo uma maior expansão da rede privada é evidente.

Matrículas no ensino Fundamental Ano 2006. Fonte INEP

Matrículas no ensino Fundamental		Percentual%
Total Niterói	65.651	100%
Rede Privada	21.678	33,02%
Rede Municipal	16.195	24,66%
Rede Estadual	27.778	42,31%
Rede Federal	0	0%

Para melhor entendermos o significado destes números, vale compará-los com os da cidade do Rio:

Matrículas no ensino Fundamental Ano 2006. Fonte INEP

Matrículas no ensino Fundamental		Percentual %
Total Rio	829.487	100%
Rede Privada	197.566	23,8%
Rede Municipal	591.741	71,3%
Rede Estadual	29.907	3,6%
Rede federal	10.273	1,2%

Certamente, a cidade do Rio de Janeiro conta com fatores que auxiliam a explicação da sua grande proporção de escolas municipais: uma hipótese seria o fato de a cidade ser ex-Capital Federal e ex-Estado da Guanabara, tendo, então, parte desta estrutura se transferido para o Município.

Levando em consideração que esses processos, tanto no Rio quanto em Niterói, ocorreram há décadas, o fato relevante que podemos avaliar a partir destes números é que, de fato, em Niterói não houve por parte do poder público municipal uma ação continuada que visasse à universalização da educação pública. É possível constatar com facilidade que a prefeitura de Niterói optou por uma rede pequena, voltada para aqueles que não conseguem pagar a rede particular, consagrando a idéia da escola pública como uma escola para “pobres”.

Esta idéia deve ser combatida, posto que, diferentemente do que defendem os governos neoliberais, a educação não pode ser uma mercadoria. Para que uma política de governo em Educação seja efetivamente pública, deve partir do pressuposto de que o *público* deve ter o acesso à educação, e que, para tal, o Estado deve garanti-la a todos, inclusive mediante assistência estudantil àqueles e àquelas que queiram estudar, mas não têm condições materiais para tal. Para que de fato atenda ao *público*, a Escola Pública deve ser tolerante para com as diferenças (de cor, de orientação sexual, de gênero etc.) e intransigente para com as desigualdades. Logo, deve-se partir de um entendimento de público oposto ao entendimento neoliberal, que é responsável pela verdadeira segregação promovida pelas atuais políticas de governo, que, incentivam, inclusive financeiramente, à iniciativa privada, em detrimento daquilo que deveria ser o dever do Estado: a garantia de uma Educação pública, gratuita e de qualidade para todos, e com financiamento *público* através do Estado, que é mantido com a riqueza social produzida por aqueles e aquelas que vivem do próprio trabalho.

Ao trabalharmos com a concepção de que a educação deve ser um instrumento de libertação humana, de construção de autonomia e de solidariedade entre iguais e diferentes, e de que o acesso universal ao conhecimento deve ser um fator preponderante para a democratização da sociedade, ou seja, para a construção de uma sociedade socialista e libertadora, enfrentamento das desigualdades sociais, defendemos a universalização da educação pública, com qualidade e valorização de seus profissionais.

A Rede Física

Niterói conta com 54 unidades escolares municipais, e com mais de, aproximadamente, 36 Creches Comunitárias conveniadas com a prefeitura. Como percebemos no reduzido número de matrículas na rede municipal e na crise ocorrida em 2008, por conta da falta de escolas, este quantitativo está aquém das necessidades da população mais pobre da cidade. Outro agravante é que boa parte das unidades escolares são pequenas e não possibilitam uma ampliação do número de alunos.

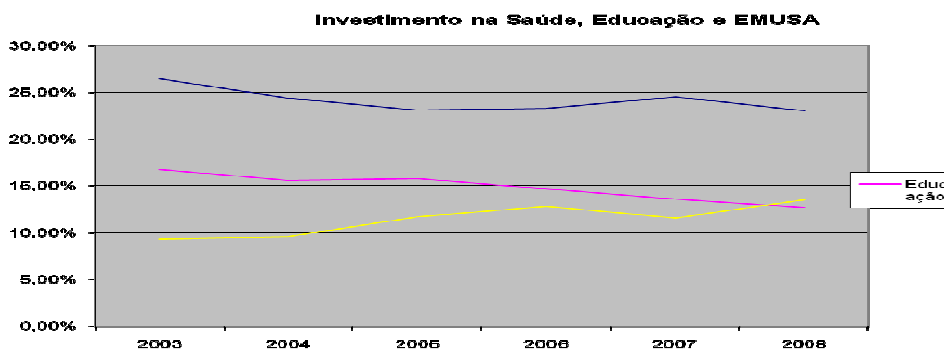
Um problema que tem sido constatado é o de que, muitas vezes, as escolas municipais têm sido construídas com estruturas verticais, como pequenos edifícios, sem uma área de recreação e para a prática de esportes, e em alguns casos com muitas escadas e mesmo com aulas no subsolo. A UMEI Marli Sarney é um exemplo deste tipo de estrutura deficiente.

A questão do Financiamento

A Legislação brasileira prevê a obrigatoriedade de investimento de 25% do orçamento municipal em educação. Além disso, através de programas federais outros recursos são repassados para o município. Em uma sociedade de classes, com imensas desigualdades como a brasileira, a escola para funcionar de maneira democrática garantindo a permanência dos alunos deve garantir uma infra-estrutura adequada.

Nos últimos anos tem sido recorrente a denúncia por parte dos profissionais da educação da pulverização do orçamento municipal da educação, com repasses para outros setores principalmente EMUSA e CLIN. Este deslocamento facilita que parcela desta verba não seja de fato investida na educação e dificulta a sua fiscalização. Além disso, a opção do governo municipal em desenvolver programas que não valorizam o espaço da escola tem promovido o seu esvaziamento.

Em um governo comprometido com a educação pública e com a transparência nas contas municipais a aplicação das verbas deve ser transparente e possível de ser acompanhada por qualquer cidadão. Além disso, sua aplicação deve ser completamente monitorada pela SME, combatendo qualquer desvio. Um exemplo de desvio de sua aplicação é o caso da ronda escolar. Todo o equipamento do programa é oriundo do orçamento da educação. Mas este equipamento como os carros por exemplo, são utilizados em outras atividades que não relacionadas a educação, como combate ao comércio informal, deteriorando o equipamento e obrigando a SME fazer mais gastos em sua manutenção.



1-Saúde,2- Educação,3- Emusa

Como vemos no gráfico anterior, nos últimos anos o orçamento da área de educação tem sido reduzido enquanto da EMUSA tem subido chegando a ultrapassá-lo. Como na política da prefeitura cabe à EMUSA a tarefa de construir e reformar as Unidades Municipais de Educação, poderíamos imaginar que o aumento relativo do orçamento da EMUSA significasse a ampliação da rede física de educação. Entretanto, considerando que nos anos de 2005, 2006 e 2007 só foram construídas respectivamente 1, 2 e depois nenhuma unidade municipal, veremos que esta queda no orçamento municipal da FME em relação à EMUSA se deve a definição de prioridades do atual governo. Cabe ressaltar ainda que no ano de 2004, quando foram construídas 2 escolas, o orçamento da FME era bastante superior ao da EMUSA.

Para pensarmos na qualificação dos profissionais e melhor remuneração destes, temos de alterar esta situação, investindo na pasta e fundamentalmente na valorização da escola e do profissional da educação.

As Creches Comunitárias

Desde o Governo de João Sampaio, e aprofundando-se no último governo de Jorge Roberto Silveira e nas duas gestões de Godofredo, a prefeitura tem adotado uma política de privilegiar os convênios com as chamadas Creches Comunitárias em detrimento da expansão da Rede Municipal de creches e de educação infantil. Boa parte das vezes estas creches já existiam há muitos anos, principalmente as ligadas a instituições religiosas. Mas nos últimos anos, a prefeitura passou a estimular a criação de novas creches geridas pelas associações de moradores, que se tornavam responsáveis pelo projeto pedagógico, seleção e contratação de pessoal, administração física e financeira das creches.

Dessa forma, a oferta de creches e a Educação Infantil saíram do plano das políticas públicas da área educacional e passaram a funcionar como moeda de troca para as associações de moradores fiéis ao governo, em modelo semelhante ao do Médico de Família. Em 2007, boa parte desses convênios foi questionada pelas Áreas de fiscalização do Poder Público.

Como podemos perceber a partir dos números oficiais encontrados no próprio sítio eletrônico, o crescimento das creches comunitárias foi consideravelmente maior que o das unidades regulares do município:

CRECHES COMUNITÁRIAS

1.666 alunos (2002); 1.860 alunos (2003); 2.479 alunos (2004);
2.862 alunos (2005); 3.624 alunos (2006); 3.577 alunos (2007).

UNIDADES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL – UMEIS

3.145 alunos (2002); 3.270 alunos (2003); 3.752 alunos (2004);
3.871 alunos (2005); 3.564 alunos (2006); 4.001 (2007).

Essas Creches Comunitárias, boa parte das vezes recebem crianças até a idade de 5 ou 6 anos, cumprindo o papel não somente de creche, mas também de Educação Infantil. Todo este período da infância é fundamental para que as crianças desenvolvam suas aptidões físicas e psíquicas. Por isso, segundo o Regimento da Rede Municipal de Educação, estas crianças devem acompanhadas por professores, que tiveram formação voltada para o processo educacional. Nas creches comunitárias isto não é uma realidade, embora haja um setor na Secretaria Municipal de Educação responsável pelo acompanhamento pedagógico destas creches. Ou seja, a Prefeitura estabelece condições nas quais só é possível administrar a precarização da Educação.

Desta maneira, as crianças que ficam nas creches podem ser recebidas por pessoas bem intencionadas e atenciosas, mas que não foram preparadas. A Prefeitura não constrói políticas de formação e de qualificação desses profissionais para atender à demanda permanente de educar as futuras gerações com o horizonte de ter uma vida digna

Uma proposta pedagógica transformadora

Compreendendo a importância de uma educação crítica como uma das bases de uma real transformação social, construímos, a partir do acúmulo dos movimentos sociais, as perspectivas que transformam efetivamente o processo educacional em nossa cidade. Desta maneira, torna-se necessária uma proposta de política educacional para o Município de Niterói baseada nesse acúmulo, que traz importantes questionamentos e propostas sobre o papel da educação, e a prática de sala de aula, onde de fato o aprendizado ocorre. Nesse diálogo, o professor e a professora desempenham um papel de suma importância para construção de uma prática pedagógica crítica, de forma autônoma, e dando centralidade ao papel da coletividade comunitária nesta construção.

É fundamental nas propostas políticas de governo da Frente de Esquerda a idéia de continuidade do processo educativo, que entende que o ser humano está em constante construção. Dentro desta perspectiva, as propostas educacionais para o Município de Niterói pretendem construir a integração entre os diferentes níveis educacionais, desde a Educação Infantil até a Universidade.

Propostas gerais

As propostas a seguir referem-se a tanto à Educação Infantil quanto ao Ensino Fundamental promovido pelo Município de Niterói.

- **Gestão democrática e participativa**

A gestão participativa é imprescindível na construção de uma educação transformadora e de qualidade. Pensar a Escola Pública de forma integral significa reconhecê-la não só como um espaço de transmissão sistematizada de certos conhecimentos, mas também como um espaço de socialização, fundamental para inculcar hábitos, comportamentos, valores e visões de mundo.

A nossa concepção de Escola Pública considera como um princípio a democracia direta da população atendida por ela, sendo essa democracia aqui entendida como um fundamento que dá sentido à própria idéia de escola, sendo como um método de organização do sistema escolar, construindo os processos de emancipação humana como um fim a ser almejado e perseguido constantemente. Centrada no trabalho coletivo, ela possibilita o envolvimento da comunidade escolar, do *público*, na figura dos responsáveis, dos alunos e dos profissionais de Educação e de todos e todas que estejam comprometidas com a construção de uma educação pública e libertadora.

Também propomos, a partir da gestão de democracia direta, a transparência administrativa.

Para viabilizar esta forma de construção da Escola Pública, propomos:

- Seminários permanentes com a comunidade escolar;
- Seminários semestrais de formação dos profissionais da educação.

O objetivo destes seminários é de construir com a comunidade escolar a política pública de educação municipal, o direcionamento das verbas Públicas, a partir de um processo do debate público.

- **Banco de idéias**

O banco de idéias é uma iniciativa que pode contribuir para socializar atividades, metodologias e propostas bem sucedidas com toda a rede do Município de Niterói. Entendemos que a troca entre os profissionais da educação cumpre um papel importante no processo não formal de educação continuada. A partir deste pressuposto, propomos a divulgação destes trabalhos via internet para que outros profissionais e outras instituições escolares possam também usá-las em prol de uma educação de qualidade. São apenas idéias que os professores podem usar ou não. Não existe obrigatoriedade.

- **Valorização dos profissionais da educação**

Além das propostas acima, que possuem como base a valorização da experiência dos profissionais da educação, propomos também particular atenção à formação continuada desses profissionais, em especial a dos professores. Para esta valorização profissional reconhecemos que salários dignos também são de suma importância. A realidade salarial hoje leva muitos profissionais a jornadas duplas e até triplas de trabalho. Isso faz com que não tenham tempo para o planejamento efetivo e nem para seu próprio lazer. Propomos, portanto, um permanente aumento salarial gradativo e acima da inflação visando alcançar à reivindicação da categoria de 5 salários para professor e 3 para funcionários.

Além disso, temos de definir a carga horária semanal dos funcionários em 30 horas semanais.

- **Concurso Público**

Para manter a maior qualidade e o maior nível de profissionalização da rede, o ingresso dos profissionais deve se dar através do concurso público. Além disso, com o preenchimento das vagas a partir de concursos que se garante o conjunto de direitos dos profissionais, fazendo com que a política de valorização destes tenha continuidade e permanência.

- **Educação Infantil**

A Educação Infantil deve ser concebida com a compreensão de que as crianças de zero a seis anos possuem suas próprias especificidades, cuidados e demandas. Nesta fase as crianças estão formando sua sociabilidade, afetividade, motricidade e pensamento lógico. Características que poderão acompanhá-las pelo resto de suas vidas. Descuidar deste período seria desperdiçar os potenciais de cada ser humano. A educação desta fase deve atender, portanto, à essas especificidades, contando com profissionais com boa formação e com salário digno.

Deve-se pensar a educação dessa faixa etária com a consideração das suas especificidades, tendo como conseqüência a necessidade social de o Estado assumir econômica e politicamente a responsabilidade frente aos pais trabalhadores e às mães trabalhadoras. A Escola Pública deve ser ocupada pelo *público*, ou seja, por quem demanda a educação de qualidade e vive do próprio trabalho.

Propostas:

- **Manutenção do Regimento do Professor na Educação Infantil**

Não se pode desenvolver o potencial das crianças de zero a seis anos sem que todos os profissionais envolvidos tenham uma formação específica para tal. É preciso que os professores reconheçam as demandas exigidas por essa fase da vida humana. Devem compreender como se orienta o desenvolvimento das capacidades sociais, emocionais, lógicas e intelectuais dos educandos, no sentido de construir uma prática pedagógica que possibilite àquele desenvolvimento dar-se de forma libertadora. É de fundamental valor que os profissionais das Creches e das Unidades Municipais de Educação Infantil sejam formados naquela perspectiva.

- **Progressiva criação de creches e UMEIs na rede municipal**

O Município de Niterói conta hoje penas com dezoito escolas de Educação Infantil e trinta e seis Creches Comunitárias. Esses números não dão conta de atender a demanda de tantos pais que precisam da escola para cuidar e educar seus filhos enquanto trabalham. Propomos então, a construção de novas Unidades Municipais de Educação Infantil.

Propomos que a Educação Infantil e as Creches sejam de tempo integral, objetivando o oferecimento de atividades pedagógicas e artísticas que visem o desenvolvimento das potencialidades da criança, de modo integrado com as atividades de ensino e aprendizagem.

- **Ênfase na familiarização dos alunos com mundo da leitura e da escrita**

O processo de alfabetização demanda, por parte dos alunos, uma familiarização com os sentidos sociais e textuais da palavra escrita. A alfabetização deve ser um processo de efetivação desta familiarização. No entanto, para que a alfabetização seja construída nestes marcos, torna-se imprescindível o contato permanente dos alunos com o mundo da escrita.

A Educação Infantil deve dar conta, portanto, desse processo de familiarização e de “encantamento”, através de atividades específicas que levem os alunos a explorarem tanto a leitura como a escrita de letras, palavras e textos. A informalidade deste processo é pertinente a Educação Infantil, todavia, essa familiarização é fundamental para evitar que alunos não deixem de ser alfabetizados nos dois primeiros anos do ciclo.

- **Material e instalações**

As atividades da prática educativa que pretendem desenvolver as habilidades sociais, emocionais, motoras, lógicas e intelectuais das crianças não acontecem no vazio. São necessários materiais específicos, como livros, brinquedos imaginativos, jogos educativos, dentre uma enormidade de outros recursos, ferramentas de grande valia para o desenvolvimento das crianças nos primeiros anos de vida. Assim sendo, - propomos que o Município equipe cada sala de aula com o material necessário para tal. - propomos reformas para que as instalações sejam adequadas às crianças desta faixa etária, onde sejam desenvolvidas atividades físicas, intelectuais e artísticas.

- **Contratação de professores especialistas**

Música, arte e educação física são essenciais ao desenvolvimento das potencialidades humanas das crianças. Assim, torna-se necessária a formação de um quadro variado de professores na Educação Infantil, tendo em vista a contratação de profissionais com formação especializada em artes em geral, música e educação física, visando o atendimento às demandas que cada uma dessas áreas apresenta. O ensino de artes e da criação artística deve ser integrado a todas as atividades realizadas na sala de aula

- **Alfabetização**

O Brasil vivencia atualmente altos índices de analfabetismo. Neste ponto a classe dominante brasileira foi particularmente negligente na história brasileira. As taxas de analfabetismo no início do século XX eram lamentáveis, de 65,3% dos brasileiros acima de 15 anos, em 1900, e, apesar dos avanços, em pleno início do século XXI, segue ainda muito insuficiente, de 13,6% em 2000, a partir da mesma faixa etária, segundo dados do IBGE (Censo 1900 e Censo 2000). No Município de Niterói os índices são mais baixos. Todavia, para ser considerado alfabetizado no Brasil basta o indivíduo ser capaz de ler e escrever um bilhete simples. Esta metodologia de aferição de dados esconde o número não declarado de pessoas não proficientes na leitura e na escrita.

Como nos ensinaram os movimentos sociais, em especial os educadores e alfabetizadores populares da década de 1960, nos quais se formou Paulo Freire, a leitura e a escrita são um meio fundamental de relação do ser humano com a realidade social, em todos os seus âmbitos, especialmente o político e o cultural, vivenciada desde um ponto de vista crítico e consciente das conexões entre o ato de ler e escrever e as condições concretas de existência. Assim, os atos de ler e de escrever devem ser concebidos como um processo interligado e além da mera decodificação dos códigos fonéticos, no primeiro, e da codificação dos mesmos, no segundo, devendo unificar-se com uma compreensão crítica e na relação desse processo com as condições de existência dos alfabetizandos.

Muitos países abandonaram o ensino da fonética por ser tradicional e repetitivo e adotaram o letramento, como foi o caso da França, Inglaterra, Estados Unidos, Canadá, dentre outros. Percebendo que os índices de proficiência na leitura e na escrita baixaram, hoje reformulam suas propostas de moda a buscar um equilíbrio entre o ensino da fonética dentro do contexto do letramento.

As propostas abaixo estão, portanto, baseadas no letramento, que leva os alunos a entenderem de forma crítica as funções sociais da escrita, mas sem deixar de lado a necessidade de se compreender a relação entre o grafema e o fonema, tão constitutiva da escrita em si.

Propostas

- **Metodologia que se baseia na relação entre letramento e fonética**

Para atingir o fim de alfabetizar os alunos no seu sentido mais amplo, propomos a criação de uma metodologia específica para o Município de Niterói, bem como do material necessário para usar essa metodologia na sala de aula, que dê conta do letramento e do ensino da fonética. Esse material estará a disposição das escolas que se interessarem em usar, não havendo assim, obrigatoriedade.

Também propomos que o Município faça formação continuada onde os profissionais da educação possam aprender a usar esse material, bem como enriquecê-lo com a troca de experiências que possuem. É importante que tanto a criação da metodologia, como formação continuada conte com a participação de profissionais que lidam diretamente com a realidade da sala de aula, contribuindo de forma efetiva para a construção coletiva do processo de alfabetização.

- **Ensino Fundamental**

Em 1998, a Fundação Municipal de Educação de Niterói, através da portaria SME/003/98, adotou a concepção de Educação por ciclos. Essa opção tinha como intuito a correção da distorção conhecimento/série gerada pela promoção automática vigente até então. Com isso, pretendeu-se a

substituição da lógica de seriação. Nesses últimos dez anos o Município de Niterói definiu e redefiniu como esses ciclos se dariam na prática. No entanto uma reorganização estrutural ainda se faz necessária.

Na proposta de ciclos original é central no respeito aos tempos de aprendizado de cada um dos alunos. Torna-se, assim, fundamental uma educação diferenciada.

Propostas

- **Rediscussão e avaliação dos ciclos**

O Município de Niterói já viveu alguns anos de experiência com os ciclos. Os profissionais da educação, que lidam diretamente com sua implementação nas escolas, são os mais habilitados para apontar quais tem sido os ganhos e quais tem sido os impasses dessa implementação. Portanto, propomos a avaliação dos ciclos a partir de seminários realizados com esses profissionais. Esses seminários têm o objetivo de primeiramente fazer uma avaliação de como o processo tem transcorrido. A partir dessa avaliação, gerar propostas coletivas de como aperfeiçoá-lo.

- **Ampliação do número de docentes e redução da relação professor/aluno**

Hoje tem sido recorrente tanto pela parte dos profissionais da rede quanto de familiares a constatação de crianças progredirem muitas vezes até o quarto ou quinto ano do ensino fundamental mal sabendo ler ou escrever seus próprios nomes. Um dos fatores que já percebemos como fundamentais a ser discutido nos ciclos é a relação professor/aluno, uma vez que a estrutura dos ciclos, para que não seja na prática uma aprovação automática, requer ampliação dos profissionais para que os alunos possam receber maior atenção.

Quando faz a opção pelo ciclo, o educador/gestor deve ter clareza que esta metodologia requer maior investimento em pessoal e infra-estrutura. Espera-se que o ganho venha tanto com a melhoria da qualidade quanto com a diminuição na distorção idade/série e da evasão escolar. Isto não ocorre de uma hora para outra, a menos que o que se espera seja a melhoria de estatística, e não da qualidade da educação.

- **Programa de aceleração de aprendizagem**

Para que a proposta de ciclos possa progredir de modo a trazer reais transformações nos processos de aprendizado dos alunos, torna-se imperativo que os alunos que estão encontrando dificuldades recebam auxílio individualizado. Esse auxílio visa permitir que o aluno consiga acompanhar as demandas educacionais, não precisando assim, ficar retido no final do ciclo. Desta maneira, ele poderá continuar a estudar com outros alunos da mesma faixa etária com os quais compartilha os mesmos interesses.

O programa de aceleração deve contar com professores formados que tenham os conhecimentos pedagógicos necessários para auxiliar esses alunos de forma efetiva.

A aceleração se dará de duas maneiras diferentes:

1. O professor de turma deverá fazer a diferenciação das atividades de modo a atender as necessidades específicas de cada aluno. Para que os professores saibam como trabalhar de forma diferenciada, propomos ciclos de formação continuada. Além do mais, o banco de idéias também contará com muitas formas de realizar essa diferenciação de forma prática e fácil.

2. Os alunos que necessitam de auxílio individualizado o receberão de acordo com o grau de necessidade. A quantidade de vezes que o aluno receberá suporte extra, podendo variar desde duas horas semanais até um auxílio em tempo integral. Nessa categoria, serão incluídos não apenas os PNE que já são atendidos hoje, como também aqueles alunos com dificuldades em desenvolver as habilidades e conhecimentos básicos de seu ciclo.

- **Progressiva implementação do horário integral**

O horário escolar integral é de fundamental importância para uma educação de qualidade e para a formação dos educandos num sentido amplo. O aumento da carga horária possibilita aos alunos um atendimento mais trabalhado e pensado de acordo com o desenvolvimento de suas habilidades. Propomos, portanto, que todas as escolas de Ensino Fundamental, com a exceção das turmas da EJA (Educação de Jovens e Adultos), sejam gradativamente transformadas em período integral.

- **Inclusão da História África e Cultura Indígena no currículo do Ensino Fundamental**

A historiografia oficial do Brasil, sempre valorizou a história Européia que era apresentada como antecedente da História do Brasil. Esta visão é muito reforçada pela tese do “descobrimento”, que reifica a perspectiva eurocêntrica desta interpretação, onde negro e indígenas são apresentados simplesmente como escravos e selvagens sem passado e sem história. A inclusão do estudo destes povos no currículo do ensino fundamental é de grande importância para que a nossa sociedade hoje não reproduza a mesma mentalidade racista que marcou nossa história.

- **Esportes**

A prática esportiva é fundamental para o desenvolvimento integral da criança e do adolescente, sendo de suma importância para suas capacidades psicomotoras, de sua sociabilidade e de sua saúde, além de auxiliar no conjunto da formação intelectual. Como boa parte das escolas de Niterói possuem áreas reduzidas, a prática esportiva de boa parte das crianças fica reduzida e subaproveitada. Temos de adequar a estrutura das escolas existentes, além de formar de centros de prática esportiva que dêem suporte a rede escolar e permitam que Niterói se torne uma referência na área esportiva.

A municipalização do Caio Martins deve ser parte estrutural da política de apoio a prática esportiva na cidade que deve ser considerada como política institucional, e não somente como programas passageiros ou eleitoreiros.

- **Material, instalações**

Assim como a Educação Infantil, o Ensino Fundamental também requer material específico para que as atividades pedagógicas possibilitem um aprendizado e um desenvolvimento mais consistentes nos educandos. Propomos, então, que cada sala de aula seja equipada com livros ficcionais e não ficcionais além de jogos didáticos e de estímulo da criatividade. As instalações das escolas e das salas de aula também deverão ser adequadas às necessidades dos alunos desta faixa etária.

- **Projetos com a Universidade**

As propostas até agora expostas se baseiam na premissa da autonomia professoral. O professor autônomo é um professor pesquisador, um professor se que utiliza dos princípios da investigação científica dentro da sua prática educativa, visando relacionar o aprendizado teórico com a prática pedagógica, num processo reflexivo. Isto posto, o vínculo com a Universidade Pública torna-se fundamental.

Propostas

- **Manutenção dos convênios**

A Fundação Municipal de Educação de Niterói já estabeleceu convênios com uma série de Universidades tanto para a formação inicial quanto para a formação continuada. Esses convênios serão avaliados, os que forem considerados relevantes serão mantidos. Os que, por alguma razão não forem considerados

importantes no processo de formação dos profissionais de educação poderão ser substituídos por outros de maior relevância.

- **Estreitar o debate com a Universidade**

Os seminários semestrais realizados com os profissionais da educação deverão contar com o auxílio dos professores universitários, em especial com os da UFF. Deve-se buscar na Universidade Pública um elo de ligação estreito, visando o encaminhamento de políticas coletivas para a Escola Pública do Município de Niterói. Deve-se propiciar a ocupação do espaço universitário pelo educandos da Rede Pública municipal, visando o seu processo de familiarização com o ambiente de debate de idéias e de produção científica que é próprio da Universidade, construindo uma relação que se remeta ao trabalho com as formas e os conteúdos próprios da escola.

Saúde



O PSOL apresenta uma plataforma transformadora para a saúde e, conseqüentemente, da saúde para transformação, com estratégias para a superação de crises, de uma realidade sanitária excludente, de uma sociedade desigual. Trata-se de uma inflexão do Poder Local para radicalização da democracia, da participação ativa da população e da atenção integral, universal e equânime da saúde, contrapondo-se ao avanço neoliberal nas reformas do Estado.

Por isso, não propomos ações baseadas em “programas” que fragmentam o indivíduo, que transformam homens e mulheres em “pedaços” e “doenças”. Nossa proposta é em direção a uma visão integral da saúde e dos homens e mulheres, considerando todos como seres totais.

Assim, enfatizamos que se estabeleçam Linhas de Cuidado, isto é, que a atenção à saúde se organize a partir de modelos que visam a integralidade do cuidado e integram ações de promoção, vigilância, prevenção e assistência,

voltadas para as especificidades de grupos ou necessidades individuais, permitindo a condução oportuna dos pacientes pelas diversas possibilidades de diagnóstico e terapêuticas e uma visão global das condições de vida.

A adoção das linhas do cuidado como forma de intervir de ponta a ponta deve servir para a consolidação do princípio da integralidade. A partir do acompanhamento do usuário na rede de serviços, é possível mapear todos os recursos disponíveis nos diversos segmentos da saúde, avaliar as formas utilizadas para assisti-lo quanto ao tipo, fluxos e mecanismos de regulação, tentativas de negociação de acesso, utilização dos recursos das clínicas especializadas, vigilância à saúde, promoção e os ruídos produzidos.

Propostas para a Saúde no governo do PSOL em Niterói

*Me cansei de lero-lero
Dá licença mas eu vou sair do sério
Quero mais saúde
Me cansei de escutar...*

(Rita Lee/Roberto de Carvalho)

Compreendemos que a saúde é um dos eixos fundamentais para uma gestão transformadora em Niterói. Para a elaboração de um Programa para o governo do PSOL em Niterói, analisamos os principais documentos referentes ao setor saúde no município – embora eles estejam escondidos ou esquecidos. Particularmente neste último mandato, a prefeitura fez questão de não disponibilizar os Relatórios de Gestão para o conjunto da população.

Em nosso programa, discorremos sobre os principais temas e programas adotados em Niterói para a saúde. Apresentamos nossas considerações e propostas sobre a Gestão de Saúde, o Programa Médico de Família, a Participação Popular/Controle Social na Saúde e nossa análise sobre a Crise do Hospital Universitário Antônio Pedro e a epidemia de Dengue, ícones do descaso dos atuais (ir)responsáveis pela saúde na nossa cidade a partir de uma inversão de prioridades e transformação da lógica sanitária em Niterói.

Os diagnósticos e propostas a seguir se coadunam com uma concepção de saúde baseada nos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), como a integralidade da atenção, universalidade do acesso aos serviços e procedimentos, descentralização das ações, equidade (tratando desigualmente os desiguais) e participação popular, entre outros. Além disso, sinalizam para a construção de um modelo centrado não no poder médico, nos procedimentos, nos lucros do complexo econômico-médico-industrial ou no hospital como locus prioritário das ações de saúde – na verdade, nas ações sobre a doença. Ao contrário, defendemos um modelo que promova a saúde da população, previna doenças e riscos e seja centrado no usuário, em seus saberes e suas reais necessidades de saúde.

Trata-se de defender uma inversão na lógica que comanda a saúde nos dias de hoje, particularmente em Niterói, e uma transformação no modo de produzir a vida e de produzir saúde, com mudanças radicais na sociedade, com opção preferencial pelos sem-direitos, sem-cidadania, sem-dignidade e superando as desigualdades e as opressões.

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E ALGUNS DADOS EPIDEMIOLÓGICOS E SOBRE A REDE DE SAÚDE EM NITERÓI

O Município de Niterói pertence, de acordo com o processo de regionalização do SUS, à Região Metropolitana II, que integra também os municípios de Itaboraí, Tanguá, Rio Bonito, Silva Jardim, Marica e São Gonçalo, para os quais desempenha o papel de município-pólo na área de saúde, o que implica em oferta de serviços não só para Niterói como também para os moradores destes municípios.

Niterói situa-se em 1º lugar na classificação do IDH do Estado do Rio de Janeiro e em 3º lugar em relação à federação. Embora esteja entre os municípios com renda per capita mais alta do Brasil, sabemos que existe um grande contraste econômico e social entre os moradores dos bairros de classe média e os

residentes nos bairros da Zona Norte e nas comunidades periféricas, contraste este que habitualmente não é explicitado nas estatísticas oficiais.

A população estimada para o município em 2007 era de 479.269 habitantes, com predominância do sexo feminino. Ao longo das duas últimas décadas, a população niteroiense teve um ganho na expectativa de vida de aproximadamente 10 anos, o que contribuiu para que o município esteja entre os que possuem um dos percentuais mais elevados de população acima de 60 anos do Brasil (14% dos habitantes). Este perfil demográfico apresenta especial impacto sanitário pela natureza e complexidade distintas dos agravos, gerando aumento e diferenciação da demanda para o sistema de saúde.

Os últimos dados oficiais de mortalidade apontam para uma queda na taxa de mortalidade infantil, colocando o município entre os detentores das menores taxas no território nacional. No entanto, dentre os 76 óbitos ocorridos em 2006, 53 (69,7%) ocorreram no período neonatal (até 28 dias de vida), o que caracteriza um problema grave que necessita de investigação, pois podem se tratar de óbitos evitáveis através de atenção pré-natal e ao parto de forma mais qualificada.

Os óbitos maternos ainda conservam, desde o ano 2000, altas taxas (103,7/100.000 nascidos vivos, em 2006) de acordo com os parâmetros do Ministério da Saúde, fato que necessita ser investigado.

A mortalidade geral no município apresentou pequeno aumento em sua taxa no período de 2000 a 2006 (8,43 a 8,67 por mil habitantes) e uma relativa estabilidade no seu perfil de distribuição por causas, sendo a primeira causa de morte ocupada pelas doenças cardiovasculares (infarto agudo do miocárdio e acidente vascular encefálico), seguindo-se as neoplasias (câncer) como a segunda causa. As doenças respiratórias e as causas externas (acidentes de trânsito e violências) ocupam o terceiro e quarto lugares respectivamente. Este perfil muda se olharmos separadamente as diferentes faixas etárias. Na população de 10 a 19 anos, as causas externas ocupam o primeiro lugar entre as causas de óbito (74,1% em 2006). Já na população adulta e idosa, assumem especial importância as doenças cardiovasculares, neoplasias e doenças respiratórias.

O perfil de morbidade do município acompanha a tendência brasileira de transição epidemiológica, em que os agravos não transmissíveis (acidentes de trânsito, violência, neoplasia, diabetes, hipertensão arterial e doenças cardiovasculares) coexistem com doenças infecciosas como dengue, tuberculose, Aids e hanseníase entre outras.

Além dos dados sobre a situação de saúde da população, uma avaliação crítica sobre a rede de assistência é fundamental. De acordo com o Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES) do Ministério da Saúde, Niterói possui 990 estabelecimentos de Saúde, sendo 45 públicos e 945 privados, assim distribuídos: 65,35% de consultórios isolados, 15,13% de clínicas especializadas e 9,84% de apoio diagnóstico e terapia, o que reafirma a predominância do setor privado na Saúde do município.

A rede do SUS contava em 2007 com os seguintes serviços ambulatoriais:

Capacidade Física Instalada – Unidades Ambulatoriais

Módulo Médico de Família	32
Unidade Básica de Saúde	10
Policlínica Regional	6
Policlínica Comunitária	2
Policlínica Especializada	2
Serviços de Pronto Atendimento	2
Ambulatórios em Hospitais Gerais e Especializados	7

Fonte: Relatório de Gestão da Fundação Municipal de Saúde – 2007

Com relação às Unidades Hospitalares, o Cadastro do MS contabiliza 43 Unidades, das quais 33 (72%) são privadas e 12 (28%) são públicas. De acordo com o último relatório de Gestão (2007), 53% dos leitos

existentes estariam disponíveis para pacientes do SUS e 47% atenderiam à demanda particular, porém nem todos os leitos cadastrados estão disponíveis, já que alguns hospitais encerraram seus contratos com o SUS (Hospital São Paulo, Clínica Rio do Ouro, Clínica São Francisco e Clínica Santa Rosa). Além disso, usuários relatam inúmeras vezes sobre a dificuldade de internar pacientes do SUS em alguns hospitais conveniados como, por exemplo, na Clínica Santa Juliana (ortopedia).

Consideramos de fundamental importância o acesso à informação sobre a especificação dos convênios que incluam todos os leitos contratados com quantificação e descrição de localização. Na contabilização dos leitos públicos são citados os leitos do Hospital Penitenciário Henrique Roxo e os do Hospital da Polícia Militar, que são destinados à clientela fechada e não estão disponíveis, portanto, para os usuários do SUS.

De acordo com os parâmetros do MS, são necessários 1440 leitos para Niterói e 1311 para atendimento do SUS, considerando a população do município, e mais 30% por ser município-pólo da Região Metropolitana II. As estatísticas oficiais apontam 1675 leitos disponíveis para o SUS, o que seria suficiente; porém, além dos problemas destacados anteriormente, existe déficit de leitos em algumas especialidades, principalmente em clínica médica (247 existentes versus 325 necessários), pediatria (119 existentes versus 171 necessários), pacientes crônicos, ortopedia, UTI, queimados e cirurgia vascular. As deficiências destas últimas especialidades não foram quantificadas no último relatório de gestão; no entanto, de acordo com as recomendações da OMS, 10% dos leitos deveriam ser de UTI, o que nos revela uma carência dramática nesse perfil assistencial de internação.

Em relação à atenção especializada, as estatísticas oficiais apontam uma diminuição da produção de algumas ações no período de 2002 a 2007, como, por exemplo, consultas médicas e de outros profissionais, cirurgias ambulatoriais e especializadas, procedimentos traumato-ortopédicos, ações especializadas em odontologia, exames ultra-sonográficos e próteses e órteses.

O número de procedimentos de alta complexidade tem se mantido estável nos últimos cinco anos, enquanto o número de internações diminuiu no mesmo período, de acordo com dados oficiais. As internações registradas pelo SUS, em 2007, tiveram a seguinte distribuição por tipo de estabelecimento:

TIPO DE ESTABELECIMENTO	%
Clínicas Privadas Conveniadas	6%
HUAP	36%
Hospitais Municipais	33%
Hospitais Estaduais	25%

Dos pacientes internados, aproximadamente 30% é oriunda de outros municípios, o que está previsto pela condição de pólo assistencial. Isso desconstrói o discurso hegemônico de que a rede hospitalar de Niterói não é eficiente em função da sobrecarga provocada pela demanda de outros municípios da Região Metropolitana II.

Niterói contribuiu com 29% das internações da Região Metropolitana II em 2007, porém enviou para outros Municípios pacientes que necessitavam de internação nas especialidades de Cirurgia Vascular, neurocirurgia e cirurgia cardíaca, especialidades para as quais não dispõe de leitos em número suficiente para atendimento da demanda. Dos leitos do SUS, 29% são de Hospitais Municipais, incluindo os leitos de Psiquiatria.

As emergências hospitalares mantêm um número elevado de atendimentos, atingindo mais que o dobro do que é recomendado pelo MS (240.000 atendimentos realizados em 2007 contra 100.000 recomendadas), fato que merece estudo detalhado pela possibilidade de demanda reprimida no nível ambulatorial.

Aliado a este quadro está o fato de que 297.050 habitantes de Niterói são beneficiários de planos privados de assistência à saúde, segundo dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) de dezembro de 2007. Isto significa dizer que cerca de 61% da população de Niterói possui planos privados de saúde, sendo estes majoritariamente de assistência médica (87%), com percentual menor de planos exclusivamente odontológicos (13%).

Mais uma vez, isso demonstra a privatização da saúde no município, porém não significa dizer que essa população não utilize a rede de serviços públicos de saúde em Niterói. Ao contrário, principalmente em relação às ações de caráter coletivo – campanhas, vacinações, vigilância sanitária etc. – e de atenção básica, é o Estado o maior provedor de serviços e, portanto, a totalidade da população os utiliza, independentemente de terem ou não planos privados de assistência à saúde.

Isso sem falar nas internações hospitalares e nos procedimentos de alta complexidade, que via de regra são realizados na rede pública de saúde, havendo baixíssimo ressarcimento ao SUS pelas operadoras dos planos privados de saúde (Cooperativas Médicas, Medicinas de Grupo etc.), ou seja, lucram as empresas sem prestar a atenção devida aos seus beneficiários. Há ainda a dificuldade de se ter um claro quadro epidemiológico do município como um todo, já que as informações de saúde do setor privado são de baixo acesso pelo SUS de Niterói, não havendo nem mesmo o acesso a dados sobre adoecimento por doenças de notificação compulsória.

Diante do exposto podemos concluir que a rede de Saúde de Niterói tem marcada predominância do setor privado e que a rede pública não se encontra preparada para proporcionar atenção integral a uma população com o perfil epidemiológico atual, não causando, assim, impacto significativo para elevar o nível de saúde preconizado nas diretrizes do SUS. Tampouco está preparada para cumprir o papel de município-polo em relação à Região Metropolitana II. A rede apresenta lacunas graves em todos os níveis de atenção, desde a atenção básica até a média e alta complexidade, passando pelo atendimento de emergência e pelos leitos para internação.

Frente a essa caracterização e na defesa intransigente dos princípios da Reforma Sanitária, buscando o fortalecimento do SUS e a sua consolidação, e contrários a qualquer forma de privatização de gestão ou dos serviços, incluindo a proposta de Fundações Estatais de Direito Privado, o PSOL em Niterói propõe estratégias de enfrentamento e mudança para melhoria dos serviços e das condições de saúde da população.

PROPOSTAS

- Aumento efetivo da resolutividade das policlínicas comunitárias e de especialidades;
- Implantação do serviço de emergência de nível I nas Policlínicas Comunitárias de Jurujuba e Sérgio Arouca (Santa Rosa);
- Ampliação do número de leitos nas áreas de pediatria, clínica médica, alto risco para gestantes, unidade coronariana, ortopedia, UTI neonatal e de adultos;
- Implantação do Centro de Tratamento de Queimados para a Região Metropolitana II;
- Implantação do CACON (Centro de Alta Complexidade em Oncologia) para a Região Metropolitana II;
- Maior resolutividade do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU/192 e da atenção ao trauma;
- Criação do comitê de mortalidade materna e neonatal.

ORÇAMENTO

A despesa total com ações e serviços de saúde por habitante somou em 2007, R\$ 413,90 , o que corresponde a cerca de US\$ 235 por habitante por ano, quando o mínimo recomendado pelos organismos internacionais, para manter um sistema de atenção à saúde de qualidade, seria de US\$ 500 por habitante por ano.

A origem dos recursos é proveniente de fonte municipal (57%), repasse estadual (1,34%), repasse federal (37,17%) e de rendimentos, restituições e outras arrecadações (4,5%).

O município investe 25% da sua arrecadação na área de saúde, de acordo com os dados oficiais, porém sabemos que uma parcela destes recursos é repassada ao setor privado através de convênios com ONGs e outras instituições particulares, serviços terceirizados como higiene, limpeza e alimentação, locação de imóveis e de equipamentos e contratação de serviços ambulatoriais e hospitalares privados.

Faz-se necessário um estudo minucioso para aferir o percentual do orçamento que é repassado à rede privada e para quais serviços se efetiva o repasse. Além disso, no que tange às despesas com pessoal,

separar o que é gasto com trabalhadores e o que é gasto com cargos comissionados para detectar possível inversão de prioridades e/ou uso político dos recursos. Como exemplo, acreditamos que a coordenação e a supervisão das equipes do PMF poderiam ser executadas a um custo menor pelas policlínicas regionais, com apoio técnico da Universidade Federal Fluminense (UFF).

No entanto, ainda que seja possível uma modificação nas prioridades de utilização dos recursos, fica claro que o orçamento da saúde é insuficiente e corresponde a menos da metade do que seria necessário para ofertar um sistema capaz de atender minimamente às necessidades da população. Portanto, apontamos como necessário:

PROPOSTAS

- Aumento de recursos para financiamento do sistema, garantindo o investimento mínimo de 500 dólares por habitante por ano;
- Busca por um aumento dos repasses federais e estaduais, em conjunto com os demais municípios da Região Metropolitana II;
- Controle rígido da aplicação dos recursos e prestação sistemática de contas, incluindo divulgação pela internet e avaliação em audiências públicas;
- Cumprimento da Emenda Constitucional nº 29 no que tange ao percentual mínimo de responsabilidade do município no financiamento da saúde.

TRABALHADORES DO SUS

O quadro funcional do município inclui várias formas de contratação e de vinculação trabalhista, incluindo funcionários públicos estatutários (das esferas federal, estadual e municipal), trabalhadores terceirizados (atuando nas áreas de limpeza, higiene e alimentação), trabalhadores celetistas (Programa Médico de Família – PMF e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU/192) e trabalhadores temporários e precarizados, sem qualquer vínculo e benefício social (atuando, por exemplo, em emergências hospitalares, Serviços de Pronto Atendimento, bem como fisioterapeutas).

O município responde atualmente pela contratação de mais de 60% dos trabalhadores e assume que existe déficit de pessoal, principalmente de médicos nas especialidades de socorrista e urologia. O último Relatório de Gestão (2007) assume a deficiência mas não explicita claramente em que setores ocorre nem define o número exato de trabalhadores temporários. O documento afirma que o concurso realizado em 2007 não logrou preencher todas as vagas necessárias.

Os trabalhadores são penalizados com salários achatados e sobrecarga de trabalho em muitos setores, além de terem tratamento salarial diferenciado, conforme o vínculo, e não têm garantidos o aprimoramento, a atualização e a qualificação profissional e treinamento em serviço. A exceção é feita para os trabalhadores do PMF, que têm, obrigatoriamente, quatro horas de sua carga horária semanal destinadas à educação permanente. Para melhor atuação dos profissionais e melhoria da qualidade da atenção, é fundamental que os trabalhadores do SUS façam avaliações e mudem radicalmente seu modo de atuar, de produzir saúde. Ou seja, é necessário que haja uma inversão da lógica privatista e centrada no médico e nos procedimentos rumo a um fazer que valorize o usuário na relação que se estabelece entre este e o profissional. A identificação e transformação desta característica não são possíveis se não houver espaços de aprimoramento, atualização, discussão e reconhecimento de que o homem se cria e recria seu mundo a partir do trabalho.

Além disso, as formas de ingresso também são diferenciadas, e não há concurso público para o PMF e o SAMU, por exemplo. No CPN (Hospital Carlos Tortelli), também, a situação é agravante: cerca de 60% dos profissionais trabalham como RPA (reposição de pagamento autônomo). A resposta para isso, sem dúvida, é a realização de concursos públicos.

PROPOSTAS

- Garantia de educação permanente para os trabalhadores do SUS com base no perfil epidemiológico da população de Niterói, visando as necessidades e direitos da população;
- Fortalecimento da integração entre a Fundação Municipal de Saúde (FMS) e a UFF para formação dos estudantes de acordo com a realidade sanitária do município e com as demandas de saúde da população e para educação permanente dos trabalhadores de saúde da rede pública de saúde;
- Remuneração digna com aprimoramento do plano de cargos e salários do município;
- Abolição das formas precárias de contratação e dos salários diferenciados;
- Ingresso somente através de concurso público, pelo Regime Jurídico Único, para todos os serviços prestados pelo município, inclusive PMF e SAMU.

PROGRAMA MÉDICO DE FAMÍLIA

CONCEITUAÇÃO E PROCESSO DE TRABALHO NO PMF

Criado em 1992, com inspiração no modelo cubano, o Programa Médico de Família de Niterói (PMF) foi adaptado à realidade brasileira e, mesmo após quinze anos de sua implantação, só conseguiu estender sua cobertura a 28% da população do município. Nem mesmo a totalidade da população residente em Niterói que vive em condições de maior vulnerabilidade e risco social é coberta pelo Programa.

O PMF é gerido através de um convênio entre a Fundação Municipal de Saúde (FMS), à qual compete o repasse de verbas para remuneração dos trabalhadores, seleção, treinamento e avaliação técnica das equipes e o provimento dos recursos materiais e insumos, e às Associações de Moradores, às quais compete a indicação dos profissionais (especialmente os que não são médicos), a contratação através da CLT, o controle do horário e do ponto e a participação na gestão administrativa e na avaliação do desempenho das equipes.

A proposta do PMF está fundada na construção de uma prática interdisciplinar baseada no modelo de vigilância em saúde, que se antecipa ao surgimento dos agravos, estruturado em três pontos: território, vínculo e intersectorialidade. O vínculo é a base do trabalho e pressupõe uma relação estreita e de confiabilidade entre a população e o serviço. Alguns pressupostos do PMF são:

- Adscrição de clientela num espaço físico local, denominado território, ou seja, vinculação das famílias à equipe mínima do PMF. No território, a equipe deve identificar as situações de risco e tentar interferir de forma a promover a saúde e diminuir os riscos assinalados;
- Responsabilidade sanitária: a equipe é responsável pela população do seu território, prestando atenção básica ou primária à saúde e tentando influenciar de forma a promover a saúde desta população;
- Complementaridade das unidades básicas de saúde: o programa serve de porta de entrada do sistema para execução das ações básicas de promoção, prevenção e recuperação da saúde;
- Integralidade das ações: as equipes devem facilitar o acesso da população à atenção de média e alta complexidade através do sistema de referência e contra-referência, isto é, através da relação de “encaminhamento” do usuário de modo que, de acordo com suas necessidades de saúde, ele possa acessar os diferentes níveis de complexidade

As equipes são formadas por um médico generalista e um auxiliar de enfermagem, que são responsáveis por 400 a 500 famílias (1300 a 1700 pessoas).

As equipes foram divididas por regiões, em quatro áreas de coordenação que contam com um coordenador e uma equipe de supervisão encarregada do treinamento em serviço, acompanhamento técnico, avaliação de desempenho e inter-consultas com pacientes.

DIFICULDADES NA IMPLEMENTAÇÃO E NO DIA-A-DIA DO PROGRAMA

- Baixa cobertura populacional, tendência à focalização; estrutura complementar e paralela à rede; impossibilidade de alcançar a reorientação da atenção básica e substituição do modelo hegemônico;
- Limitação do acesso apenas à população adscrita e, em alguns casos, restrição dos usuários do programa aos demais níveis de complexidade do sistema (média e alta complexidade);
- Resistência à incorporação e atuação conjunta pelos demais serviços da rede municipal de saúde;
- Disparidades salariais entre o PMF e a rede; diferenças na distribuição de insumos e medicamentos com privilégio do PMF;
- A educação continuada é ofertada sistematicamente aos trabalhadores do PMF, mas não é ofertada de forma sistemática aos demais trabalhadores da rede;
- Relação conflituosa entre os trabalhadores (principalmente médicos) e os diretores das associações de moradores;
- Não efetivação, na prática, da ação intersetorial;
- Controle social diferenciado e paralelo ao SUS e sem representação dos trabalhadores;
- Integração débil e fragmentada, não efetivamente formalizada e institucionalizada com a UFF;
- Falta de flexibilidade e autonomia para programar as atividades de acordo com as necessidades de saúde identificadas localmente;
- Alta rotatividade das equipes, especialmente dos médicos, dificultando a construção do vínculo;
- Achatamento salarial, principalmente entre os médicos, embora estes ainda estejam em vantagem, se comparados aos salários dos profissionais da FMS;
- Falta de apoio operacional para as ações diretas de educação e saúde com o usuário;
- Falta da implantação efetiva de ações diretas de promoção da saúde como preconizado na Política Nacional de Promoção de Saúde (Pacto pela Vida 2006).

PROPOSTAS

- Fortalecimento do PMF como porta de entrada preferencial do SUS, como política de Estado e de reorganização da atenção básica e estruturante para o fortalecimento do SUS;
- Maior flexibilidade e autonomia local para programar as ações segundo as necessidades identificadas em cada território (perfil epidemiológico);
- Ampliação da cobertura do PMF para 100% da população de maior vulnerabilidade e risco e, no mínimo, 70% da população total do município;
- Admissão por concurso público para os trabalhadores do PMF;
- Diminuição do número de famílias de cada equipe para 250 a 350 famílias no máximo;
- Busca da ampliação dos recursos federais e estaduais para a expansão do PMF;
- Promoção da isonomia salarial entre os trabalhadores do PMF e os demais trabalhadores do SUS;
- Garantia de integração com as demais instituições municipais de saúde, principalmente com as demais Unidades Básicas de Saúde, abolindo o funcionamento do PMF como rede paralela ao SUS;
- Estabelecimento da supervisão das equipes do PMF pelos profissionais das policlínicas regionais;
- Garantia da efetiva integração e institucionalização da relação entre o PMF e a Universidade Federal Fluminense para apoio técnico à equipe de supervisão e para a formação dos trabalhadores, educação permanente, avaliação dos resultados e desenvolvimento de estudos e pesquisas;
- Criação de um grupo executivo intersetorial permanente para execução de ações que identifiquem e interfiram nos riscos e na melhoria da qualidade de vida da população;
- Criação do Conselho Gestor do PMF, respeitando a paridade;
- Maior investimento na atenção de média e alta complexidade por território de forma a garantir a integralidade da atenção;
- Mudança do modelo de gestão vigente para aquele adotado nas demais instâncias do SUS, com gestão feita pela Fundação Municipal de Saúde e controle social nos moldes do SUS;

- Ampliação da composição da equipe mínima, adotando, ao menos, o modelo do Programa de Saúde da Família (PSF), ou seja, incorporando às atuais equipes de médicos e auxiliares de enfermagem outros profissionais, como agentes comunitários de saúde e enfermeiros;
- Implementação de equipes de Saúde Bucal junto ao PMF;
- Implementação dos Núcleos de Atenção Integral à Saúde da Família, composta por outros profissionais não contemplados nas equipes mínimas e de supervisão, como forma de apoiar as equipes e atendimento aos usuários, proporcionando a integralidade da atenção.
- Implementação efetiva das ações de Educação e Saúde para o usuário;
- Implantação efetiva das ações diretas de promoção de saúde da Política Nacional de Promoção da Saúde de acordo com a Resolução nº 399 de 2006, Pacto pela Vida, do Ministério da Saúde;
- Garantia de Atenção Farmacêutica Integral.

QUE CONTROLE SOCIAL?

HISTÓRICO DA LUTA POR SAÚDE EM NITERÓI

A Secretaria de Saúde de Niterói, que até a década de 70 era conhecida como a "secretaria da morte", por contar apenas com um posto de saúde e um serviço funerário, começou a mudar sua estrutura na gestão do professor Hugo Tomassini, que iniciou um processo de ampliação da rede, priorizando os bairros ditos periféricos.

Esta proposta possibilitou a elaboração, em 1977, de um plano denominado "Diagnóstico de Saúde de Niterói" que faria a extensão da rede primária de saúde até 1980, conforme as resoluções da Conferência de Alma Ata. O plano, no entanto, não pode ser concretizado, pois, com a adesão do prefeito Moreira Franco ao PDS e com a demissão dos secretários progressistas, houve uma ruptura no processo que estava sendo encaminhado.

A mudança de postura política do prefeito encontrou grandes resistências por parte dos trabalhadores da saúde, do movimento popular e da universidade, ao mesmo tempo em que se observava um ascenso nas lutas populares em todo o país por liberdades democráticas e por melhorias nas periferias das grandes cidades, sendo a saúde uma das bandeiras principais.

O movimento por saúde à época, em Niterói, articulava as Associações de Moradores, trabalhadores de saúde e técnicos e professores da Universidade Federal Fluminense (UFF) e era pautado pelas diretrizes do CONASP (Conselho Nacional de Saúde e Previdência). O grupo formado por representantes das instituições citadas criou o "Projeto Niterói" que foi a expressão das Ações Integradas de Saúde no município e que tinha como uma de suas principais bandeiras o acesso universal à saúde, inclusive da população que não fazia parte do mercado formal de trabalho e não contribuía para a Previdência Social. Mais tarde, as AIS serviriam de inspiração à criação do SUS.

O Projeto Niterói chegou a produzir um documento denominado "Diagnóstico de Saúde de Niterói", que apontava as necessidades de saúde e continha propostas para nortear a política de saúde do município. O Projeto ganhou força política e aglutinou o movimento de oposição à prefeitura local, na área de saúde, contando com o apoio de entidades como Associação Médica Fluminense, CREMERJ e FAMNIT (Federação das Associações de Moradores de Niterói).

Em 1989, quando Jorge Roberto Silveira assumiu a prefeitura, vários integrantes do Projeto Niterói foram convidados a integrar os espaços institucionais e o projeto perdeu assim a sua característica de oposição.

Com a realização da VIII Conferência Nacional de Saúde em 1986, criação do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS) em 1987, mais tarde se transformando no SUS, e com a criação do Conselho Municipal de Saúde de Niterói, as reivindicações de saúde da população passaram a ser canalizadas quase que exclusivamente para os fóruns institucionais. Contribuíram para isso o descenso do movimento sindical e popular que ocorreu nos anos 90 graças ao avanço das políticas neoliberais, visto que estas resultaram em profundo desemprego e subemprego na cidade, e também graças aos mecanismos de cooptação das lideranças comunitárias através dos programas Médico de Família e "Vida Nova no Morro".

Tais programas, além de serem usados como moeda de troca para comunidades que não se situassem no campo da oposição, incluem repasse de verbas para as Associações de Moradores para que estas executem o pagamento e a "escolha" dos funcionários, instituindo um micro-poder local.

Em relação às Conferências Municipais de Saúde, a escolha das delegações de representantes dos trabalhadores é organizada e manipulada pelos gestores, dificultando ou impedindo a livre organização e escolha de critérios e de representação nas Unidades de Saúde. Muitos "delegados eleitos" no segmento dos trabalhadores de saúde para a última Conferência Municipal eram inclusive detentores de cargos de confiança, sendo, na verdade, representantes do segmento dos gestores.

Além disso, a Prefeitura utiliza o discurso oficial e a mídia afirmando que atendeu as principais reivindicações do movimento de saúde dos últimos 20 anos, inaugurando uma maternidade que funciona sem estrutura mínima de segurança (sem banco de sangue, sem UTI e sem laboratório) e a Unidade Pré Hospitalar fixa da Região Oceânica, que funciona sem estrutura mínima para um Serviço de Emergência de Nível II e que conta apenas com leitos de observação para 24 horas.

PROPOSTAS

- Estímulo e incentivo à criação de conselhos locais de saúde, com funcionamento independente das instituições do SUS;
- Estímulo e incentivo à organização independente de trabalhadores nas unidades de saúde para discussão de questões de saúde e eleição de delegados para as Conferências Municipais;
- Garantia de espaços de discussão com os trabalhadores, usuários do SUS e universidade para realização de diagnóstico, avaliação sistemática e planejamento das ações de saúde do município;
- Eleição direta para a presidência do Conselho Municipal de Saúde, estabelecendo que este cargo não seja ocupado obrigatoriamente por representante do segmento dos gestores;
- Respeito à decisão da V Conferência Municipal de Saúde de impedir que ocupantes de cargos comissionados sejam delegados pelo segmento dos trabalhadores de saúde;
- Incentivo à criação de conselhos gestores nas unidades de saúde que ainda não os possuem, incluindo o PMF Niterói;
- Eleições diretas para a Direção das Unidades de Saúde;
- Criação de uma Ouvidoria Municipal de Saúde e implantação do Disque Saúde como um canal de comunicação direta com os usuários, por onde estes tirem dúvidas e façam denúncias de irregularidades no sistema;
- Realização de seminários e cursos de capacitação para os conselheiros municipais em convênio com a UFF.

A CRISE DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ANTÔNIO PEDRO – HUAP

O Hospital Universitário Antônio Pedro é o maior centro da rede hospitalar do município de Niterói e adjacências. É um hospital federal, pertencente à Universidade Federal Fluminense, que cumpre papel imprescindível para o atendimento local e também para os municípios vizinhos, carentes de uma rede hospitalar capaz de fornecer atendimentos de média e alta complexidade.

Apesar de ter em seus quadros profissionais de primeira linha e capacidade para procedimentos complexos e de ser uma referência de atendimento para a população local e dos municípios vizinhos, especialmente da Região Metropolitana II, o Antônio Pedro está cada vez mais abandonado pelo governo federal. Mesmo em comparação com outros hospitais federais, o HUAP fica muito atrás no que se refere a verbas destinadas pelo governo. Enquanto o Hospital da Lagoa recebe R\$ 37 milhões anuais e o Hospital do Andaraí recebe R\$ 40 milhões anuais, o Antônio Pedro tem destinados apenas R\$ 21 milhões.

Além disso, o hospital carece de concurso público para funcionários, de forma a recompor o quadro funcional para que este seja capaz de atender à demanda existente com dignidade e qualidade. Entre as vagas destinadas para técnico-administrativos no concurso público das universidades de 2008, o Ministério da Educação recusou praticamente todas as vagas solicitadas para o HUAP, priorizando, desta forma, a ampliação dos pólos universitários no interior do Estado do Rio de Janeiro. Esta é uma política dentro dos

marcos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), promovendo expansão sem qualidade, através do ensino à distância e dos bacharelados multidisciplinares.

Além do problema do financiamento, há também problemas de gestão. Apesar da escassez de recursos imposta pelo governo federal, a falta de diálogo e democracia interna são obstáculos para que soluções de curto prazo sejam encontradas dentro deste universo de crise que vive o HUAP. A ausência de um Conselho Gestor e de eleições democráticas para direção do hospital e demais cargos de chefia dificulta que os mais sérios problemas do hospital sejam diagnosticados. A democracia interna é o que permite, neste contexto, soluções coletivas, democráticas e amplamente debatidas para os problemas existentes.

No mês de fevereiro de 2008 a população de Niterói tomou conhecimento de mais um doloroso capítulo da crise do Sistema Único de Saúde – SUS: O fechamento da emergência do Antônio Pedro.

Embora não se trate da desativação do serviço – o hospital continua recebendo pacientes encaminhados por outras unidades hospitalares e pelo SAMU – a unidade fechou as portas para a demanda espontânea por parte da população, o que constitui um duro golpe não só para Niterói como também para os municípios da Região Metropolitana II.

O fechamento da emergência do Antônio Pedro é parte da crise descrita anteriormente e aflige a população que paga seus impostos regularmente e necessita ser atendida no hospital, tendo assim seu direito universal à saúde respeitado. A decisão da direção do Antônio Pedro de fechar a emergência, além de ter sido uma ação executada sem amplo debate com trabalhadores e usuários, não é uma solução política adequada para a situação. Esta postura apenas corrobora a ação dos agentes locais do governo federal que tentam descredenciar o Antônio Pedro no que se refere ao recebimento dos recursos federais devidos.

A crise não é nova. O Sindicato dos Trabalhadores da UFF afirma que, dos 400 leitos existentes vinte anos atrás, somente 257 permanecem em funcionamento, sendo que 37 deles foram desativados em 2007. Além disso, o hospital possui apenas 12 leitos de CTI, quando o mínimo recomendado pela Organização Mundial de Saúde seria de 25 vagas, 10% do total. Técnicos da Fundação Municipal de Saúde afirmam que os leitos do HUAP, além de insuficientes, não são disponibilizados de forma transparente para a central de regulação do município.

O HUAP, além de ser um hospital-escola da UFF, estabelece um contrato de metas com o SUS para atender casos de média e alta complexidade oriundos dos sete municípios da Região Metropolitana II (como já foi mencionado: Niterói, São Gonçalo, Maricá, Itaboraí, Tanguá, Rio Bonito e Silva Jardim). Seus trabalhadores são pagos com verbas do MEC, enquanto equipamentos e insumos são custeados através de recursos do SUS. Entretanto, o hospital sofre com o sub-financiamento dos ministérios da Saúde e da Educação. A utilização de recursos, que é insuficiente, não é discutida de forma transparente, já que o hospital não constituiu até o momento um Conselho Gestor como exige a legislação.

A direção do hospital tem utilizado verba do SUS para contratar pessoal através de contrato temporário – sem qualquer garantia trabalhista – e estes trabalhadores já se constituem em 30% da mão-de-obra do hospital, segundo dados do SINTUFF. Além disso, a sobrecarga de horário, os baixos salários e as péssimas condições de trabalho não favorecem a fixação dos médicos e dos demais profissionais na emergência, que conta com um déficit de pessoal em todos os plantões.

A relação do hospital com alguns cursos da universidade também é truncada. Estudantes como os do curso de nutrição, por exemplo, têm sido impedidos de estagiar. A situação que já é trágica pode piorar por conta da instalação do Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ, em Itaboraí. O atendimento de vítimas potenciais de acidentes de trabalho exigirá um aumento da oferta de leitos, especialmente um centro de tratamento para queimados – CTQ.

PROPOSTAS:

- Luta em conjunto com os movimentos populares e dos trabalhadores do SUS e da UFF pelo aumento das verbas repassadas pelo Ministério da Saúde e pelo MEC, de forma a possibilitar a reabertura da emergência e a criação dos leitos necessários para o atendimento da Região Metropolitana II, respeitando a proporcionalidade recomendada pela OMS;

- Denúncia contra o governo federal no que se refere ao descaso com o Antonio Pedro e à saúde pública como um todo, vide sua tentativa de implantar a privatização dos hospitais através do projeto de Fundações Estatais de direito privado;
- Ação da Prefeitura Municipal de pressionar publicamente o governo federal para que este amplie as verbas do Antônio Pedro e realize um concurso público decente que supra as necessidades do hospital;
- Ação da Prefeitura Municipal de cobrar da universidade, em especial da direção do hospital, a formação do Conselho Gestor, ampla transparência na aplicação dos recursos e eleições diretas para a direção e todos os demais cargos de chefia do Antônio Pedro;
- Tomada de iniciativas em conjunto com os movimentos populares e os trabalhadores da UFF e do SUS que impulsionem a criação imediata do Conselho Gestor do HUAP, respeitando a paridade recomendada pelo SUS, incluindo a representação dos trabalhadores do HUAP, professores, estudantes, usuários e representantes dos municípios que compõem a Região Metropolitana II;
- Tomada de iniciativas que garantam a transparência na disponibilização de leitos do HUAP para a central de regulação de Niterói e da Região Metropolitana II;
- Tomada de iniciativas, em conjunto com os movimentos populares, dos trabalhadores da UFF e do SUS, que impulsionem a criação do Centro de Alta Complexidade em Oncologia – CACON e do Centro de Tratamento de Queimados – CTQ;
- Investimento no Hospital Orêncio de Freitas como suporte para os procedimentos de alta complexidade que não são cobertos pelo HUAP;
- Papel protagonista na criação do Consórcio Intermunicipal da região Metropolitana II para atenção de alta e média complexidade;
- Posicionamento radicalmente contrário a qualquer proposta de privatização do HUAP (quer seja de gestão ou de serviços), incluindo a proposta de Fundações Estaduais de direito privado;
- Posicionamento favorável e apoio ao movimento dos trabalhadores da UFF nas reivindicações de concurso público pelo Regime Jurídico Único, tanto para professores quanto para trabalhadores do HUAP.

DENGUE: PERDEMOS A “GUERRA” (?)

Diante do quadro devastador e de maior gravidade que ainda estamos vivendo de epidemia de dengue no Rio de Janeiro, tecnicamente prevista, inclusive tendo sido citada em literatura especializada tanto por Cuba (1987) quanto por outros países da América Central (década de 90), nos resta pouco a questionar a não ser que podemos ter perdido mais uma batalha em defesa da vida e quem sabe já perdemos a guerra.

Muito é apontado pela grande mídia em todas as epidemias que “o mosquito está de volta e a população continua como sempre, assistindo a uma inacreditável troca de acusações entre autoridades federais, estaduais e municipais”. Mas façamos as seguintes considerações: em primeiro lugar, o mosquito (*Aedes Aegypti*), até o momento principal vetor, não está de volta, ele nunca foi embora. Vivemos num país tropical e ele sempre esteve e sempre estará necessitando, sim, de controle intenso na sua proliferação.

Esse controle não é tecnicamente impossível se encarmos com seriedade, firmeza, competência e buscarmos incansavelmente propostas inovadoras e criativas para o seu desenvolvimento. A importação metodológica pelo SUS do combate a endemias e epidemias, da antiga SUCAM (Superintendência de Campanhas) e FUNASA (Fundação Nacional de Saúde), centrada exclusivamente no vetor, não está sendo eficaz, pois são secundarizadas questões relativas a participação cidadã, educação sanitária sistemática, defesa e discussões sobre o meio ambiente na complexa situação urbana do séc. XXI associado ao vergonhoso cenário do precário saneamento básico principalmente nas periferias. Segundo: quanto à “troca de acusações” que acontecem nesses períodos, nada de novo, epidemias e endemias sempre serviram de arena política desde a época de Oswaldo Cruz. “Lembremos de citações das epidemias de febre amarela urbana e varíola no começo do século passado”. E por citar febre amarela, também tivemos recentemente um perfil epidemiológico que nos deixa alerta em função dos surtos de febre amarela silvestre ocorridos no Centro Oeste.

No caso específico da dengue, o risco sempre se fez presente que desde 1990/92, na entrada do dengue 2 no Rio de Janeiro/Niterói. Houve previsão do risco cada vez maior da forma hemorrágica (Fhd) e óbitos por dengue. Lá se vão 16 anos!

É realmente incrível que essa situação vexatória, incluindo a assistência precária, permaneça até os dias de hoje, ou seja, apesar de algumas tentativas locais, pouca coisa ou quase nada mudou substancialmente na forma de fazer política, na seriedade com a aplicação da verba da saúde pública e na abordagem técnica de combate ao risco da epidemia e não somente ao vetor.

Muda sim, para pior, rapidamente, a cada ano, o perfil da doença e as estatísticas de casos e de óbitos. O que será que nos espera no verão de 2009 com a possibilidade de entrada do vírus tipo 4?

Rapidamente, também são necessárias reflexão e ação de nossa parte, não somente tirando os criadouros de mosquitos de nossos lares e de nossos quintais mas exercendo nossa cidadania, cobrando de todas as autoridades sanitárias, sem exceção, a responsabilidade com o que eles dizem que defendem ou deveriam defender **a vida!**

PROPOSTAS

- Implantação imediata de um comitê intersetorial permanente para elaboração e execução de um plano urgente de contingência de atenção integral ao risco de epidemia 2009;
- Ampliação da área coberta por efetivo saneamento básico (oferta adequada de água, coleta e tratamento adequado de esgoto e coleta eficiente de lixo incluindo intensificação de reciclagem);
- Intensificação das ações de educação sanitária para todo o município.

SAÚDE PARA TRANSFORMAR

O PSOL apresenta uma plataforma transformadora para a saúde e, conseqüentemente, da saúde para transformação, com estratégias para a superação de crises, de uma realidade sanitária excludente, de uma sociedade desigual. Trata-se de uma inflexão do Poder Local para radicalização da democracia, da participação ativa da população e da atenção integral, universal e equânime da saúde, contrapondo-se ao avanço neoliberal nas reformas do Estado.

Por isso, não propomos ações baseadas em “programas” que fragmentam o indivíduo, que transformam homens e mulheres em “pedaços” e “doenças”. Nossa proposta é em direção a uma visão integral da saúde e dos homens e mulheres, considerando todos como *seres totais*.

Assim, enfatizamos que se estabeleçam *Linhas de Cuidado*, isto é, que a atenção à saúde se organize a partir de modelos que visam a integralidade do cuidado e integram ações de promoção, vigilância, prevenção e assistência, voltadas para as especificidades de grupos ou necessidades individuais, permitindo a condução oportuna dos pacientes pelas diversas possibilidades de diagnóstico e terapêuticas e uma visão global das condições de vida.

A adoção das linhas do cuidado como forma de intervir de ponta a ponta deve servir para a consolidação do princípio da integralidade. A partir do acompanhamento do usuário na rede de serviços, é possível mapear todos os recursos disponíveis nos diversos segmentos da saúde, avaliar as formas utilizadas para assisti-lo quanto ao tipo, fluxos e mecanismos de regulação, tentativas de negociação de acesso, utilização dos recursos das clínicas especializadas, vigilância à saúde, promoção e os ruídos produzidos.

PROPOSTAS

- Interlocução estadual e nacional entre as instâncias administrativas e com outras redes urbanas, na busca por um modelo de desenvolvimento e gestão da saúde socialmente justos e ambientalmente viáveis;
- Investimento e fortalecimento de políticas alternativas de saúde, como as políticas de alimentação e nutrição e de melhoria da qualidade de vida;
- Investimento em políticas de medicamentos e assistência farmacêutica, com incentivo às farmácias públicas de manipulação e garantia de assistência farmacêutica integral, em todos os níveis de atenção;

- Implantação de programa de qualidade na rede municipal de saúde com revisão dos processos de trabalho, para redução da burocracia, tempo de atendimento, aumento da satisfação dos usuários e melhoria das condições de trabalho dos profissionais de saúde.
- Informatização da rede pública de saúde, incluindo todas as unidades de saúde, com integração com a Central de regulação e marcação de consultas e através da utilização de software livre;
- Cumprimento da obrigatoriedade notificação de doenças endêmicas em todos os níveis à Secretaria de Saúde;
- Implementação de ações em prol da saúde dos trabalhadores, em especial daqueles que atuam no ramo de transporte, exigindo a revisão da arquitetura do ônibus, que produz estresse, depressão e esterilidade e deficiência auditiva dos motoristas e cobradores;
- Reforma psiquiátrica já! Priorização dos atendimentos descentralizados através dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), com melhoria das condições e vínculos de trabalho dos profissionais que atuam nestas unidades, de modo que permaneçam nos centros e promovam continuidade do tratamento aos seus usuários;
- Participação do idoso, através de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos na área da saúde;
- Priorização do atendimento ao idoso em suas moradias, com visitas domiciliares realizadas pelos profissionais de saúde, não exclusivamente pelo PMF, em detrimento do atendimento asilar (à exceção dos idosos que não possuem condições que garantam sua própria sobrevivência);
- Capacitação e qualificação dos trabalhadores das áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços;
- Priorização do atendimento ao idoso em órgãos públicos e privados prestadores de serviços e especialmente quando desabrigados e sem famílias;
- Viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, que propiciem sua integração às demais gerações;
- Garantia da prevenção do câncer de mama, primeira causa de óbito em Niterói (garantia de acesso aos exames) e do câncer cervico-uterino
- Efetivação do planejamento familiar, com educação sexual e revisão de metodologia, incentivando a participação de homens e possibilitando a laqueadura tubária;
- Integração do planejamento familiar com a atenção pré-natal;
- Melhoria da atenção pré-natal, garantindo a atenção integral até o parto, com acompanhamento pelo mesmo profissional desde o pré-natal, o parto e posteriormente, no puerpério;
- Implantação imediata, no HUAP, da referência para abortos previstos em Lei (estupro e risco à saúde da mulher) para Região Metropolitana II (V Conferência Municipal de Saúde, 2007);
- Defesa e avanço na revisão da legislação punitiva sobre o aborto (legalização do aborto);
- Garantia da não solicitação de exames de gravidez para admissão em empregos;
- Controle de zoonoses e atenção aos animais, em especial de rua, com aprovação e implementação de projeto público de castrações e de controle de natalidade animal;
- Desenvolvimento e prioridade para a construção e o fortalecimento de uma rede municipal de assistência social pública estatal.

Por fim, identificamos como fundamental o investimento em ações intersetoriais. Por isso, o programa do PSOL, ao dedicar-se também às questões de Meio Ambiente, Saneamento, Urbanismo e habitação, Educação e na discussão específica para as Mulheres destaca ações que devem ser realizadas em conjunto para transformação da saúde e do município, em uma gestão ética e de luta, justa e igualitária.

Urbanismo e Meio Ambiente



É necessária a urgente contenção do desenvolvimento urbano desordenado com os aumentos dos gabaritos dos prédios, impulsionado pela especulação imobiliária, e o crescimento horizontal da cidade em áreas de enorme densidade populacional. Garantindo o direito à cidade e construindo uma cidade ecologicamente sustentável.

*Implantação de programa de **regularização fundiária** (que garanta a titulação de propriedade) e programa de **habitação popular**, inclusive com a utilização dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade.*

*Prioridade absoluta é a completa transformação do sistema de transporte público municipal. O transporte público deve ser desprivatizado para tornar-se eficiente, rápido, confortável, seguro e com tarifas módicas. **Para financiar a completa reestruturação do trânsito na cidade, todos os recursos arrecadados com o royalties do petróleo**, que aumentarão em 2010, serão investidos no programa de reformulação do sistema público de transporte de Niterói. Iniciar a implantação do sistema de **Veículos Leves sobre Trilhos (VLT)** e estudar e implantar outras alternativas de transporte em especial a marítima e o ciclovária.*

O capitalismo destrói o planeta

UM ESPECTRO RONDA O PLANETA — o espectro do aquecimento global. Aparentemente, todas as autoridades se unem numa Santa Aliança para conjurá-lo: o Papa e o presidente da França Nicolas Sarkozy, o premier britânico Gordon Brown e sua colega alemã Ângela Merkel. Até George W. Bush promete reduzir um dia a emissão de dióxido de carbono. Utilizando-se de um sistema midiático mundial submisso, empresários do agro negócio plantadores de soja transgênica, os executivos da Monsanto e mesmo os patrocinadores do deserto verde da Aracruz Celulose declaram seu suposto amor à natureza.

Entretanto, as declarações e resoluções aprovadas em solenes conferências não conseguem esconder que estes personagens formam, na verdade, o estado maior da indústria do desperdício junto aos predadores das matas, os poluidores do ar e das águas do planeta e seus financiadores, os banqueiros internacionais. Trata-se do estado maior do capitalismo mundial que insiste em nos impor este modelo de "sociedade cristã ocidental", cujos traços fundamentais são o produtivismo, o consumismo, o lucro a qualquer preço e por outro lado, a destruição do planeta, a miséria para os trabalhadores da cidade e do campo e a criminalização da pobreza.

As sombrias previsões do Painel Inter-governamental sobre Mudança Climática da ONU (IPCC, em inglês), realizado em fevereiro deste ano, não fazem mais que confirmar os diagnósticos que os ecologistas do mundo inteiro vinham repetindo há anos. Entretanto, o aquecimento global decorrente do aumento da emissão dos gases que produzem o efeito estufa é apenas a parte mais visível do desastre, ao tempo que, as soluções propostas pelos governantes não passam de paliativos, pequenos remendos que não atacam o mal pela raiz.

A Terra já não resiste a os atuais padrões de consumo e desperdício existentes nos países capitalistas centrais e entre a classe dominante dos países periféricos. Na outra ponta, temos um bilhão de pessoas com dificuldades de acesso a água potável para suas necessidades básicas e segundo o Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), em vinte anos, 60% da população do planeta enfrentará problemas com sua escassez. Isto significa que, além de destruidor da natureza, este modelo perpetua as desigualdades, reservando apenas para uns poucos o acesso aos bens de consumo, concentrando as riquezas e até os elementos básicos para a sobrevivência da humanidade nas mãos de poucos.

O Brasil segue o mesmo curso destruidor

No Brasil, o governo Lula adotou um modelo privatizante, predador do meio ambiente, exportador de matérias primas e repressor, seguindo o modelo capitalista mundial.

Exemplos desta política são:

- 1 - A Forte atividade extrativista de minérios para exportação, privatização da Companhia Siderúrgica Nacional e mais recentemente da Vale do Rio Doce, com agressões ao meio ambiente e danos irreversíveis;
- 2 - Os Leilões de campos de gás e petróleo de finíssima qualidade (inclusive os campos do pré-sal recentemente descobertos), entregando o patrimônio do povo brasileiro a os grupos petroleiros internacionais com a conseqüente desnacionalização da Petrobras;
- 3 - Transposição das águas do Rio São Francisco para favorecimento da agroindústria sacrificando as populações ribeirinhas que reclamam historicamente sua revitalização;
- 4 - Avanço sobre a fronteira Amazônica das monoculturas de soja para exportação, campos de pastagem de gado e plantações de cana de açúcar para a produção de agro-combustíveis, desmatando, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Especiais – IMPE, em 20 anos 700 mil km² de um total de 4 milhões de km² da Amazônia Legal, a um ritmo equivalente a um campo de futebol a cada 10 segundos;

5 - Ocupação das regiões com importantes reservatórios de água para plantação de eucaliptos e a implantação de complexos industriais para a produção de pasta de celulose (Aracruz Celulose, Vale), ressecando e poluindo com agrotóxicos e resíduos industriais rios e lençóis freáticos;

6 - Saqueio da biodiversidade da Amazônia pelas ONG's e supostas expedições científicas, humanistas e/ou evangélicas;

7 - Destruição do meio ambiente a partir das obras do PAC – braço brasileiro da Iniciativa para a Integração Regional Sul Americana - IIRSA, riscando o país em todas as direções com estradas, gasodutos, hidrovias, construção de portos e ferrovias, com o único objetivo de facilitar a livre circulação de mercadorias para exportação;

8 - Construção de hidrelétricas alagando florestas, expulsando as populações ribeirinhas e alterando de forma radical os ecossistemas e a construção de usinas termelétricas a carvão vegetal altamente poluidoras, além da usina atômica Angra III, com a conseqüente degradação do meio ambiente e o risco letal permanente para os centros urbanos próximos;

10 - Expulsão dos trabalhadores do campo - agora ocupado pela agroindústria e as monoculturas de soja, cana de açúcar e eucalipto – agravando o caos urbano, aumentando o número de habitantes nas zonas mais degradadas da cidade (favelas e comunidades da periferia) e o número de famílias que passam a morar nas ruas;

11 – Esta ofensiva do capital e dos grandes grupos transnacionais sobre o patrimônio do Brasil e da América Latina encontra, em primeiro lugar, uma forte resistência dos povos originários e dos camponeses, habitantes históricos das regiões concentradoras destas riquezas, que resistem ao saqueio.

12 - O governo tem respondido à resistência à implantação deste modelo destruidor da natureza e de homens e mulheres com repressão e mortes, contando com a cumplicidade da justiça, que inocenta jagunços assassinos e mandantes, ao mesmo tempo em que criminaliza os movimentos sociais.

No Rio de Janeiro o legado do Ministro

A destruição ambiental no Estado do Rio de Janeiro teve até recentemente no seu comando o braço do atual Ministro de Meio Ambiente Carlos Minc, facilitador de licenças ambientais duvidosas e responsável pela ampliação da área destinada à plantação de eucalipto na região noroeste do Estado, em benefício das empresas Aracruz Celulose e Vale.

Seu triste legado nos deixa ainda a construção da já citada Angra III, obra que não pretende questionar na função de Ministro de Estado, além das obras do PAC, braço nacional da IIRSA.

Neste ponto, ganham especial destaque as obras do COMPERJ, complexo que inclui a construção do Pólo Petroquímico em Itaboraí, o Arco Rodoviário que conduz até as obras do porto particular de Sepetiba e a construção da Companhia Siderúrgica do Atlântico.

Fiel à lógica exportadora de produtos primários e destruição da natureza, estas obras do PAC trazem graves conseqüências para toda a região. A construção do Pólo Petroquímico de Itaboraí afetará os últimos manguezais da Baía da Guanabara, fonte de renovação da vida, contribuindo para sua poluição e morte definitiva.

O Arco Rodoviário, se por um lado evita a passagem obrigatória dos veículos pesados nas cidades de São Gonçalo, Niterói e Rio de Janeiro, levará poluição, violência urbana e degradação a uma região hoje voltada para a agricultura.

A construção da Companhia Siderúrgica do Atlântico, junto a uma termelétrica a carvão mineral e um porto privado pertencentes às empresas Thyssen-Krupp e à desnacionalizada Vale do Rio Doce, já causa enormes prejuízos à população.

Aproximadamente 40 mil moradores locais já são prejudicados pela inviabilidade da atividade pesqueira de mais de oito mil pescadores artesanais. Os operários que trabalham na construção das obras são terceirizados, trabalham sem equipamentos de segurança e existem relatos de acidentes, mortes e desaparecimentos, além de contratação de mão-de-obra semi-escrava, inclusive chinesa. Entretanto, a resistência se torna extremamente difícil devido ao corpo de segurança da empresa auxiliadas pela presença ostensiva das milícias.

Os danos ambientais provocados pela dragagem do leito da Baía de Sepetiba para a construção do porto, a contribuição da coqueria para o aquecimento global e a poluição ambiental e a contaminação da Baía pela Siderúrgica é o preço que o estado e toda a região já estão pagando para viabilizar uma unidade industrial exclusivamente exportadora.

NITERÓI – GESTÃO AMBIENTAL

Niterói também passa por diversos problemas na questão ambiental, áreas de grande relevância vem sendo perdidas ao longo dos anos e Unidades de Conservação estão em condições de abandono. É preciso mudar esse cenário. Deve-se portanto dar tratamento sério ao meio ambiente na cidade, não de maneira preservacionista, mas buscando formas realmente sustentáveis e atuando firmemente de forma a defender uma melhor qualidade de vida para a população da cidade. Niterói deverá ser exemplo de cidade ambientalmente correta.

Niterói jamais possuiu uma Secretaria de Meio Ambiente que efetivamente atuasse na prevenção aos danos ambientais e na punição dos que degradam o meio ambiente da cidade. Até 1997 o órgão de Meio Ambiente em Niterói era vinculado diretamente a Secretaria de Urbanismo e posteriormente quando se desvinculou, atuou sem qualquer previsão orçamentária durante anos.

Novamente no ano 2000 a Secretaria de Meio Ambiente perdeu importância no Governo, caindo ao status de sub-secretaria. Só recentemente em outra reforma administrativa foi criada Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, o que em termos práticos não acrescentou em nada para a questão ambiental da cidade, se mantendo este órgão sem nenhuma função para a efetiva proteção dos recursos naturais da cidade. Neste sentido é necessário que se realize urgentemente uma reforma administrativa que busque realmente uma mudança de verdade na gestão ambiental do meio ambiente da cidade. Neste sentido é necessária a realização de concurso público para preenchimento da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, criando inclusive órgão fiscalizador e de controle ambiental, com quadros competentes para o exercício da fiscalização ambiental efetiva e controle técnico de licenciamentos no Município. Garantindo ainda a dotação orçamentária necessária ao pleno funcionamento do órgão, que deverá atuar com veículos e lanchas que venham a propiciar a fiscalização nas diversas unidades de conservação municipais. Deverá ser também buscada uma parceria com a Universidade Federal Fluminense para contribuir com a melhor gestão ambiental municipal.

O Conselho Municipal de Meio Ambiente, garantido em 1992 no Plano Diretor como órgão de gestão democrática da cidade, por onde deveriam passar todas as questões de interesse público locais relacionadas ao meio ambiente, só foi criado em meados de 1998 e ficou durante anos sem realizar nenhuma reunião, sendo esvaziado propositalmente pelos seguidos governos que mais se preocuparam em garantir o crescimento desordenado da cidade. É necessário que se faça uma convocação imediata do Conselho Municipal de Meio Ambiente, para que se garanta efetivamente seu funcionamento, promovendo-se novas eleições, devendo este atuar com caráter deliberativo e com ampla participação popular.

É reivindicação antiga também dos que militam na questão ambiental em Niterói, a criação de um Código Municipal de Meio Ambiente. O Município realizará esta consolidação dos textos existentes sobre meio ambiente, o que proporcionará tanto aos agentes públicos quanto a toda a população interessada, uma melhor compreensão dos temas que afetam o meio ambiente, tendo em vista a atual dispersão em diversas leis, algumas até conflitantes, que disciplinam o tema na cidade.

Cumpra ao Município ainda tratar o tema da educação ambiental com seriedade, adotando este tema de forma sistemática e transversal em todos os níveis, assegurando a presença das questões ambientais de forma interdisciplinar nos currículos das diversas disciplinas e atividades escolares. A escola

deverá oferecer meios efetivos para que cada aluno compreenda os fenômenos naturais, as ações humanas e sua conseqüência para consigo mesmo, para sua própria espécie, para os outros seres e o ambiente de maneira geral. Deve-se buscar neste aprendizado, que cada aluno desenvolva as suas potencialidades e adote posturas pessoais e comportamentos sociais construtivos, colaborando para a construção de uma sociedade socialmente justa, em um ambiente saudável.

Deverão ser estabelecidos critérios ambientais rigorosos para a contratação de empresas que venham a prestar serviços ao Município, com avaliação prévia do órgão ambiental municipal, acompanhada de constante monitoramento e controle das atividades da empresa, que deve se enquadrar com a política ambiental a ser aplicada na cidade e estar em conformidade com a legislação ambiental. Ainda neste sentido, as empresas que se adequarem a política municipal de defesa do meio ambiente receberão descontos na alíquota do ISS.

Defesa do meio ambiente

O Município deve não apenas atuar na defesa das Unidades de Conservação Municipais, mas também colocar seu órgão ambiental para atuar em conjunto com o órgão estadual que gerencia Unidades de Conservação dentro do território municipal. Exemplo disto é Parque Estadual da Serra da Tiririca, que esteve ao longo dos anos abandonado pelo poder público, o que possibilitou a construção de diversas casas e condomínios dentro de seus limites. O Município liberou desordenadamente construções no interior dos limites do Parque, permitindo a abertura de ruas, criação de novos loteamentos e não fiscalizando as novas construções do entorno. Esta atitude do Município em conjunto com a inércia do Estado, contribuíram para a posterior diminuição dos limites de 1993, o que terminou por legalizar construções irregulares e permitir a derrubada de mais floresta no local.

Cabe ao órgão ambiental municipal, em parceria com a Secretaria de Urbanismo, ainda que com muitas perdas já concretizadas, realizar freqüentes vistorias ao local afim de garantir a preservação das áreas que ficaram de fora dos novos limites, impondo o cumprimento das legislações municipais, e garantindo em conjunto com o IEF o respeito à área de amortecimento e as regras do plano de manejo do Parque. Respeitando-se também o fato de toda a área ser parte de uma Reserva da Biosfera da UNESCO, reconhecida portanto como patrimônio da humanidade.

Igualmente a área do complexo lagunar de Itaipu, anexada recentemente ao PESET, deve ter atenção especial do Município, que deve manter junto com o IEF fiscalização permanente no entorno da laguna de Itaipu. O Poder Público Municipal deverá garantir que nenhuma construção será erguida na área do PESET, bem como não permitir nenhuma construção fora dos padrões urbanísticos permitidos e amplamente debatidos com participação popular, na revisão a ser feita dos PURs, e apoiando a sentença federal que determinou a preservação do local.

Especialmente no PESET o Município buscará sempre atuar em parceria com as comunidades tradicionais locais, residentes no interior e no entorno do PESET e todos os moradores do entorno. No caso das comunidades tradicionais o Município atuará junto aos órgãos estatais responsáveis para garantir a permanência das mesmas, sendo estas comunidades historicamente os maiores responsáveis pela preservação do local, sendo elas, os sitiantes da Serra da Tiririca, os caiçaras do Morro das Andorinhas, a comunidade tradicional do Morro da Peça/ Duna Grande, os caiçaras do canto da praia de Itaipu e a comunidade quilombola do Engenho do Mato. No caso das comunidades originárias, como é o caso da comunidade indígena aldeada em Camboinhas, caberá também ao Município atuar junto ao órgão responsável pela permanência dos mesmos, buscando-se desta maneira a preservação histórica, cultural e ambiental do lugar. Não permitindo-se portanto, diferentemente dos governos anteriores, nenhuma interferência sobre os sítios arqueológicos, o Sambaqui Camboinhas, Duna Grande, Duna Pequena e os cemitérios indígenas da Praia do Sossego e da Ilha do Pontal em Piratininga.

O mesmo tratamento deverá ser dado a comunidade da Aldeia Imbuhy, comunidade histórica cuja permanência vem sendo ameaçada pelo Exército. O Município deverá igualmente se posicionar e buscar junto aos órgãos responsáveis a permanência da comunidade e a conseqüente preservação cultural de nossa cidade. Ainda em Jurujuba, deverá se realizar a reabertura do canal fechado pelo Exército há décadas.

O Município deverá de uma vez por todas realizar a adequação da Reserva Ecológica Darcy Ribeiro ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação, como determina a legislação federal, transformando portanto este importante local de preservação municipal em Parque Natural Municipal Darcy Ribeiro. Realizando então a imediata delimitação e demarcação física de seus limites, criando o Conselho da Unidade e discutindo amplamente com a população o seu respectivo Plano de Manejo, ainda que este já venha sendo preparado no atual governo por uma empresa privada. Será criada ainda a Área de Relevante Interesse Ecológico no entorno da Unidade de Conservação garantindo o máximo de proteção para a localidade e possibilitando o retorno dos corredores ecológicos locais, integrando a administração da Darcy Ribeiro com a defesa da Serra da Tiririca. Caso não haja uma fiscalização e um estabelecimento de critérios rigorosos para o entorno das duas UCs, será impossível o retorno dos corredores ecológicos, pois o que vemos hoje é a construção desordenada nestes espaços, inclusive com a colocação de muros que impedem a circulação da fauna local. Não custa lembrar que a Darcy Ribeiro ocupa 10% do município, abrangendo 12,4 quilômetros quadrados de área e 55 quilômetros de perímetro, sendo uma área de extrema relevância ambiental.

A lagoa de Piratininga também deverá ter tratamento especial, ouvindo-se a comunidade local e os pescadores, para que se busque a melhor solução para a área. Será realizado um estudo para estabelecer critérios técnicos para a abertura do canal que liga a lagoa ao mar. Será também feito estudos sobre a melhor forma de se preservar o calçadão da Praia de Piratininga, realizando-se portanto a obra tão esperada pela comunidade local que vem trazendo uma série de constrangimentos aos moradores e gerando acidentes com os pedestres. Deverá também ter atenção especial a praia do Sossego, respeitando-se as legislações já existentes de proteção ao local tombado desde 1991 e impedindo de uma vez por todas novas construções no local e revitalizando-se as áreas agredidas.

Ainda neste sentido é preciso se implementar em Niterói uma política de ampliação, demarcação, proteção e adequação ao SNUC de todas as unidades de conservação, além da criação de novas UCs necessárias a defesa do meio ambiente da cidade. Neste sentido caberá ao Município convocar o Conselho Municipal de Meio Ambiente e realizar Audiências Públicas com participação popular para juntos avaliarem todas as áreas que podem e devem ser protegidas. É o caso do Morro do Morcego, antiga reivindicação do movimento social, que luta há décadas para que o local se torne um Parque e seja definitivamente protegido, ao contrário do que é hoje sendo uma APA onde em alguns locais é permitida a construção de até 3 pavimentos. Devem ser cumpridas as legislações existentes de proteção ambiental, aplicando-se portanto todos os meios para garantir a defesa das áreas de conservação atualmente abandonadas e de extrema importância para a cidade, como o Morro da Viração, o Parque Municipal da Cidade e tantos outros, incluindo-se todas as praias do município. Também na Zona Norte se faz necessário atuar firmemente no sentido de revitalizar as Unidades de Conservação já existentes e realizar estudos para que outras sejam criadas.

Niterói deverá atuar dentro de seu território em defesa da Baía de Guanabara, impedindo e combatendo, por exemplo, atividades poluidoras em seu entorno, buscando consórcios com outros municípios afim de construir alternativas para a melhor preservação da Baía, como a recuperação de ecossistemas periféricos, por exemplo manguezais, cobrar do Governo do Estado a implementação total do PDBG e atuar firmemente no controle do saneamento do município, em especial nos bairros da Orla da Baía, solucionando problemas e combatendo possíveis ligações irregulares de esgoto.

Deve ser também realizada no Município uma política ambiental de contenção das encostas na cidade, em vez da tradicional obra de contenção com o uso de concreto, será feito um trabalho de reflorestamento, com espécies nativas de mata atlântica, nas encostas para conter a erosão e evitar novos deslizamentos. Deverá também ser evitado ao máximo a remoção de qualquer família de seu local de moradia, o que só será feito mediante a realocação da família em outro imóvel e quando não houver condições de recuperação do local.

Será priorizado na Região Oceânica, ouvidos os moradores das ruas a serem calçadas, o calçamento com paralelepípedos ou bloquetes, em substituição ao asfalto, o que contribuirá para a mitigação das causas do aquecimento global com a não impermeabilização total do solo.

Energia

Em função da intensa utilização de energia não renovável, em especial dos derivados do petróleo, deve o Município adotar na administração pública municipal uma perspectiva de defesa do meio ambiente, priorizando programas voltados para o fomento das fontes renováveis de energia, como a energia solar térmica, incentivando o combate ao desperdício de energia.

Ligando a questão ambiental diretamente ao planejamento urbano, o Município deve adotar políticas que promovam este planejamento municipal incorporando a redução das emissões de gases de efeito estufa como componente estrutural da cidade no futuro. Deve portanto, estimular formas de transporte não motorizado com a implantação de ciclovias em locais estratégicos e implementar sistemas de transporte de massa que reduzam a circulação de veículos automotores. Exigindo ainda a substituição gradual da frota de transportes públicos e veículos públicos por outros movidos a combustíveis limpos e que apresentem maior eficiência energética.

O Município deverá ainda buscar alterar o atual Código Municipal de Obras, exigindo que todas as novas construções multifamiliares, permitidas após a realização das necessárias melhorias no trânsito, adotem equipamentos para uso de energia solar, possibilitando uma significativa redução do uso de energias não renováveis. As novas construções deverão ainda adotar sistemas de reaproveitamento de água, gerando uma enorme redução no consumo, reutilizando, por exemplo, a água do banho, dos lavatórios e da lavagem de roupas, para ser utilizada como descarga sanitária, rega de jardins, limpeza de pátios e carros. Além da adoção de sistema de aproveitamento das águas pluviais, o que deverá também ser adotado em todos os prédios públicos municipais.

Elaboração de uma política municipal de resíduos:

Reduzir em Niterói o impacto ambiental do lixo buscando alternativas como os Aterros Licenciados Consorciados, reduzindo assim os gastos municipais nesta área e possibilitando uma gestão realmente técnica. Incentivar a coleta seletiva inclusiva global, promovendo também a partir desta atividade a educação ambiental em escolas e comunidades. Neste sentido deverá ser adotada uma política de valorização dos catadores, que serão inicialmente os principais atores deste processo.

Debater com a população da cidade a possibilidade da criação de Usinas de Reciclagem do Lixo na cidade, transformando os resíduos em matéria prima ou em novos produtos, gerando oportunidades de trabalho e ampliando a vida útil dos aterros, verificando ainda a possibilidade de criação de Usina de Compostagem transformando material orgânico em material que poderá ser usado como fertilizante. Será elaborado pelo Município o Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, resíduo sólido gerado pela construção civil que causa grande impacto ambiental, e é hoje em nossa cidade depositado de forma inadequada gerando grandes problemas. Este Programa terá como diretriz que os geradores destes resíduos deverão ter como objetivo prioritário a não geração dos mesmos e secundariamente a deverão colaborar para sua redução, reutilização, reciclagem e destinação final. Deverá ser criada então uma Usina de Reciclagem de Entulho, onde a partir destes resíduos deverão ser produzidos prioritariamente paralelepípedos e bloquetes que deverão servir como alternativas ao asfaltamento de ruas da cidade como apontado anteriormente.

O Município deverá exigir a implementação de tecnologias para redução de emissões de metano e de óxido nitroso nos sistemas de tratamento de esgoto sanitário e incentivar a reciclagem e reutilização de resíduos, inclusive inorgânicos, como vidro, lâmpadas, resíduos de construção e demolição. Criando também políticas que busquem uma redução do consumo de lixo, como desestimular o uso de sacolas plásticas e embalagens não recicláveis.

Buscar mediante participação popular formas de zerar os impactos sob a comunidade do Morro do Céu, com vistas na garantia de uma melhor qualidade de vida para os moradores locais. O lixo produzido na

cidade e estocado no lixão a céu aberto situado na comunidade do Morro do Céu no Caramujo vem causando graves danos ambientais, contaminação do solo e do lençol freático com o chorume produzido e sérios prejuízos a saúde da população local. Com sua capacidade esgotada, cercado de moradias populares e vizinho de uma creche, já deveria ter sido fechado há mais de dois anos.

O plano do atual governo municipal do PT, é fechar o lixão e abrir outro numa área contígua, com previsão de funcionamento mínimo de quinze anos. Isto é, o lixo produzido por todos os moradores da cidade, certamente em maior quantidade pela classe média e os ricos, pelas indústrias e o comércio, teria mais uma vez, como destino final o quintal dos moradores da comunidade do Caramujo condenada a conviver com ratos, insetos e doenças por mais quinze anos. O Município deverá fechar imediatamente o atual lixão e buscar alternativas como a dita anteriormente dos Aterros Licenciados Consorciados.

Pela gestão pública da distribuição de água e coleta de esgoto:

A água é vital para a manutenção da vida no planeta. Uma pessoa com 90 kg consome cerca de 3 litros de água diariamente para manter o funcionamento do seu próprio organismo. Por ser vital a preservação da vida, a água tornou-se um dos principais problemas ambientais da humanidade. O século XXI se inicia então com uma crescente preocupação em relação a provável crise da água gerada pelo aumento mundial do seu consumo.

Os defensores da privatização afirmam que a solução para a escassez deste recurso natural é cobrar um preço caro pela água. Para eles, este é o único modo das pessoas se conscientizarem da escassez e diminuir o desperdício. As grandes empresas exploradoras da água ignoram que o consumo residencial de água é responsável por apenas 2% do consumo mundial enquanto as indústrias e o agronegócio respondem por 98% do consumo mundial. A transformação da água em mercadoria é o mesmo que empurrar a conta para os cidadãos.

Durante a década de 1990, os governos neoliberais privatizaram os serviços de distribuição de água e coleta de esgoto com sérias conseqüências para a população como os aumentos de preço, cortes no fornecimento, cobrança ilegal da taxa de esgoto, introdução da cobrança pela tarifa mínima e progressiva e outros encargos abusivos.

Em Niterói, o governo Jorge Roberto Silveira foi um dos pioneiros da privatização da água no Brasil, pois já em 1999 privatizou os serviços de distribuição de água. A empresa Águas de Niterói que ganhou a exploração dos serviços na cidade passou a comprar a água da CEDAE a preço muito baixos e a vender caro aos niteroienses, acumulando assim enormes lucros. Essa transação foi inclusive objeto de proposta de CPI na ALERJ.

Além desse favorecimento, o BNDES, após a privatização, transferiu através de empréstimos cerca de 67,7 milhões em recursos públicos para a empresa Águas de Niterói que, mesmo assim, implementou medidas contrárias a população da cidade: aumentou a tarifa, passou a cobrar a taxa de esgoto além de instituir a tarifa mínima e a tarifa progressiva. Desse modo, o prejuízo do contribuinte transformou-se em milhões de reais de lucro para a empresa.

Os valores cobrados ilegalmente dos contribuintes pelo ICMS estadual foram apropriados pela empresa Águas de Niterói que, ao invés devolvê-los imediatamente aos seus donos, resolveu abater em inúmeras parcelas nas contas de água.

No final de 2007, o prefeito Godofredo Pinto, atendendo aos interesses privados da concessionária, aumentou por decreto, sem licitação o prazo da concessão em mais 15 anos. Além disso, junto com o governador Sergio Cabral negociou acordo benéfico a Águas de Niterói em relação aos preços irrisórios pagos por esta a CEDAE. O pequeno reajuste acordado foi ainda repassado aos consumidores através da autorização do aumento das tarifas em 9%, valor acima da inflação do período. Niterói mais uma vez foi prejudicada. A licitação poderia significar no mínimo uma redução nas tarifas ou milhões de reais em investimentos no município mas, ao contrário, o prefeito Godofredo resolveu seguir os passos do seu antecessor Jorge Roberto, e ignorar o interesse público.

É necessária, portanto, a ativa participação cidadã para garantir a todos o direito à água a todos os cidadãos, pois a água deve ser reconhecida não como mercadoria mas, sim, como um bem comunitário

universal . Por isso, o governo Paulo Eduardo Gomes está comprometido com a desprivatização da água em Niterói. Junto com os usuários dos serviços de distribuição de água e os trabalhadores do setor, o governo popular discutirá o novo modelo público de gestão do saneamento ambiental com base nas experiências bem sucedidas de autarquias públicas e cooperativas de saneamento como as de Buenos Aires, por exemplo. Desse modo entre outras propostas para mudar o saneamento de Niterói destacam-se:

- Imediata revisão do reajuste de 9% das tarifas;
- Revisão da prorrogação, sem licitação, da concessão da Águas de Niterói;
- Introdução de novo modelo público de gestão ambiental (autarquia ou cooperativa) com a participação democrática da população usuária dos serviços e dos trabalhadores do setor de saneamento;
- Fim da cobrança da **atual** taxa de esgoto;
- **Buscar a médio e longo prazo a substituição da rede de esgoto já defasada em alguns bairros como Icaraí, Santa Rosa, entre outros.**
- Fim da tarifa mínima e progressiva, baseada no consumo, e sua substituição pela tarifa social e ambiental baseada na preservação da água como bem comunitário.
- Criação do Alvará Ambiental das Águas para regulamentar o direito a utilização dos poços particulares, garantindo o consumo pessoal e proibindo o industrial.
- Levantamento e proteção das fontes de água do município (rios, cachoeiras, subterrâneas, dentre outras).

Direito à cidade.

“Não se projeta nunca para mas sempre *contra* alguém ou alguma coisa: contra a especulação imobiliária e as leis ou as autoridades que a protegem, contra a exploração do homem pelo homem, contra a inércia do hábito e do costume, contra os tabus e a superstição, contra a agressão dos violentos, contra a adversidades das forças naturais; sobretudo, projeta-se contra a resignação ao imprevisível, ao acaso, à desordem aos golpes cegos dos acontecimentos, ao destino”

Giulio Carlo Argan, 1964

“Contra o mito da desordem

Nunca uma cidade expira antes que sejam desenvolvidas todas as forças produtivas que ela pode conter; nunca relações superiores de produção são estabelecidas antes que as condições materiais de sua existência brotem no próprio seio da velha sociedade. Por isso é que a humanidade só se propõe tarefas que pode realizar; considerando melhor as coisas, veremos sempre que a tarefa surge

onde as condições materiais necessárias para sua realização, já se formaram, ou se formaram, ou estão em vias de serem criadas”.

Françoise Choay, 1965

- 1- **REFORMA URBANA:** É necessária a urgente contenção do desenvolvimento urbano desordenado com os aumentos dos gabaritos dos prédios e o crescimento horizontal da cidade em áreas de enorme densidade populacional principalmente na zona sul.

Revisão dos Planos Urbanísticos (PUR`s) já aprovados e aprovação dos ainda não realizados.

Suspensão dos alvarás enquanto não implementado o Plano Diretor de Transito e Transportes (PDTT).

Revisão dos alvarás ilegais para construção, como o da Chácara Fróes, e punição dos culpados.

Implantação de programa de regularização fundiária (que garanta a titulação de propriedade) e programa de habitação popular, inclusive com a utilização dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade:

- IPTU progressivo
- Usucapião urbano
- Parcelamento obrigatório
- dentre outras medidas que visam garantir a função social da propriedade urbana.

Regularização de todos os imóveis existentes na cidade, com prioridade às famílias que comprovadamente não obtenham renda definida e que tenham seus rendimentos populares. Utilização para fins de construção de casas populares em áreas de propriedade da prefeitura, respeitando as áreas verdes e de proteção ambiental, com prioridade às famílias com rendimento não superior a 3 salários mínimos. Nessas áreas o município garantirá infra-estrutura necessária e o acesso gratuito à saúde, educação e lazer. Água e luz serão garantidas em forma de subsídios em até 50% pelo poder municipal mediante contrapartida das empresas que operam nos limites territoriais da cidade;

Revitalização do centro histórico de Niterói compatibilizando a preservação da sua memória com a sua reocupação residencial e com a sua vocação comercial e cultural;

Preservação de áreas e prédios ligados à memória, cultura e lazer dos niteroienses como a **Concha Acústica e o Cinema Icarai**;

Aprimoramento do Código de obras, que garanta e adaptação de todas as edificações as exigências ambientais, como a luz solar e reutilização da água da chuva;

Manutenção da conferência da cidade;

Fim da taxa de Laudêmio;

Recuperar a área do Clube da Cedae;

- 2- **REVOLUCIONAR O TRANSPORTE PÚBLICO:** Prioridade absoluta é a completa transformação do sistema de transporte público municipal. O transporte público deve ser desprivatizado para tornar-se eficiente, rápido,

confortável, seguro e com tarifas módicas. Esta é a única solução para os crescentes problemas viários das grandes cidades como Niterói.

Para financiar a completa reestruturação do trânsito na cidade, todos os recursos arrecadados com o royalties do petróleo, que aumentarão em 2010, serão investidos no programa de reformulação do sistema público de transporte de Niterói. **Fortaleceremos a empresa NITERÓI TRANSPORTE E TRANSITO S/A – NITTRANS** para promover a total integração dos meios de transporte; gerenciar o sistema (inclusive abrindo de imediato linhas de ônibus, com frota própria, gerenciadas por esta estatal, a fim de romper com o monopólio privado existente neste setor), através do recolhimento das tarifas e pagamento das concessionárias por km rodado; fixar, divulgar e fiscalizar os horários das linhas; iniciar a implantação do sistema de Veículos Leves sobre Trilhos (VLT) e estudar e implantar outras alternativas de transporte em especial a marítima e o ciclovária.

O Plano Diretor de Trânsito e Transporte será implementado e gerenciado pela NITTRANS com melhorias em alguns pontos para garantir maior acessibilidade e mobilidade urbana em especial para os portadores de necessidades especiais e idosos. Todos os veículos serão adaptados as suas necessidades. Enquanto não for implementado o PDDT serão suspensos os alvarás para construção de novos prédios residenciais na cidade. As linhas de vizinhança serão rediscutidas e implementadas com as adequações necessárias para conjugar o interesse público com os direitos dos proprietários de vans que participarão do processo de regulamentação e gestão das linhas. Igualmente, serão regulamentadas definitivamente as permissões dos taxistas com a abertura de novos pontos na perspectiva integrada dos transportes em Niterói.

A longo e médio prazo, o município planejará e implantarão o Sistema de Veículos Leves sobre Trilhos (VLT), com prioridade para ligação ferroviária através do Túnel Charitas – Cafubá, embrião do prolongamento deste sistema para toda a Região Oceânica e, posteriormente, estendendo-o pelos principais corredores viários da cidade, em substituição as linhas de entroncamento, até lá operadas através de veículos sobre pneus. A melhoria da qualidade deste sistema integrado de transporte coletivo trará como conseqüência a gradativa confiança da população para substituir o automóvel como meio de ir e vir para o trabalho – casa, liberando espaços físicos nas ruas para implantação do sistema de ciclovias por tantos reclamado. Investimento em VLT tem retorno econômico maior, no longo prazo, que aquele obtido com a construção de viadutos e mergulhões que, de resto, mais estimulam o crescimento do tráfego de automóveis, com as conseqüências já conhecidas por todos.

Tais iniciativas devem obrigatoriamente ser acompanhadas de iniciativas políticas junto aos governos estadual e federal para implementação da Linha 3 do metrô, incluindo a ligação Praça Araribóia – Largo da Carioca, complementadas por estudos de viabilidade para novas linhas de barcas. Toda a infra-estrutura urbana de suporte físico ao novo sistema, incluindo o mobiliário urbano, será adaptado às demandas de acessibilidade e mobilidade das pessoas com necessidades especiais.

Direitos Humanos



Caberá aos lutadores sociais também se reposicionar na conjuntura, arrancando os disfarces com que a ordem neoliberal busca camuflar a luta de classes. De nada valerá cair na vala comum da penalização, vocalizando palavras de ordem pela punição dos crimes de colarinho branco, da corrupção, do racismo, da violência sexual, entre outros. Qual o sentido de se amolar uma faca criada para nos cortar? O sistema criminal está programado para punir a pobreza e os movimentos sociais. Denunciar esta situação é uma dimensão fundamental para a sobrevivência das aspirações de emancipação das classes subalternas. Ao mesmo tempo, frente à heterogeneização, complexificação e fragmentação da “classe-que-vive-do-trabalho” (que depende da venda de sua força de trabalho), os partidos anticapitalistas, sindicatos, organizações de direitos humanos, movimentos sociais e populares não poderão se furtar a articular as demandas dos trabalhadores produtivos, trabalhadores precários e desempregados estruturais², inclusive encorajando a solidariedade para além da fábrica, afinal os bairros proletários são espaços indispensáveis para a integração dos trabalhadores, em razão de suas diferenciações internas. A propósito, a criminalização da pobreza é a opressão mais brutal sofrida pela classe, marcadamente sobre as frações sobrantes. Lutar contra tal violência é cuidar de pelo menos sustentar viva a pergunta de Lênin, repetida por Rosa Luxemburgo diante dos escombros da primeira guerra mundial:

Socialismo ou Barbárie?

Direitor humanos : Segurança Pública cidadã e acesso à justiça.

***"Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de
hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem
sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente,
de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural
nada deve parecer impossível de mudar."***

Bertold Brecht

1.1 CONJUNTURA

O Estado neoliberal tem como fundamento a atrofia dos mecanismos de mediação dos conflitos entre o capital e o trabalho, em detrimento do último. O mundo do trabalho deixa de ser orientado pela política do “pleno emprego”, restando ao proletário disputar os postos de trabalho que não foram extintos pela automação tecnológica. Em vez de segurança social, alicerçada por uma rede pública de assistência e previdência sociais, engajada na universalização de direitos, mergulhamos em uma época disposta a transferir para o indivíduo a responsabilidade por sua saúde, educação, aposentadoria e emprego etc. Os desafios pessoais progressivamente se sobrepõem aos coletivos com a assimilação de uma cultura consumista, na qual a vida corre por conta e risco de cada um.

Os gastos sociais do Estado são continuamente reduzidos em um ambiente de precarização do trabalho e ascensão de uma cultura individualista e consumista. A Constituição Cidadã de 1988, instituidora de uma ordem formal social democrática, foi desfigurada por sucessivas reformas no sistema de seguridade social, com o objetivo de reduzir o déficit fiscal.

O Estado deixou de desempenhar o papel de proteção social. Para transnacionais moldadas pela reengenharia produtiva, em caóticas estruturas horizontais acomodadas para o ganho de competitividade, o ritmo de baixas e altas é lucrativo no mercado de ações, não obstante seja uma ameaça de exclusão para as pessoas comuns.

A crise do Estado de bem estar social é a própria crise da legitimidade do Estado contemporâneo, incapaz de oferecer segurança social para os cidadãos. Os Estados tem procurado resgatar sua legitimidade não pelo oferecimento de uma segurança existencial socialmente garantida, mas na mudança de foco para a segurança pessoal. Como não se controla a entrada e saída de capitais, as taxas de desemprego, os níveis de juros praticados nos mercados, bem como se privatiza a previdência, a saúde e a educação, resta ao Estado justificar sua autoridade pela implementação de políticas de segurança.

Sendo assim, à medida que tal processo ocorre, há claramente o deslocamento do foco da política de Estado Social para um Estado penal que é a outra face do Estado neoliberal. É uma meia verdade dizer que o livre mercado presume a existência de um Estado mínimo, pois seu naniquismo não se verifica em todas as dimensões do poder público. Se na economia temos uma intervenção estatal mínima, sua atuação tende a ser máxima no campo da ordem social e da moral.

O atual quadro e seu reflexo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

No atual contexto, a civilização prometida para o século XXI não consegue eliminar a barbárie. Desde a década de 1990, grandes chacinas ocorreram na periferia ou contra meninos de rua no Rio de Janeiro – Acari, Vigário Geral, Candelária, Baixada e Complexo do Alemão. Em Niterói, temos o famoso caso dos Meninos do Morro do Estado que foram executados em ação Policial na comunidade. Estes são alguns exemplos. Entramos no novo milênio com técnicas de segurança pública inventadas para lidar com quem teve vetada a travessia para um mundo de economia globalizada e concentrada nas mãos de um percentual ínfimo da humanidade.

O judiciário fluminense relativizou o princípio liberal da inviolabilidade de domicílio com o chamado “mandado de busca e apreensão genérico”, autorizando assim que as polícias militar e civil vasculhem e investiguem a vida dos favelados em massa, sem especificação de residência, mesmo que não haja inquérito policial, afinal todos são suspeitos.

A chamada “gratificação faroeste”, instituída em novembro de 1995 pelo governador Marcelo Alencar, é um exemplo elucidativo de que as melhorias urbanas não significaram uma integração entre o asfalto e o morro. Tal gratificação era destinada aos policiais que matassem mais “criminosos”, que mostrassem “eficiência” em concretizar os clamores reacionários de setores da opinião pública do tipo “bandido bom é bandido morto”. Na vigência do decreto que criou a “gratificação por encargos especiais”, o número de civis mortos mensalmente em confronto com a polícia dobrou, havendo vários indícios de que a maioria destas mortes foram na verdade execuções, com tiros na nuca. A extinção da “gratificação por bravura” em 1998 não modificou a perspectiva de criminalização da pobreza; o índice de letalidade da ação policial é crescente. Ainda hoje outros artifícios cumprem igual função – o policial tem a prerrogativa de declarar em documento, chamado tecnicamente de autos de resistência, que o cidadão morreu após resistência armada à polícia. O sociólogo Ignácio Cano se propôs a analisar arquivos de autos de resistência e concluiu que, em pelo menos metade dos casos estudados, as vítimas apresentavam quatro ou mais perfurações à bala, com tiros pelas costas ou na cabeça, indicando claramente execuções sumárias³.

Uma outra técnica de criminalização genérica da pobreza, instituída no governo de Anthony Garotinho, é a utilização pela polícia militar, somente em áreas de periferia, de um veículo blindado, apelidado popularmente de “caveirão”, por trazer gravado na lateral do veículo o emblema do “Batalhão de Operações Especiais” (BOPE), uma caveira com facas cravadas e ornada com duas pistolas douradas. A Anistia Internacional denuncia que ameaças do blindado são dirigidas contra toda a comunidade por alto-falantes instalados no veículo. Suas mensagens são de guerra: “Crianças, saiam da rua, vai haver tiroteio”, ou “Se você deve, eu vou pegar a sua alma”, e de maneira mais individualizada, “Ei, você aí! Você é suspeito. Ande bem devagar, levante a blusa, vire... agora pode ir...”. Equipado com torre de tiros rotatória e com aberturas para tiros pelas laterais, o blindado resguarda o anonimato dos policiais, o que torna quase impossível apurar responsabilidades em caso de violência estatal, já que não é rotina a realização de investigações balísticas. Atualmente, se viabiliza a compra de blindados para transitar tanto em trilhos quanto sobre o asfalto, bem como de helicópteros de guerra para serem utilizados em operações nas favelas (apelidados de “Caveirão do Ar”)⁴.

Algumas declarações de autoridades públicas são ilustrativas do discurso de hiper-segurança que impregna o Rio de Janeiro. Para ficarmos apenas com as mais recentes, podemos mencionar a defesa feita pelo governador Sérgio Cabral (2007), em veículo de comunicação, do aborto como medida de contenção da criminalidade: “Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal. O Estado não dá conta”⁵. Talvez sem se dar

³ CANO, Ignácio. *Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER, 1997.

⁴ Relatório da sociedade civil para o Relator Especial das Nações Unidas para Execuções Sumárias, Arbitrárias e Extrajudiciais, 2007, pp. 4 - 7.

⁵ Site G1. “Cabral defende aborto contra violência no Rio de Janeiro”, 24 de outubro de 2007.

conta, o Governador nos oferece uma confissão do caráter neo-darwinista de sua política de insegurança pública. Tanto é assim, que seu Secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, também imortalizou declaração à imprensa na qual reconhece que “tiro em Copacabana é uma coisa, na favela do Alemão é outra”⁶. Ora, a predileção do Secretário foi de fato esta na mega-operação de 2007 na Vila Cruzeiro (Complexo do Alemão). Depois de um dia cheio, 16 mortes e 50 feridos por balas perdidas, declarou: “Sabemos muito bem o que há lá e vamos continuar até atingir nosso objetivo. As ações estão sendo guiadas por um trabalho de inteligência. Não chegamos ainda nem à metade do que queremos”, e complementando, “Infelizmente, não tem outro jeito. Lamento cada morte, trabalhamos para que não aconteça, mas a cada metro que avançamos o ataque é feroz. Não posso fazer um bolo sem quebrar os ovos”⁷. Na visão das autoridades públicas, a letalidade da ação policial é mera baixa de guerra, estatística secundárias de um *front* contra o tráfico de drogas e seu esconderijo (os labirintos das favelas).

Como vemos, a seletividade é o cerne da política de segurança pública do Rio de Janeiro, bastando olhar de quem são os corpos das vítimas do Estado penal, quais são as pessoas amontoadas em carceragens desumanas. A imprensa reiteradamente convoca a sociedade para reagir a uma guerra civil deflagrada pelos traficantes, maneira encontrada para legitimar medidas de exceção do poder público, ao passo que se faz vista grossa à ineficácia da gestão de lei e ordem, comprovada pela não relação entre taxas de criminalidade violenta e taxas de encarceramento. A metáfora da guerra é evocada inclusive para se justificar o extermínio físico de “subproletários de cor”, espalhando medo nas comunidades de periferia e transformando-as em “prisões sociais”, contêineres de dejetos humanos isolados da civilização, complementadas pelas prisões, que se destinam aos elementos mais desagregadores da ordem social. Os problemas sociais são mascarados pelo apelo à segurança pública, com o propósito de confundir ordem pública e ordem de classe. Em uma espécie de “populismo criminal”, encarnada perfeitamente pelos governos de Antony Garotinho (1999 - maio de 2002), Rosinha Garotinho (2003 -2006) e Sérgio Cabral (início 2007), a doutrina da “tolerância zero” se acopla à tradição patriarcalista do Brasil para produzir uma abordagem punitiva da pobreza, despolitizando-a e explorando a popularidade da violência.

1.2 DENUNCIAR A CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA

A região metropolitana do Rio de Janeiro é palco da manipulação de antigos sentimentos de identificação do negro e da favela com a incivilidade em prol de uma gestão penal da pobreza. Com raízes fincadas em uma história de violência contra as classes subalternas, especialmente irrigadas pelo escravismo e pela ditadura militar, os aparatos repressivos se voltam cada vez mais para a tarefa de isolar o pobre, fazê-lo conforma-se à perda de segurança social, no máximo tendo direito a um trabalho precário ou à sobrevivência através de pequenos subsídios estatais (bolsa família). As áreas de periferia são de uma complexidade infinitamente superior ao que o senso comum se habituou a representar. Em sua composição há preponderância de setores mais precarizados do mundo do trabalho, mas notamos também a presença de trabalhadores qualificados, funcionários públicos, comerciantes, pequenos empresários e estudantes universitários. Os investimentos públicos em urbanização de favelas também cresceram depois da redemocratização do país, embora continuem muito aquém dos gastos nos bairros médios e nobres. De todo modo, normalmente se reduz este conjunto de práticas sociais à criminalidade, ignorando que só uma parcela ínfima da população de favela faz parte do tráfico de drogas ou outra modalidade de “economia criminoso”.

Completados mais de cem anos do surgimento das primeiras favelas, é fácil percorrer o trajeto da formação de seu “capital simbólico negativo”, como lugar da selvageria em antítese à civilização. Se hoje as favelas estão na mira de uma política de ocupação militar, inspirada em estratégias de combate à guerrilha desenvolvidas na Colômbia pelo governo Uribe, em parceria com os Estados Unidos, é porque ecoa entre nós preconceitos repetidos a exaustão, presos ainda aos grilhões do passado, com a audiência dos grandes veículos de comunicação⁸.

Contudo, o discurso alarmista da grande mídia em relação aos altos níveis de homicídios intencionais na região metropolitana do Rio não pode nos servir para qualificá-los de miragem. As manchetes jornalísticas de fato encobrem vários ângulos dessa realidade ao omitir a cor, o bairro e a condição social da maioria das vítimas da criminalidade violenta, bem como a contribuição estatal na composição dessas estatísticas, pela extrema letalidade das ações policiais e reprodução direta da cadeia criminoso nos presídios e no sistema sócio-educativo. Isso não significa que sejam ilusão os efeitos devastadores da atual ordem econômica. A busca de sobrevivência e adaptação à ordem de

⁶ Folha de S. Paulo, 24 de outubro de 2007.

⁷ Diário de Cuiabá. “Polícia do Rio ocupa favelas para combater o CV”, 19 de maio de 2007.

⁸ Site O Globo Online. “Em visita à Colômbia, Cabral conhece programas de segurança”, 23 de março de 2007.

consumo, diariamente exaltada com devoção pelas campanhas de publicidade, arrasta jovens da periferia para a “criminalidade tosca” (bem distinta das sofisticadas burlas das classes dominantes à legalidade), na qual não há romantismo possível, em regra morre-se precocemente ou se é depositado em carceragens superlotadas, sem o mínimo de dignidade. Definitivamente, não estamos diante de uma resistência contra-hegemônica ou revolucionária, mas de uma reação individual que incorpora a lógica capitalista; o tráfico de drogas é uma empresa globalizada, hierarquizada, descentralizada e de lucratividade conhecida, sendo os ditos traficantes meros gerentes locais auxiliados por funcionários e ajudantes mal remunerados (soldados, vapores, fogueteiros, olheiros e endoladores etc.)⁹. Por outro lado, a opressão exercida por traficantes nas favelas integra em certa medida a engrenagem da ditadura contra os pobres, solapando a auto-estima do trabalhador e reforçando sua exclusão da comunidade política. A perda de perspectiva emancipatório por segmentos da classe trabalhadora é um sintoma expressivo da dificuldade de se forjar uma vontade coletiva que possa propor uma civilidade alternativa.

A insegurança e a sensação de insegurança se nutrem mutuamente rebustecendo uma subjetividade reacionária na sociedade. Já se tornou lugar comum aludir-se aos direitos humanos como coisa de bandido. O paradigma liberal de direitos e deveres universais é posto de lado em nome de uma retórica de neutralização jurídica dos grupos estigmatizados, que reafirma a legitimidade do Estado por seu braço penal, gerando um déficit democrático e social crescente. Seria errôneo acreditar que tais fenômenos são impurezas ou degenerações da liberal-democracia, bastando investigar suas atuais manifestações para se concluir que sua genuína funcionalidade tem sido manter as injustiças tal e qual estão. No Brasil como no resto do mundo, a burguesia compreendeu perfeitamente a serventia de se eleger um inimigo público para se desviar do foco das verdadeiras tensões, despolitizando os antagonismos inerentes ao sistema.

Caberá aos lutadores sociais também se reposicionar na conjuntura, arrancando os disfarces com que a ordem neoliberal busca camuflar a luta de classes. De nada valerá cair na vala comum da penalização, vocalizando palavras de ordem pela punição dos crimes de colarinho branco, da corrupção, do racismo, da violência sexual, entre outros. Qual o sentido de se amolar uma faca criada para nos cortar? O sistema criminal está programado para punir a pobreza e os movimentos sociais. Denunciar esta situação é uma dimensão fundamental para a sobrevivência das aspirações de emancipação das classes subalternas. Ao mesmo tempo, frente à heterogeneização, complexificação e fragmentação da “classe-que-vive-do-trabalho” (que depende da venda de sua força de trabalho), os partidos anticapitalistas, sindicatos, organizações de direitos humanos, movimentos sociais e populares não poderão se furtar a articular as demandas dos trabalhadores produtivos, trabalhadores precários e desempregados estruturais¹⁰, inclusive encorajando a solidariedade para além da fábrica, afinal os bairros proletários são espaços indispensáveis para a integração dos trabalhadores, em razão de suas diferenciações internas. A propósito, a criminalização da pobreza é a opressão mais brutal sofrida pela classe, marcadamente sobre as frações sobranças. Lutar contra tal violência é cuidar de pelo menos sustentar viva a pergunta de Lênin, repetida por Rosa Luxemburgo diante dos escombros da primeira guerra mundial: *Socialismo ou Barbárie?*

1.3 UMA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ PARA NITERÓI

Os índices de criminalidade violenta em Niterói são preocupantes. Segundo o relatório “Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros 2008”¹¹, a cidade figura na 31ª posição entre os municípios com maior número de homicídios na população total em 2006. Estimam-se no período 241 homicídios, o que corresponde a uma taxa de 51 homicídios/100 mil habitantes. Na juventude, definida na pesquisa como a população entre 15 e 24 anos de idade, o quadro é ainda mais dramático, contabilizando-se 87 homicídios juvenis em 2006. No ranking, Niterói destaca-se entre os municípios com maiores taxas médias de homicídios na população jovem (27ª posição) e também maior número (35ª posição).

Comumente, as prefeituras acostumam se dizer incompetentes, com base na Constituição Federal, para cuidar de assuntos de segurança pública. Trata-se inegavelmente de uma simplificação grosseira, já que segurança pública não se reduz ao trabalho de repressão e investigação criminal das polícias civil e militar. Cabe aos municípios atuar conjuntamente com os governos estaduais e federal em termos de uma política de segurança pública inteligente e pautada pelos direitos humanos, além de fiscalizá-los por meio de suas agências.

Nas eleições municipais, não mais serão compreendidas desculpas formalistas, transferindo todas as responsabilidades para os estados da federação. O cidadão já incluiu a segurança pública no centro da agenda política e

⁹ Site Centro de Mídia Independente. “Tráfico nada tem de revolucionário”, por Marcelo Freixo, 15 de maio de 2006.

¹⁰ ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Cortez, 2003.

¹¹ Waiselfisz, J. J. (2008). *Mapa da violência dos municípios brasileiros*. Brasília: Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI)

exige empenho de cada esfera de poder. É verdade que em boa parte da população há a expectativa de um recrudescimento da repressão policial nos moldes em vigor, ou seja, de criminalização da pobreza. Por isso, o PSOL/Frente de Esquerda deverá divulgar a ineficiência dessa política, denunciar a carga de preconceito nela embutida e propor um novo modelo, norteado principalmente para a prevenção.

Rupturas necessárias: os casos emblemáticos do Carro da Lingüiça, da perseguição dos camelôs pela Guarda Municipal e Operação Araribóia

Carro da lingüiça: Propor uma política de segurança pública cidadã para Niterói começa por romper com a atual prática de tolerância do governo municipal em relação à violência policial, especialmente no que diz respeito à atuação violenta de policiais em veículos sem identificação (o chamado “carro da lingüiça”, assim apelidado pelos moradores porque quem entra no veículo vira lingüiça/presunto)¹². Três veículos pertencentes ao Serviço Reservado (P2) do 12º BPM de Niterói, sempre lotados de homens vestidos de camiseta preta e calça jeans e fortemente armados, levam o terror às favelas da cidade e intimidam ativistas políticos em manifestações na cidade, como ocorrido em passeata do “Grito dos Excluídos”, na Av. Amaral Peixoto, em ato no dia 07 de setembro de 2007. Conforme noticiado, foram registradas na Comissão de Direitos Humanos da ALERJ denúncias de arbitrariedades cometidas pelo “carro da lingüiça”. É emblemático que Niterói tenha em sua frota policial veículos (uma blazer branca, um veraneio azul e um gol branco) sem qualquer identificação oficial, incumbidos de reprimir infrações criminais em favelas, de forma similar ao blindado “caveirão”.

Repressão aos ambulantes: A repressão truculenta realizada pela guarda municipal contra os camelôs é outra violação dos direitos humanos que não pode prosseguir. O discurso da revitalização do Centro objetiva a legitimação de medidas para favorecer os comerciantes da região. Na verdade, o que se pretende é reduzir drasticamente o número de vendedores ambulantes¹³ e instaurar planos de valorização comercial de certas ruas do Centro da cidade. O poder público e a CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas) vêm tentando modelar uma nova realidade para o Centro, desconsiderando a opinião de quem hoje o frequenta. A própria metáfora da revitalização faz referência a uma situação de morte e degradação do “organismo urbano”, segundo a ótica de setores da classe média. Para uma parte da população de Niterói, o Centro é desprovido de valores econômicos e estéticos adequados. Revitalizar é trazer de volta para o bairro pessoas com maior capacidade de consumo. Para isso, a prefeitura, através da Secretaria de Segurança Pública, tem agido no sentido de diminuir as concessões de licença para os ambulantes¹⁴, retirando das ruas os trabalhadores informais que não se enquadram nos critérios cada vez mais excludentes para concessão de autorização de uso do espaço público¹⁵, além de reprimir com a guarda municipal os camelôs sem licença.

A lógica da diminuição das licenças concedidas, implementada com maior ênfase no ano posterior às eleições municipais, é a de vulnerabilizar o trabalhador informal para reduzir seu quantitativo no Centro com a repressão e a apreensão de mercadorias (custo não suportado pelos elementos mais fragilizados e perseguidos do comércio ambulante). Apesar da Lei Orgânica de Niterói, no seu art. 12, dizer que “ao município compete prover tudo quanto diga respeito ao interesse local e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras as seguintes atribuições (...) manter a Guarda Municipal para proteção de seus bens, instalações e serviços”, vemos que a guarda municipal é treinada para combater o camelô. Um guarda de Niterói descreveu assim sua formação, segundo pesquisa de Kátia Sento Sé Mello: “O diretor levava a gente pro quartinho e mandava dar porrada! ‘Rola no chão, não tem medo não. Se o camelô vir armado você toma a arma dele’. Eu não sei se isso é curso, e tinha Guarda Municipal acreditando. Esse era o chefe!”. E mais, segundo a pesquisadora, “a turma era dividida em ‘lado A’ e ‘lado B’, uma linha imaginária determinava a separação da turma em dois grupos. Um deles desempenhava o papel de guardas municipais e o outro de ambulantes. Criava-se, com isso, uma percepção polarizada, expressando a idéia de que os ambulantes são os inimigos. Iniciado o treino, ‘guardas’ e ‘ambulantes’ jogavam caixotes uns nos outros a fim de resolver o conflito;

¹² O Globo Niterói. “Carro da lingüiça reproduz terror do caveirão em Niterói”, 15 de julho de 2007.

¹³ Em dezembro de 2004, havia no Centro de Niterói um número aproximado de 600 camelôs licenciados e outros 1000 não licenciados.

¹⁴ Em 2005, o número de camelôs licenciados diminuiu de 600 para 190.

¹⁵ Um novo critério adotado foi a visita residencial, promovida por funcionários da Secretaria de Segurança Pública, para avaliar o nível sócio-econômico dos camelôs licenciados (o trabalhador deveria ser o único trabalhador da casa) e verificar se realmente cumpre o requisito de ter domicílio em Niterói (exigência antes inexistente).

o objetivo do treinamento era construir uma situação hipotética, porém normal, no exercício do dia-a-dia do guarda, que se socializa com tais métodos”. Acrescenta ainda que “outros relatos narram o incentivo dado nos treinos para que, em uma situação real, os guardas usassem as barras das barracas dos ambulantes como instrumento de combate; se o camelô pegasse uma barra de suspensão da sua barraca, o guarda deveria fazer o mesmo e prontamente também sacar uma barra”¹⁶.

Portanto, a Guarda de Niterói deve ser reformulada radicalmente, abolindo-se por completo sua atuação em matéria de enfrentamento ao ambulante, que definitivamente não deverá ser tratado como questão de polícia.

Operação Araribóia: A exemplo da força-tarefa “Operação Copacabana”, na Zona Sul do Rio, a “Operação Araribóia” foi inaugurada em outubro de 2007 com a finalidade de “combater a desordem urbana” no bairro de Icaraí, ou seja, enfrentar o comércio ambulante dito ilegal, demover a população de rua (dentro de uma política inconsistente e comprometida de assistência social), eliminar estacionamentos irregulares e transporte alternativo informal. Em uma parceria entre o governo do estado e a prefeitura, partiu-se para a política da “limpeza social”, gerando um clima artificial de vigilância permanente (com a promessa de policiais e câmeras acionados 24 horas por dia). Somente no primeiro dia da operação, o governo petista divulgou com entusiasmo balanço de quinze camelôs apreendidos, três comerciantes intimados, 700 mercadorias retidas e catorze moradores de rua recolhidos pela Assistência Social¹⁷. No quinto dia, a operação ganhou um caráter ideológico ainda mais nítido com a apreensão dos panos de prato da banca de nosso Vereador Renatinho (PSOL), em uma clara afronta à histórica resistência dos camelôs, simbolizada por seu mandato e sua permanência na esquina da Gavião Peixoto com Pereira da Silva. No final de 2007, já se calculava em 49 Vans apreendidas, 218 ambulantes abordados, 1.054 dvd`s piratas e 18.694 quilos de entulhos recolhidos e 11.876 quilos de mercadorias apreendidas¹⁸.

A Operação Araribóia demonstra que o município pode sim ter ingerência na política de segurança pública, até repressiva, influenciando e sendo influenciado pelo governo estadual, estabelecendo convênios. Nesse caso, observamos o engajamento do governo Godofredo Pinto em converter bairros nobres em condomínios fechados, como se isso fosse possível. A defesa intransigente dos direitos humanos é incompatível com a privatização da segurança. Não é função do Estado proteger apenas os ricos e punir somente os pobres, transformando as favelas em guetos e os bairros de classe média e alta em condomínios fechados. Na eleição municipal, a Frente de Esquerda deverá denunciar o caráter elitista da Operação Araribóia e sua inserção em um contexto mais amplo de identificação do pobre como o novo inimigo da sociedade.

Prevenção da criminalidade violenta: o papel da cidade

Inegavelmente, há uma dimensão da política de segurança pública que é prioritariamente municipal. Sua característica é o investimento concomitante em projetos preventivos de natureza social¹⁹ e ações preventivas e de controle realizadas pelas Guardas Municipais.

As políticas preventivas de natureza social devem focalizar os jovens vulneráveis e inibir as dinâmicas geradoras da violência, disputando com o poder de atração do tráfico de drogas, por meio de programas governamentais, meninos e meninas. Igualmente, faz-se indispensável minorar a exposição à violência por parte dos jovens, principal faixa etária no índice de vitimização letal. A dupla vulnerabilidade da juventude, enquanto vítima e agente, nas palavras de Luiz Eduardo Soares, “nos leva a concluir que uma política de segurança, cuja abordagem seja preferencialmente preventiva, deve privilegiar esse público-alvo e tem de fazê-lo nas dimensões material e simbólico-afetiva ou cultural-psicológica. Em síntese, tem de fazê-lo promovendo (...) o acolhimento desses jovens, isto é, reforçando-lhes a auto-

¹⁶ Mello, Kátia Sento Sé. *Igualdade e hierarquia no espaço público: o processo de constituição da Guarda Municipal de Niterói enquanto ator social* - <http://facha.edu.br/publicacoes>.

¹⁷ Site O Globo Online. “Operação Araribóia: divulgado balanço completo do primeiro dia”, 02 de outubro de 2007.

¹⁸ Site Folha Niterói Online. “Operação Araribóia forma primeira turma de menores de rua”, semana de 12 a 18 de janeiro de 2008.

¹⁹ Não se deve confundir políticas de prevenção da violência com “mudanças das estruturas sociais injustas”. Aqui, traçamos diretrizes com a finalidade de atingir as “condições propiciatórias imediatas” da violência, buscando rebaixar os índices de criminalidade violenta em médio prazo, obviamente em paralelo às intervenções sobre fatores estruturais, que produz efeito decisivo mas a longo prazo.

estima e lhes proporcionando a imersão em linguagens e valores, experiências identitárias e demarcações referenciais, que lhes devolvam a esperança, a confiança no jogo da sociabilidade cidadã²⁰.

Quanto à guarda municipal, necessário será valorizá-la, especificando suas atribuições e metas, sua hierarquia e rotina, aparelhando-a e capacitando seus profissionais, no horizonte dos direitos humanos, para alcançarem resultados concretos (como a diminuição da criminalidade e não a quantidade de diligências). Em conjunto com outras agências estatais, dos três níveis da federação, a guarda municipal integrará um modelo institucional de segurança pública comunitária, inclusive fortalecendo e corrigindo imperfeições de experiências já em andamento, como o “GPAE - Morro do Estado” e “GPAE - Morro do Cavalão” (Grupo de Policiamento para Áreas Especiais)²¹. Ressalta-se também sua função de preservar o patrimônio público.

Por último, a mobilização da sociedade na elaboração e fiscalização das políticas de segurança pública é fundamental, tendo o poder público papel insubstituível na implantação de conselhos locais em bairros com maiores índices de criminalidade violenta (com membros da comunidade, entidades e Ongs, bem como representantes de órgãos estatais), a fim de elaborar políticas específicas de segurança, que atendam a complexidade dos problemas e as peculiaridades de cada localidade. Promover conferência que direcione as políticas públicas na área também é um caminho a ser percorrido por uma gestão impulsionada pela participação popular, dos movimentos sociais e de direitos humanos. Igualmente importante será instituir um Conselho Municipal de Segurança Pública para definir, com a participação da sociedade civil organizada e órgãos estatais de segurança e justiça do município, do estado e governo federal, políticas públicas que possam orientar as instituições envolvidas, respeitando-se a autonomia de todas. Outra tarefa democrática é garantir o controle externo das polícias e guarda municipal por meio de instrumentos que viabilizem a denúncia e punição de violência praticada por agente estatal.

PRINCIPAIS PROPOSTAS

A simples técnica de estabelecer em constituições e leis, a limitação do poder, embora importante, não assegura, por si só o respeito aos Direitos Humanos. Assistimos em épocas passadas e estamos assistindo, nos dias de hoje, ao desrespeito dos Direitos Humanos em países onde eles são legal e constitucionalmente garantidos. Mesmo em países de longa estabilidade política e tradição jurídica, os Direitos Humanos são, em diversas situações concretas, rasgados e vilipendiados.

Entretanto, foi em meados do século XX, em decorrência da Segunda Guerra Mundial e com o intuito de proteger os seres humanos das atrocidades do Holocausto e das barbaridades cometidas pelos nazistas contra os judeus, na Alemanha, que surgiram as mais profundas preocupações no que pertence à proteção internacional dos Direitos Humanos. Preocupações, estas, que consistiam em afirmar que a soberania estatal encontra-se limitada pelo respeito aos Direitos Humanos, não sendo, portanto, totalmente absoluta.

Podemos afirmar, portanto, que foi a Carta das Nações Unidas de 1945 que internacionalizou os Direitos Humanos. No entanto, apesar de conter, em seu bojo, normas que determinavam a importância de se defender, promover e respeitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais, ela não definiu o conteúdo dessas expressões, que só vieram a ser definidas, com precisão com o advento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948.

No Brasil, a Constituição da República de 1988 veio para proteger, talvez tardiamente, os direitos do homem. O problema da dignidade da pessoa humana vem tratado na Constituição de 1988, já no preâmbulo, quando este fala da inviolabilidade à liberdade e, depois, no artigo primeiro, com os fundamentos e, ainda, no inciso terceiro (a dignidade da pessoa humana), mais adiante, no artigo quinto, quando fala da inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à igualdade.

Com a nova Constituição, o Município passou a ter o mesmo status político de qualquer outra unidade da Federação, passando a ter responsabilidade também sobre as condições oferecidas à sua população.

De fato, o respeito aos direitos humanos orientado para o atendimento das demandas locais, tem como requisitos necessários a descentralização da responsabilidade da gestão de políticas públicas. Diante da Constituição, os Estados, cidades e municípios, têm a responsabilidade de garantir que os direitos e as práticas internas

²⁰ SOARES, Luiz Eduardo. *Segurança municipal no Brasil – sugestões para uma agenda mínima*, p. 33, in *Prevenção da violência: o papel das cidades/organização* João Trajano Sento-Sé – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005 (Segurança e cidadania; 3).

²¹ O GPAE é uma unidade da polícia especializada no trabalho em favelas. Sua concepção é de uma polícia comunitária cujas políticas são elaboradas com base na realidade local, em diálogo permanente com os moradores e instituições. Por isso, seu comando se localiza na própria favela, a fim de evitar o distanciamento e impessoalidade da ação policial. A participação comunitária exerce verdadeiro controle externo sobre a atividade policial, além de compartilhar do planejamento e avaliação das rotinas e ações de segurança pública.

correspondam ao mandato do Direito Internacional de proteção e promoção os direitos humanos. O poder municipal tem sido cada vez mais ressaltado pela comunidade internacional como componente estratégico para o desenvolvimento de ações que resultem em um efetivo respeito aos direitos da pessoa humana.

O fortalecimento do papel do poder local para enfrentar os problemas como a exclusão social, torna-se um dos novos paradigmas de promoção do desenvolvimento humano sustentável. Sabemos que o contexto político nos quais as políticas públicas são criadas envolve interações contínuas entre os grupos políticos e de interesse, envolve os cidadãos, como também a disponibilidade de recursos econômicos por parte do Município. Isto quer dizer que estes fatores são determinantes para que se estabeleça um equilíbrio de forças entre sociedade civil e setores governantes.

É preciso que os agentes responsáveis por tais políticas entendam que política de direitos humanos não significa obedecer a uma pauta temática rígida de aplicação universal. É possível ampliar os programas de direitos humanos, internacionais e nacionais, considerando-se as especificidades das demandas e necessidades locais.

Neste sentido, o PSOL deve tentar criar instrumentos de estímulo à proteção e promoção dos direitos humanos básicos da população contribuindo, dessa forma, para a eliminação de equívocos e disseminando entendimentos sobre os significados de direitos humanos.

Além disto, há um compromisso em avaliar padrões de violação de direitos humanos locais; acompanhar programas locais relativos à proteção dos direitos humanos e, colaborar na promoção de conhecimentos e estudos relativos à situação dos direitos humanos no município.

Abaixo, trazemos uma série de medidas que podem ser adotadas para reverter o quadro apresentado, senão vejamos:

SEGURANÇA PÚBLICA

* **Criação de um Gabinete de Gestão da Segurança Pública Municipal** para definir, com a participação da sociedade civil organizada e órgãos estatais de segurança e justiça do município, do estado e governo federal, políticas públicas que possam orientar as instituições envolvidas, respeitando-se a autonomia de todas;

* Criação de Conselhos Comunitários de Segurança (**fóruns de direitos humanos nas comunidades com participação da população e poder público**). Incentivar a implantação da polícia ou segurança comunitária e de ações de articulação e cooperação entre a comunidade e autoridades públicas com vistas ao desenvolvimento de estratégias locais de segurança pública, visando a garantir a proteção da integridade física das pessoas e dos bens da comunidade e o combate à impunidade;

* Fortalecimento da Ouvidoria Pública (viabilizando o recebimento de denúncias em face de agente estatal);

* Denúncia ao chamado “carro da lingüiça” (similar ao caveirão, pela atuação discriminatória e truculenta em favelas da cidade), bem como as Operações Araribóia;

* Apoiar o programa de proteção a vítimas e testemunhas de crimes – **PROVITA**;

* Transformar a Secretaria de Segurança Pública em **Secretaria de Valorização da Vida e Prevenção da Violência**, trabalhando em mesmo patamar de importância, segurança pública e direitos humanos;

* **Abolir a repressão da guarda municipal aos camelôs**, estabelecendo uma reformatação da instituição no sentido de fortalecer uma política de segurança pública comunitária e preservar o conjunto dos bens públicos;

* Garantir o **controle externo das polícias e guarda municipal** por meio de instrumentos que viabilizem a denúncia e punição de violência praticada por agente estatal;

* Estimular o **aperfeiçoamento dos critérios para seleção e capacitação de guardas municipais** e implantar, nas Academias de polícia, programas de educação e formação em direitos humanos, em parceria com entidades não-governamentais. Além de cursos de formação de guardas municipais módulos específicos sobre direitos humanos, gênero e raça, gerenciamento de crises, técnicas de investigação, técnicas não-letais de intervenção policial e mediação de conflitos. Por último, a valorização da carreira do profissional de segurança.

OUTRAS PROPOSTAS

- Elaboração de políticas interinstitucionais em caráter nacional, regional e local;

- Realizar oficinas de trabalho objetivando a difusão e operacionalização de questões relativas à promoção e proteção aos direitos humanos;

- Apoiar a formulação de programas estaduais e municipais de direitos humanos e a realização de conferências e seminários voltados para a proteção e promoção de direitos humanos e segurança pública;

- Promover, em parceria com entidades não-governamentais, a elaboração de mapas de violência urbana, identificando as regiões que apresentem maior incidência de violência e criminalidade e incorporando dados e indicadores de desenvolvimento, qualidade de vida e risco de violência contra grupos vulneráveis;

- Ampliar programas voltados para a redução da violência nas escolas, a exemplo do programa 'Paz nas Escolas', especialmente em áreas urbanas que apresentem aguda situação de carência e exclusão, buscando o envolvimento de estudantes, pais, educadores, policiais e membros da comunidade;
- Apoiar estudos e programas para a redução da letalidade em ações envolvendo policiais;
- Propor ao governo do estado a criação de programas de atendimento psicossocial para o policial e sua família, a obrigatoriedade de avaliações periódicas da saúde física e mental dos profissionais de polícia e a implementação de programas de seguro de vida e de saúde, de aquisição da casa própria e de estímulo à educação formal e à profissionalização;
- Exigir do governo do estado o funcionamento e a modernização de corregedorias estaduais independentes e desvinculadas dos comandos policiais, com vistas a limitar abusos e erros em operações policiais e a emitir diretrizes claras aos integrantes das forças policiais com relação à proteção dos direitos humanos;
- Apoiar medidas destinadas a garantir o afastamento das atividades de policiamento de policiais envolvidos em ocorrências letais e na prática de tortura, submetendo-os à avaliação e tratamento psicológico e assegurando a imediata instauração de processo administrativo, sem prejuízo do devido processo criminal;
- Reforçar a fiscalização e a regulamentação das atividades das empresas de segurança privada, com participação da Polícia Civil no controle funcional e da Polícia Militar no controle operacional das ações previstas, bem como determinar o imediato recadastramento de todas as empresas de segurança em funcionamento no Município, proibindo o funcionamento daquelas em situação irregular;
- Apoiar ações destinadas a reduzir a contratação ilegal de profissionais de polícia e guardas municipais por empresas de segurança privada;
- Realizar planejamento de trabalho junto à Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Câmara dos Vereadores com o objetivo de debater os assuntos ligados aos direitos humanos e receber denúncias de violações de direitos no âmbito municipal;
- Repressão às armas ilegais, com o apoio da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal;
- Fortalecimento de programas de controle da dependência química, contra a adição ao álcool, à nicotina e às drogas ilícitas.
- Incentivar ações educativas e preventivas destinadas a reduzir o número de acidentes e mortes no trânsito.

2 - DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA.

O acesso à Justiça é considerado um direito humano e um caminho para a redução da pobreza, por meio da promoção da equidade econômica e social. Onde não há amplo acesso a uma Justiça efetiva e transparente, a democracia está em risco e o desenvolvimento sustentável não é possível. Assim, a ampliação do acesso à Justiça no Brasil é uma contribuição certa no sentido da ampliação do espaço público, do exercício da cidadania e do fortalecimento da democracia.

A democratização do acesso à Justiça não pode ser confundida com a mera busca pela inclusão dos segmentos sociais ao processo judicial. Antes disso, cabe conferir condições para que a população tenha conhecimento e apropriação dos seus direitos fundamentais (individuais e coletivos) e sociais para sua inclusão nos serviços públicos de educação, saúde, assistência social, etc., bem como para melhor harmonização da convivência social.

A barreira da pobreza acentua a fragilidade dos órgãos Institucionais. É verdadeiramente trágica se considerada a dimensão do acesso do pobre aos direitos. Os despossuídos são privados até dos direitos fundamentais de primeira geração, para eles meras declarações retóricas, sem repercussão em sua vida prática.

O Executivo Municipal pode ter grande papel no que tange o Acesso à justiça e a Direitos, sendo assim, pontuaremos algumas medidas que podem ser realizadas pela Prefeitura a fim de melhorar os indicadores sociais.

ALGUNS DIAGNÓSTICOS DO PROBLEMA:

- a)** O acesso à justiça consiste na proteção de qualquer direito, sem qualquer restrição econômica, social ou política. Não basta a simples garantia formal da defesa dos direitos e o acesso aos tribunais, mas a garantia da proteção material destes direitos, assegurando a todos os cidadãos, independentemente de classe social, a ordem jurídica justa;
- b)** Não basta a melhora do acesso à justiça com o aperfeiçoamento dos instrumentos e condições materiais de trabalho, devem os programas assegurar a disseminação do conhecimento do direito com vistas a possibilitar o acesso à jurisdição a todas as classe sociais, haja vista que muitas pessoas não utilizam a justiça porque não sabe ou não conhece seus direitos.

c) A disseminação do conhecimento do direito é dever de toda a sociedade, com a finalidade de facilitar o acesso à justiça, devendo ser estabelecido um plano integrado de ações entre todos os seguimentos sociais, através da impressão de cartilhas, distribuição de folhetos explicativos, divulgação de direitos em sites na 'internet', realização de cursos da comunidade local, campanhas publicitárias na imprensa falada e escrita, programas de televisão de conscientização dos direitos, revistas especializadas para a educação dos direitos, juizados itinerantes como os implantados no Estado de São Paulo e na Operação Praias no Paraná, entre outras formas;

d) A exclusão social e a pobreza são os maiores obstáculos de acesso à justiça. O pleno acesso à justiça só será possível com a erradicação da pobreza ou com a inclusão dos excluídos no processo de democratização da justiça, através de mecanismos que assegurem aos miseráveis à ordem jurídica justa;

e) A lentidão da justiça não é somente um problema brasileiro, mas a sociedade nos dias atuais passa a exigir a celeridade dos feitos. O Estado deve aumentar os investimentos nas estruturas das organizações sociais, difundir através de seus órgãos o conhecimento do direito, promover uma melhor distribuição de renda com escopo de erradicar a pobreza, objetivando atender os anseios sociais de uma justiça equânime e justa para todos.

2.1 PRINCIPAIS PROPOSTAS PARA O EXECUTIVO MUNICIPAL

* **Criação da Secretaria de Direitos Humanos e Acesso à Justiça;**

* **Democratização da Informática** (A inclusão da Cidadania através da informática pretende a partir dessa iniciativa popularizar o acesso à informação, democratizando o uso da informática, permitindo aos inúmeros excluídos tecnológicos de nosso país, os chamados sem-telas, poder obter, de forma simples e direta, dados e conteúdos sobre Cidadania, Direitos Humanos e Cultura).

* **Regularização do trabalho** dos camelôs; Fortalecimento da Ouvidoria frente as denúncia da atuação da guarda municipal; denúncia ao projeto Icaraí Legal (expulsão de moradores de rua e camelôs);

* **Criação de Sistema Integrado de Fornecimentos de Documentos/ Informações e Encaminhamentos** (O Papel desse projeto é realizar o fornecimento gratuito de documentos básicos, assistência jurídica, social e psicológica em localidades pobres (Centros de Cidadania); criação de Centro de Referência e Apoio à Vítima; apoiar programas e campanhas de prevenção à violência contra pessoas e grupos em situação de alto risco, particularmente crianças e adolescentes, idosos, mulheres, negros, glbtts, população de rua etc;

* **Estimular a criação e o fortalecimento de órgãos de defesa do consumidor**, em nível municipal, assim como apoiar as atividades das organizações da sociedade civil atuantes na defesa do consumidor.

* Aumento de impostos sobre imóveis desocupados (destinando os recursos para programas de construção de melhoria de moradias populares);

* **Criação de Centros Integrados de Cidadania** próximos às comunidades de periferia, que contenham os órgãos administrativos para atendimento ao cidadão, delegacias de polícias e varas de juizado especial com representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública;

* **Criação de centros de convivência para pessoas idosas.**

Outras Propostas

- Estimular a criação de mecanismos que confirmam maior transparência à destinação e ao uso dos recursos públicos, aprimorando os mecanismos de controle social das ações governamentais e de combate à corrupção;

- Apoiar, em todas as unidades federativas, a adoção de mecanismos que estimulem a participação dos cidadãos na elaboração dos orçamentos públicos;

- Manter articulação com as comissões legislativas de direitos humanos de outros municípios, da Assembléia Legislativa do Estado e da Câmara Federal;

- Capacitar servidores, funcionários e membros da Câmara para o trabalho com os direitos humanos e divulgação dos instrumentos internacionais;

- Elaborar informativos, boletins e cartilhas educativas sobre os direitos da pessoa humana;

- Manter articulação com as entidades da sociedade civil e apoiar as atividades de promoção e defesa dos direitos humanos no município;

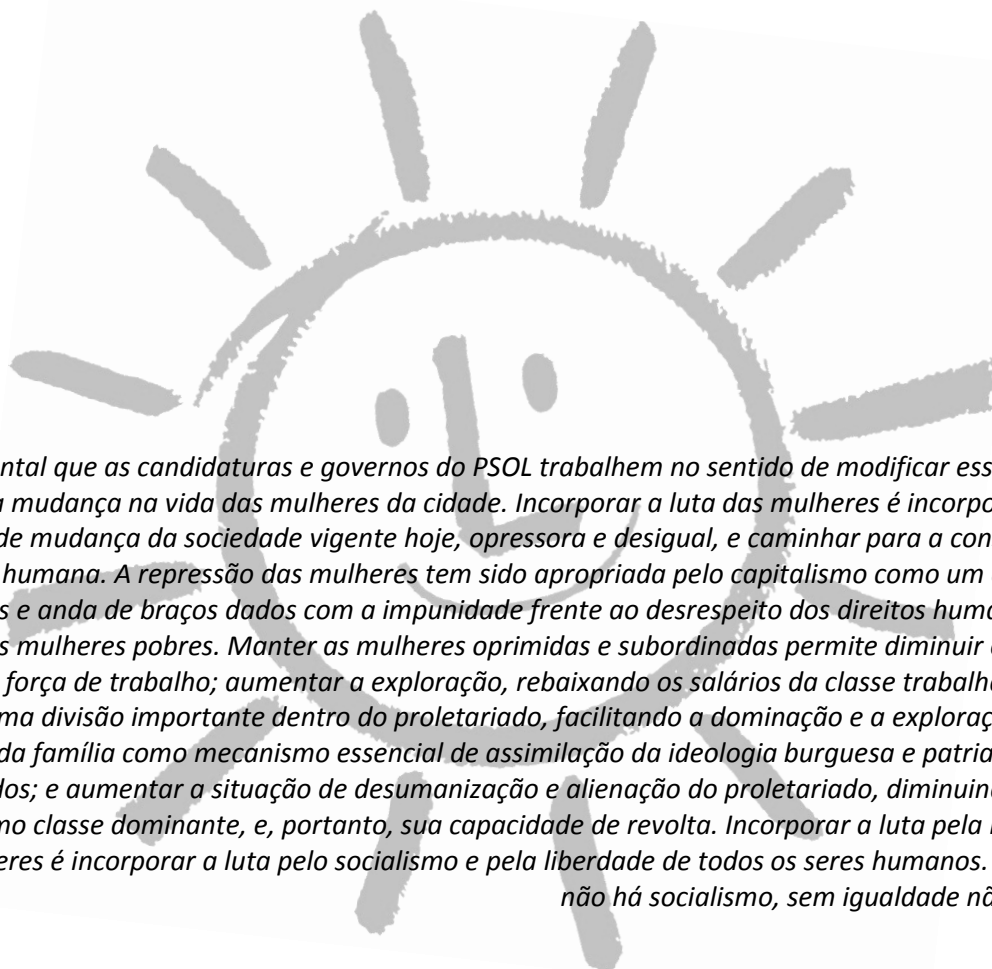
- **Combater a exploração sexual infanto-juvenil (apoio ao conselho tutelar);**

- Realizar estudos e pesquisas sobre a situação dos direitos humanos no município.

- **Apoiar programas e campanhas de prevenção à violência contra pessoas e grupos em situação de alto risco, particularmente crianças e adolescentes, idosos, mulheres, negros, glbtts, população de rua.**

Mulheres





É fundamental que as candidaturas e governos do PSOL trabalhem no sentido de modificar essa situação para contribuir para a mudança na vida das mulheres da cidade. Incorporar a luta das mulheres é incorporar uma defesa radical de mudança da sociedade vigente hoje, opressora e desigual, e caminhar para a construção de uma sociedade mais humana. A repressão das mulheres tem sido apropriada pelo capitalismo como um dos seus pilares fundamentais e anda de braços dados com a impunidade frente ao desrespeito dos direitos humanos, sobretudo para as mulheres pobres. Manter as mulheres oprimidas e subordinadas permite diminuir os custos com a reprodução da força de trabalho; aumentar a exploração, rebaixando os salários da classe trabalhadora como um todo; manter uma divisão importante dentro do proletariado, facilitando a dominação e a exploração; assegurar a manutenção da família como mecanismo essencial de assimilação da ideologia burguesa e patriarcal no seio dos oprimidos; e aumentar a situação de desumanização e alienação do proletariado, diminuindo com isso sua consciência como classe dominante, e, portanto, sua capacidade de revolta. Incorporar a luta pela igualdade entre homens e mulheres é incorporar a luta pelo socialismo e pela liberdade de todos os seres humanos. Sem feminismo não há socialismo, sem igualdade não há liberdade!

Lugar de mulher é em todo lugar...

*“Temos que lutar por um mundo onde sejamos socialmente iguais,
humanamente diferentes e totalmente livres”
Rosa Luxemburgo*

Introdução

A primeira coisa que temos que fazer pra começarmos a discutir sobre programa de governo e políticas públicas para as mulheres é desconstruir a idéia, às vezes tão propagandeada, de que a igualdade de direitos entre homens e mulheres é uma realidade. É verdade sim que as mulheres avançaram nas lutas e conquistas sobre seus direitos e que hoje elas se inserem em uma gama de atividades que estão para além da esfera da família e da casa, mas é verdade também que o lugar social ocupado pelas mulheres ainda é inferiorizado em relação ao dos homens. Hoje não é tão difícil encontrarmos mulheres em altos postos de trabalho, na linha de frente da vida política, no trabalho fora do lar... Porém, continuam com os mais baixos salários, sofrem como as únicas responsáveis com os cuidados domésticos, são as mais pobres entre os pobres, são vítimas de uma violência velada, direcionada e pouco questionada, ainda não têm autonomia sobre seus corpos e sua sexualidade... enfim.

No Brasil, compartilhamos de dados esclarecedores sobre a situação das mulheres:

- A cada 15 segundos uma mulher é vítima de violência física, outra é impedida de sair de casa, outra ainda é obrigada a ter relações sexuais contra a sua vontade e a cada 9 segundos uma mulher é ofendida em sua conduta sexual ou em seu trabalho remunerado por ser mulher;
- 66% das brasileiras não passam do ensino fundamental;

- Quase 57% das mulheres estão no mercado informal;
- 40% das mulheres ganham um salário mínimo ou menos
- Em 96% dos domicílios em que residem mulheres, uma mulher é a principal responsável pela execução ou orientação dos afazeres domésticos.
- Uma em cada cinco brasileiras (19%) declara espontaneamente ter sofrido algum tipo de violência por parte de algum homem.
- 11% das mulheres vivem relações sexuais forçadas (em sua maioria, o estupro conjugal, ainda inexistente na legislação penal brasileira). 22

Não podemos, portanto, fechar os olhos diante dessa dura realidade. Devemos compreender que a mudança desta situação é de nossa responsabilidade e da esquerda socialista em especial, já que a eliminação da desigualdade entre homens e mulheres não é possível dentro do sistema capitalista.

Na luta pela construção do socialismo e da liberdade para todos os seres humanos é fundamental que o PSOL incorpore bandeiras de luta dos setores oprimidos, como são os negros e negras, os homossexuais, bissexuais, transexuais e as mulheres.

Durante o século XX foram forjadas diversas bandeiras e estratégias que visam a redução das desigualdades entre homens e mulheres. Muitos desses estudos se dedicaram a pensar como o Estado deve agir sobre essa temática através das políticas públicas direcionadas. Entendemos que o Estado, não sendo neutro, se não pensa e age sobre a desigualdade existente entre homens e mulheres no sentido de amenizá-la, contribui necessariamente para a perpetuação dessa situação. Por isso, resgatando essas experiências e formulações é que faremos uma leitura sobre alguns pontos sobre políticas públicas de igualdade de gênero e, a partir daí avançaremos para fazer um balanço de tais políticas e pensar como os mandatos e governos do PSOL devem incorporar e agir nessa área.

Políticas Públicas de Igualdade de Gênero²³

Os governos, de um modo geral, deram ao longo da história e continuam dando pouca atenção aos setores oprimidos da sociedade sejam eles mais gerais (classe trabalhadora como um todo, por exemplo), sejam eles mais específicos (negros, índios, mulheres, homossexuais, etc). Podemos dizer que o estado (o brasileiro em especial) governou até hoje para poucos (bem poucos) produzindo poucas políticas de caráter emancipador para esses setores e se limitando, nos raros momentos em que se propôs a fazer algo, a políticas de caráter repressor e assistencialista.

Podemos compreender, por um lado, que esse estado teve poucas políticas públicas para os ditos setores ou podemos compreender, por outro lado, que a própria falta de políticas públicas já é uma política pública que busca a submissão dos mesmos. Assim tem sido, por exemplo, com as políticas públicas para as mulheres.

Nesse sentido, avaliamos que as políticas públicas podem reforçar as desigualdades, a partir do momento que os governos, as agências estatais e a própria sociedade não estão atentos as desigualdades de gênero, ou podem contribuir para a redução das desigualdades entre homens e mulheres:

- ♀ Em primeiro lugar reconhecendo que esta desigualdade existe e que ela deve e pode ser reduzida;
- ♀ Integrando o combate a desigualdade de gênero à agenda de governo, junto com o combate a “outras desigualdades”;
- ♀ Em terceiro lugar, identificando como e onde estas desigualdades se manifestam e quais seus impactos – para se poder planejar estratégias de ação. Tal identificação pode contar com o conhecimento acumulado por todos e todas envolvidos nesta luta em todo o país, com a participação da sociedade civil local, sobretudo com a

²² Fundação Perseu Abramo - 2001

²³ Mulheres da década de 60 forjaram o conceito de gênero, contrapondo-se ao conceito de sexo, para denominar e denunciar a formatação a que estamos submetidas desde que nascemos, homens e mulheres, e que é responsável por geral a mulher delicada, passional, cuidadosa, recatada e o homem agressivo, racional desafiador, etc... Longe de serem fatos biológicos o papel social do homem e o papel social da mulher são construídos.

participação das mulheres, com as equipes envolvidas diretamente na implementação dessas políticas (desde que sensibilizadas para a problemática de gênero).

A identificação concreta das formas como se manifestam as desigualdades de gênero, que permite identificar prioridades de ação, como as apontadas pela agenda de gênero (combate a violência contra a mulher, política de atenção integral a saúde da mulher, programas de geração de emprego e renda e de capacitação, acesso a crédito, acesso a propriedade, combate a discriminação no trabalho e outros).

Mas é muito importante, para além dessas ações dirigidas, incorporar um olhar de gênero em todas as políticas públicas de forma a contemplar as mulheres toda vez que se formular ou implementar uma política. Objetivando isso, o governo deve ter em mente perguntas como:

- 1) Como a relação homem-mulher se dá nessa área?
- 2) Como se dá a inserção da mulher neste campo, nesta atividade?
- 3) Esta inserção reflete acesso equivalente ao dos homens (ou há um acesso desigual)?
- 4) A situação específica da mulher é considerada pelo programa? E, se não, isto de alguma forma a prejudica?
- 5) Como as desigualdades de gênero, nessa área específica, podem ser combatidas por políticas ou programas?

Separamos, no texto acima, políticas e programas porque entendemos uma diferença fundamental entre eles: Projetos e programas seriam aqueles que têm um nítido começo-meio-fim e que podem sem dúvida preencher um papel importantíssimo em atender as necessidades mais imediatas e mais gritantes das mulheres aqui e agora. Mas muitas vezes esses projetos e programas focalizados sofrem pela falta de continuidade – continuidade de recursos humanos e materiais - e pela vontade política de determinadas administrações para atender as necessidades das mulheres. Políticas implicam transformar as normas e práticas do próprio estado onde os organismos institucionais e as feministas estão inseridos.

Assim sendo, entendemos que as políticas públicas, em um governo que queira colaborar para a construção de um estado democrático, devem ser um espaço privilegiado no combate à desigualdade de gênero a partir do momento que tem a capacidade de se articular com as demais esferas da sociedade e do próprio governo e conseguir ganhos substanciais para a melhoria da vida das mulheres. Nesse ponto enfatizamos a necessidade de não se pensar políticas públicas de igualdade de gênero como um compartimento do governo sem relação com os demais. Uma ação numa esfera isolada pode perder parte da sua eficiência. Para conseguir a implementação de políticas eficientes é necessária a ação em diversas esferas da sociedade, tais como economia, agricultura, educação, saúde, cidadania, etc.

Elaborar políticas públicas de igualdade de gênero requer politizar as relações sociais e agir sobre as mesmas. Assim sendo é fundamental, ao se pensar políticas para as mulheres, pensar como a vida dessa mulher se dá em todos os espaços – no seu trabalho, na sua educação, nas suas relações pessoais, etc... Requer um olhar atento para identificar espaços sociais onde o machismo está inserido e através as articulações do estado agir sobre esses espaços no sentido de desconstruir a desigualdade entre homens e mulheres.

E são nesses diferentes espaços que as políticas públicas que visem a igualdade de gênero devem agir no sentido de:

♀ Garantir a autonomia pessoal e direito ao trabalho, pois a independência econômica é um dos elementos centrais da emancipação das mulheres, do seu direito pleno ao exercício da cidadania;

♀ Alterar a divisão sexual do trabalho na família, pois as relações desiguais de gênero estão sustentadas pela divisão sexual e diferenciada do trabalho, pelo controle do corpo e da sexualidade das mulheres, pela violência sexual e doméstica, pela exclusão das mulheres dos espaços de poder e decisão, pelo trabalho doméstico e o cuidado dos filhos e família e por uma cultura que reproduz e reforça a discriminação e violência contra as mulheres;

♀ Garantir condições de autonomia sobre o corpo e sobre a maternidade, pois o controle do corpo das mulheres e a imposição da maternidade como constitutiva da identidade feminina são estruturantes do processo de subordinação das mulheres nesta sociedade. Para isso são necessárias políticas que garantam as mulheres uma vida sem violência e o direito de decidir sobre a maternidade e sexualidade; é preciso garantir políticas de combate a violência doméstica e sexual, direito a saúde e o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos;

♀ Combater o racismo e preconceitos. Gênero e raça são eixos estruturantes dos padrões de desigualdade e exclusão;

♀ Favorecer a organização e participação das mulheres como sujeitos de direitos. É preciso reforçar sua expressão pública para assegurar seus pontos de vista e que suas demandas sejam consideradas;

♀ Avançar na igualdade de oportunidades entre homens e mulheres em todos os aspectos da vida social, político, econômico, educacional, cultural, aprofundar e difundir e garantir o pleno exercício de seus direitos e melhorar a situação das mulheres e sua qualidade de vida.

Mas é importante, para caminhar em direção à garantia dos direitos e condições citados acima identificar que, embora haja em curso uma série de iniciativas que interferem sobre a desigualdade de gênero, elaborada em grande parte pelos movimentos feministas e/ou de mulheres nas últimas décadas, há ainda muitas políticas que, embora focalizem as mulheres, acabam por reforçar desigualdades reafirmando a posição subordinada das mulheres seja no espaço público quanto no estaco privado. É importante, portanto, ter um olhar atento à forma como essas políticas enxergam essas mulheres e como elas colaboram ou não para a ampliação da sua cidadania em todas as esferas. É necessário olhar as mulheres para além da sua função na família e como multiplicadoras de uma ação governamental e garantir a ampliação da cidadania plena a partir da extensão dos direitos das mulheres. É necessário avançar na igualdade de oportunidades entre homens e mulheres em todos os aspectos da vida social, política, econômica, educacional, cultural e aprofundar, difundir e garantir o pleno exercício de seus direitos para melhorar a situação das mulheres e sua qualidade de vida.

Áreas de Atuação das Políticas Públicas de Igualdade de Gênero

Conforme explicitamos acima, para avançar efetivamente na construção da igualdade entre homens e mulheres o Estado precisa atuar em diferentes áreas.

Geração de Trabalho e Renda (combate a pobreza)

Estudos apontam que, apesar das mulheres nas últimas décadas terem se inserido mais profundamente nos trabalhos formais ainda é grande a quantidade de problemas enfrentados pelas mesmas. A maior parte das mulheres está fora do mercado formal (e, portanto longe de direitos trabalhistas como aposentadoria, 13º salário, licença maternidade e outros, custo pago para conseguir conciliar o trabalho com os serviços do lar), ganham menos que os homens (em média as trabalhadoras ganham quatro vezes menos que os homens), têm uma taxa de desemprego mais elevada e ainda estão sujeitas a assédio moral, falta de reconhecimento das profissões ditas como “femininas” e outros tipos de mazelas. Esses dados tornam possível falarmos hoje em feminização da pobreza, isto é, as mulheres são mais pobres entre os pobres e os pobres são compostos cada vez mais por mulheres.

Por isso é fundamental:

♀ Investir na capacitação da mão de obra feminina, para proporcionar a entrada de mais mulheres no mercado formal e para fomentar o aumento da remuneração de cargos já ocupados por mulheres;

♀ Garantir que as mulheres tenham salários iguais ao dos homens. Ainda hoje é comum que para o mesmo trabalho haja salários diferentes para mulheres e homens. Por isso defendemos salário igual para trabalho igual;

♀ Aumento dos postos de trabalho (permanentes) de forma a diminuir o desemprego feminino, bem como de toda a classe trabalhadora. Dos 53% de brasileiras pertencentes a população economicamente ativa, 12% estão desempregadas;

♀ Garantir os direitos trabalhistas e punir os empregadores que não respeitam a legislação;

♀ Combater a discriminação a atividades e profissões femininas, bem como valorizar o trabalho não-remunerado (donas-de-casa);

♀ Atuar na eliminação do acesso diferenciado do uso e controle dos recursos produtivos (trabalho, terra, capital, informação, novas tecnologias, recursos naturais, etc);

♀ Denunciar e combater controles às disciplinas de trabalho das mulheres, a todas as formas de violência como agressão, assédio e ameaças;

♀ Avançar na construção de lavanderias públicas, restaurantes públicos, creches e outros serviços que visem diminuir a carga de trabalho doméstico das mulheres;

♀ Garantir locais adequados para amamentação nos locais de trabalho;

♀ Garantir a não requisição de exames de gravidez em processos de seleção para empregos;

♀ Garantir auxílios-creche para as mulheres trabalhadoras e, quando possível, creches nos locais de trabalho;

♀ Garantir, quando possível, que as mulheres com filhos tenham prioridade, quando concursadas para serviço público, de escolha do local e horário de trabalho.

Violência

A violência contra as mulheres é um fato e deve e pode ser combatida. Ainda hoje sustentamos dados alarmantes sobre a violência contra as mulheres e essa violência se dá mais diversos lugares, mas sobretudo nas ruas, no trabalho e na família. As mulheres continuam a ser vítimas de um padrão comportamental que impõe, como expressão da sexualidade, ao homem o comportamento agressivo, dominador, corajoso, potente e à mulher a fragilidade, a passividade, a subserviência, a dependência. Infelizmente ainda hoje “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher” e isso faz com que a responsabilidade dos maridos e parceiros como principal agressor chegue a 70% em casos de espancamento. Por medo, dependência e vergonha somente 50% das vítimas recorrem a auxílio, e somente em casos de agressão mais graves, como ameaças com armas de fogo e espancamentos. Esse auxílio, ainda longe de ser um auxílio policial, recai, na maioria das vezes, sobre outra mulher da família.

O tipo de violência sofrida varia entre cantadas inconvenientes, agressões verbais, perseguições, estupros, espancamento, cárcere privado e outros e são as mulheres mais pobres as maiores vítimas de violência.

A falta de assistência do estado não é a causa da violência, mas sim o padrão comportamental que legitima a violência contra a mulher. É necessário, portanto agir para a transformação de diversos fatores que alterem a real condição de discriminação social, econômica e política da mulher. Mas as ações do estado podem sim evitar e reprimir a violência sofrida pelas mulheres a partir do momento que tenha uma política eficiente combativa da violência contra a mulher que tenham contempladas:

- ♀ Ampliação e melhoria do atendimento especial às mulheres vítimas de violência;
- ♀ Articulação entre estado e município para garantir delegacias especiais de atendimento à mulher em todas as localidades com a presença de assistentes sociais mulheres 24h;
- ♀ Inclusão de profissionais do sexo feminino nos plantões do Instituto Médico Legal (IML);
- ♀ Treinamento de profissionais das áreas médicas e policiais o atendimento de mulheres em situação de violência;
- ♀ Criação de programas que atenda integralmente (assistência jurídica, médica, psicológica, etc) à mulheres vítimas de violência;
- ♀ Criação de “casas de abrigo temporário” para atendimento de mulheres em situação de violência doméstica;
- ♀ Criação de programas de profissionalização de mulheres em situação de violência, para que estas possam calçar sua autonomia financeira frente ao marido, parceiro ou pai, fundamental para superar essa situação;
- ♀ Execução de campanhas de combate à violência contra a mulher que esclareçam sobre direitos (leis) e instrumentos (delegacias, casas-abrigo, programas de qualificação profissional, etc) e assistências às mulheres vítimas de violência;
- ♀ Criação de programa com ênfase na violência contra meninas e adolescentes, principalmente vítimas de violência doméstica ou em situação de risco (prostituição);
- ♀ Cumprimento da legislação sobre violência contra a mulher (inclusive com recursos para tal) – Lei Maria da Penha.

Educação

Um dos elementos centrais na manutenção da opressão e subordinação das mulheres é o papel específico que lhe é atribuído na família, como a responsável pelo trabalho doméstico e o cuidado com os filhos. Embora o cuidado geral com os filhos seja responsabilidade dos pais, é sobre a mulher que recai o peso cotidiano desta tarefa, influenciando ou mesmo determinando suas condições de decidir sobre sua própria vida. Devido principalmente a essa dinâmica as mulheres ainda estão em grande parte longe dos estudos, sobretudo os mais graduados. Ainda hoje 60% das mulheres não passam do ensino fundamental. Quando tentam estudar têm que conciliar suas atividades com as tarefas de casa e dos filhos, conciliação essa às vezes impossível e que resulta na grande desistência e evasão

escolar das mulheres. É dever do Estado garantir à criança de zero a seis anos de idade o acesso à creche e ao ensino fundamental, independentemente da oportunidade e conveniência do Poder Público, porém a defasagem entre a necessidade de vagas em creches públicas p/ crianças de até 3 anos é enorme e 52% das crianças estão sendo atendidas em estabelecimentos sem controle público. O acesso à educação é fundamental tanto para a ascensão social quanto para a independência econômica das mulheres. Este último, decisivo para as mulheres vítimas de violência. Além disso, é fundamental que as mulheres estejam engajadas na produção do conhecimento, área, senão restrita, hegemônicas pelos homens, o que colabora para a produção de um conhecimento machista e da invisibilização das mulheres nas ciências e na história. É importante também agir sobre a forma como a educação está estruturada nas escolas e universidades garantindo que a educação não seja sexista.

Por isso é fundamental:

- ♀ Criar e ampliar as creches e pré-escolas como uma política de assistência as mulheres com filhos pequenos que necessitam trabalhar e/ou estudar;
- ♀ Discutir sobre a criação de creches com horários noturnos, para mulheres que trabalham e/ou estudam neste horário;
- ♀ Estimular os estudos entre as mulheres, seja na educação regular, seja na educação para jovens e adultos (EJA), bem como à qualificação profissional;
- ♀ Reformular livros didáticos e programas, de forma a eliminar referência discriminatória à mulher e a aumentar a consciência acerca dos direitos das mulheres;
- ♀ Educação sexual não discriminatória nas escolas, que leve em consideração diferenças de gênero, sexo, orientação sexual, etc
- ♀ Formação não sexista dos profissionais da educação.

Saúde

Garantir a saúde da mulher é, no limite, garantir sua existência enquanto ser humano. É fundamental que os governos pensem na saúde da mulher não de forma fragmentada ou compartimentada em períodos da sua vida, mas que pense a assistência a saúde integralmente dando conta da sua saúde mental, ocupacional e sexual desde o despertar da sua sexualidade, menstruação, mudanças corporais, procriação (gravidez, parto, pós-parto e aleitamento), anticoncepção e aborto, maturidade, menopausa e velhice.

O movimento de mulheres tem desenvolvido uma política conseqüente com essa visão integral da mulher, que se bem dá conta dos aspectos da procriação, não se atém apenas a elas. O papel da sexualidade visto como um direito ao prazer é inseparável da idéia de libertação das mulheres e mexe em preconceitos e tabus fortemente arraigados. Ao entender a atividade sexual como parte integrante do desenvolvimento sadio do ser humano, independente de sua função procriativa. A “dupla moral” que estimula a atividade sexual do homem (o macho potente) e inibe a da mulher (recato, pudor feminino) traz em si a negação do reconhecimento à sexualidade feminina. E as conseqüências dessa moral são diretamente sentidas, ainda nos dias de hoje, no relacionamento entre os sexos.

As complicações de saúde, conseqüências do péssimo atendimento na gravidez, parto, pós-parto e aborto feito em condições precárias, contribuem para a mortalidade de mulheres e bebês. A esterilização é o método anticoncepcional mais utilizado depois da pílula. Falta a informação adequada bem como o aumento das possibilidades de contracepção, já que a oferta do SUS é bastante precária. Por outro lado o planejamento familiar deve ser gerido pela mulher, ou seja, é ela quem decide, não o estado, quantos filhos quer ter e como quer tê-los e até mesmo se quer tê-los. Ou seja, o sistema de saúde deve instruir a mulher sobre os métodos contraceptivos e garantir o acesso aos mesmos, mas a mulher deve ter autonomia para decidir como usá-los ou se quer usá-los.

Por isso é fundamental:

- ♀ Garantia do acesso a unidades de saúde (postos de saúde e hospitais) e com oferta de profissionais voltados à saúde da mulher (ginecologistas, psicólogos, planejadores familiares, etc);

♀ Educação sexual e Planejamento familiar como constitutivos dos programas de saúde da mulher, garantia do acesso a diversos métodos anticoncepcionais (inclusive pílula do dia seguinte) sem burocracia e limite de quantidade e oferta de vagas para laqueadura tubária;

♀ Criação de Hospitais especiais de saúde da Mulher juntamente a maternidades e programas de redução da mortalidade materna;

♀ Implantação efetiva do PAISM (programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, com o desenvolvimento de ações de atenção em todas as etapas da vida da mulher, incluindo questões como saúde mental e ocupacional da mulher, sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis, prevenção do câncer e planejamento familiar e direitos reprodutivos, de forma a superar a concentração da atenção na saúde materno-infantil;

♀ Assegurar a possibilidade da prática do aborto dos casos previstos em lei (estupro e risco à saúde da mulher) e defender e avançar na revisão da legislação punitiva sobre o aborto (legalização do aborto);

♀ Criação de um programa de formação para a saúde da mulher, voltado tanto para as mulheres – abordando temas como planejamento familiar, gravidez, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e menopausa, entre outros – quanto para os profissionais municipais da saúde;

♀ Reconhecer a identidade de gênero para mulheres transexuais e oferecer a atenção necessária à saúde dessas mulheres.

Cidadania

Avançar na construção da igualdade entre homens e mulheres é também avançar na ampliação do espaço de cidadania das mulheres. Ainda hoje a participação política se configura como uma prática masculina. O espaço público ainda é negado às mulheres, confinadas ao espaço privado, à esfera do lar. Mas é imprescindível mudar essa situação e entender que o espaço que se proponha a construir a igualdade entre homens e mulheres deve, sobretudo, ser mais democrático que a maior parte dos espaços estatais. Garantir a inserção das mulheres nos espaços de decisão é fundamental para fomentar a cidadania ativa e crítica de um segmento até agora invisível. Ou seja: não basta somente ter políticas para as mulheres, mas também ter políticas com as mulheres fazendo com que elas decidam sobre suas necessidades como cidadãs. É necessário que essas políticas andem de braços dados com a democratização do estado, mantendo, aperfeiçoando e criando novos mecanismos de diálogo e decisão da sociedade civil com a esfera governamental. Tais mecanismos devem estar sempre abertos e serem uma constância na ação política desse estado, não se limitando só a eventos pontuais, mas se estendendo a todo um dia-a-dia das cidadãs.

É importante ressaltar que a construção da autonomia para as mulheres envolve a mudança das relações de poder nos diversos espaços sociais sendo necessário fazer um esforço não só para inserir as mulheres no espaço político, mas repensar a forma como toda a prática política é estruturada.

Por outro lado é importante garantir estruturas governamentais específicas para a construção da igualdade de gênero que tenham autonomia, recursos humanos e financeiros para tal.

Nesse sentido propomos:

♀ Democratização radical dos espaços de definição de políticas públicas para mulheres de forma que as cidadãs possam não só ser consultadas, mas deliberar sobre ações do Estado nesse campo.

♀ Garantir a realização de Conferências de Políticas Públicas para Mulheres com ampla divulgação não só entre o movimento de mulheres, mas na sociedade como um todo, chamando todas as cidadãs a participarem deste processo;

♀ Criação de Secretarias de Políticas Públicas para Mulheres nos locais onde esta não existe e garantia de autonomia e recursos financeiros e humanos para seu funcionamento;

♀ Secretarias de Políticas Públicas para as Mulheres com poder deliberativo e executivo, tornando possível, portanto, tanto seu papel protagonista na articulação com outras esferas governamentais quanto na execução de políticas;

♀ Criação de Ouvidorias ligadas às secretarias de políticas públicas para mulheres;

♀ Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Mulher sob um ponto de vista feminista, agindo ativamente no fomento da cidadania das mulheres e mediando a relação governo entre sociedade civil e movimentos sociais.

Um breve balanço sobre a implementação das políticas de promoção da igualdade de gênero

Até o momento podemos identificar a produção de uma série de políticas de combate à desigualdade entre homens e mulheres, a maioria formulada pelo movimento feminista e de mulheres nos últimos anos. Porém, tanto a incorporação dessas políticas pela agenda governamental quanto a execução das políticas já adotadas deixam lacunas questionáveis quanto a sua eficiência.

No geral ainda podemos ver grande parte das estruturas governamentais dedicadas à promoção da igualdade de gênero sem autonomia e recursos para seu funcionamento. A consequência disso é a parca capacidade de articulação entre outras secretarias e, portanto, uma limitação bastante grande de influência sobre a vida das mulheres através das políticas de governo. Por isso é fundamental garantir a autonomia das Secretarias de Políticas Públicas para Mulheres e o seu igual status frente a outras secretarias, já que é comum vê-las atreladas a outras na forma de subsecretarias. Somente dessa forma é possível garantir o necessário para seu funcionamento e a caminhada para o sucesso da implementação da política pautada pelas mesmas.

É fundamental garantir, na implementação das políticas, uma clara separação sobre o que é movimento, o que é sociedade civil e o que é governo. A articulação dessas esferas é fundamental, porém devem ser delimitadas no sentido de garantir a autonomia de cada segmento. Não menos importante também é a separação entre partido político e governo. Hoje ainda há uma grande confusão em alguns espaços de composição mista, como são as CODINs, por exemplo. Esta situação deve ser superada através da delimitação/criação de instâncias nitidamente estatais, que tenham poder deliberativo e executivo.

A criação de espaços de diálogo com a sociedade civil também devem ser ampliados. Temos vivenciado experiências importantes nas Conferências de Políticas Públicas para mulheres, mas é necessário aperfeiçoá-las para além de um momento de avaliações, discussões e consultas (também importante), como um mecanismo deliberativo sobre as políticas do estado.

É importante colocar também que só é possível garantir uma boa formulação e implementação dessas políticas se todo o Estado tem pra si a responsabilidade sobre a construção de uma sociedade mais igual para homens e mulheres. Para que as políticas de igualdade de gênero sejam vitoriosas é necessário que todo o governo lute por isso e que esteja aberto, em todas as suas esferas, à articulações e execuções de tais políticas.

Em Niterói...

No que tange ao município de Niterói podemos avaliar que a prefeitura não tem dado conta de implementar um mínimo de políticas com impacto na vida dos cidadãos e cidadãs. A ausência de uma secretaria de Políticas Públicas para as mulheres evidencia isso.

Em 2007, por exemplo, o governo realizou a 2ª Mostra Mulher de Niterói, evento que, em vez de ser um momento de diálogo sobre os problemas enfrentados pelas mulheres na cidade e sua superação, se propôs a apresentar desfiles de moda, artesanato e gastronomia.

O calendário de datas importantes para as mulheres como o dia internacional da mulher, o dia de luta pela saúde da mulher, o dia da visibilidade lésbica e outros tem sido invisibilizados e desperdiçados como momentos de maior contato e esclarecimento do governo para com as mulheres da cidade, quando não ridicularizados. Entregar rosas para as mulheres e fazer barraquinhas de artesanato não colabora para a libertação das mulheres, pelo contrário, reforça a configuração das mulheres como seres delicados, frágeis, etc, compactuando com a discriminação sexista e estimula a sua não qualificação profissional, a atividade econômica das mulheres somente como complementar a renda familiar e a sua estadia mercado informal e, portanto, longe de direitos trabalhistas.

No campo da saúde da mulher falta quase tudo: maternidade, ginecologistas e demais profissionais da saúde, oferta de métodos contraceptivos e planejamento familiar... Enfim... Hoje a primeira causa de morte por doença das mulheres em Niterói é devido a câncer de mama.

A quantidade de creches oferecida pela secretaria de educação é insuficiente: Hoje são apenas 36 creches no município de Niterói.

Podemos fazer o balanço de que a prefeitura de Niterói, nessa e nas administrações anteriores, não conseguiu incorporar a luta pela igualdade entre homens e mulheres como um eixo estruturante da ação do governo. Há falta de estrutura, verba, recursos, status, autonomia, política, enfim...

Para uma Niterói melhor para as mulheres propomos:

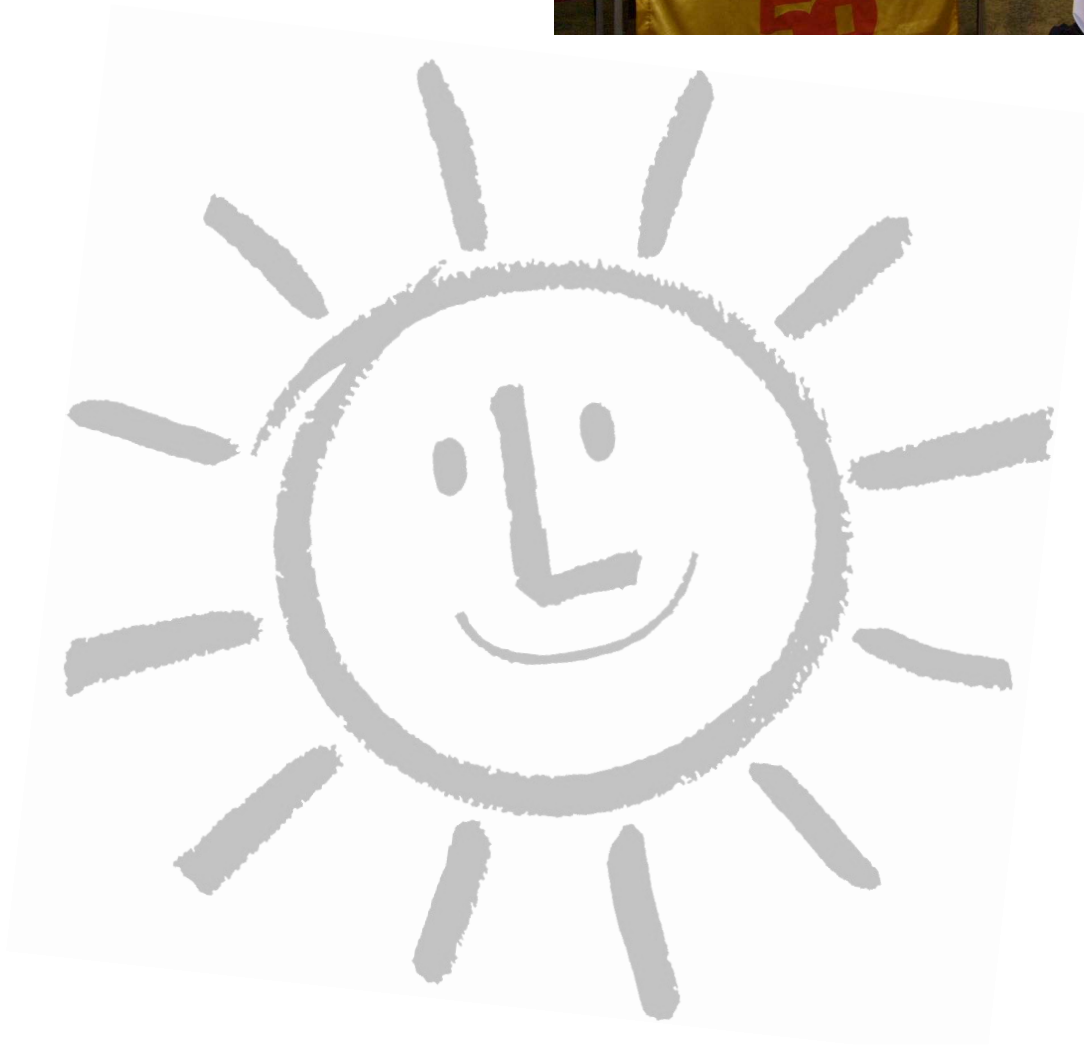
- ♀ Melhoria da política de saúde da mulher como um todo: mais ginecologistas, melhor planejamento familiar, mais métodos contraceptivos, maternidade melhor, etc;
- ♀ Implantação no HUAP de estrutura para realização dos abortos previstos em lei
- ♀ Valorização das profissões consideradas femininas (costureira, dona-de-casa, empregada doméstica, etc)
- ♀ Criação da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, com recursos financeiros e humanos bem como autonomia para seu funcionamento
- ♀ Criação de Ouvidoria ligadas à secretaria de políticas públicas para mulheres;
- ♀ Reconhecer, no âmbito municipal, a identidade de gênero para mulheres transexuais e oferecer a atenção necessária à saúde dessas mulheres
- ♀ Criação de um programa de formação para a saúde da mulher, voltado tanto para as mulheres – abordando temas como planejamento familiar, gravidez, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e menopausa, entre outros – quanto para os profissionais municipais da saúde;
- ♀ Transformação da maternidade de Niterói em hospital da mulher de Niterói
- ♀ Ampliação do número de creches em Niterói
- ♀ Realização de uma Campanha de estímulo aos estudos entre as mulheres, seja na educação regular, seja na educação para jovens e adultos (EJA), bem como à qualificação profissional;
- ♀ Educação sexual não discriminatória nas escolas, que leve em consideração diferenças de gênero, sexo, orientação sexual, etc
- ♀ Formação não sexista dos profissionais da educação municipal.
- ♀ Criação de um centro de atendimento a mulher vítima de violência, que oriente as mulheres a programas de atenção integral.
- ♀ Criação de programas que atenda integralmente (assistência jurídica, médica, psicológica, etc) à mulheres vítimas de violência, inclusive meninas e adocentes em situação de risco;
- ♀ Articulação entre estado e município para garantir delegacias especiais de atendimento à mulher em todas as localidades com a presença de assistentes sociais mulheres 24h;
- ♀ Inclusão de profissionais do sexo feminino nos plantões do Instituto Médico Legal (IML) de Niterói;
- ♀ Criação de programas de profissionalização de mulheres em situação de violência, para que estas possam calçar sua autonomia financeira frente ao marido, parceiro ou pai, fundamental para superar essa situação;
- ♀ Execução de campanhas de combate à violência contra a mulher que esclareçam sobre direitos (leis) e instrumentos (delegacias, casas-abrigo, programas de qualificação profissional, etc) e assistências às mulheres vítimas de violência;
- ♀ Atenção ao cumprimento da legislação sobre violência contra a mulher (inclusive com recursos para tal) – Lei Maria da Penha.
- ♀ Denunciar e combater controles às disciplinas de trabalho das mulheres, a todas as formas de violência como agressão, assédio e ameaças;
- ♀ Garantir, quando possível, que as mulheres com filhos tenham prioridade, quando concursadas para serviço público municipal, de escolha do local e horário de trabalho.

Construindo o Socialismo e a Liberdade!

É fundamental que as candidaturas e governos do PSOL trabalhem no sentido de modificar essa situação para contribuir para a mudança na vida das mulheres da cidade. Incorporar a luta das mulheres é incorporar uma defesa radical de mudança da sociedade vigente hoje, opressora e desigual, e caminhar para a construção de uma sociedade mais humana. A repressão das mulheres tem sido apropriada pelo capitalismo como um dos seus pilares fundamentais e anda de braços dados com a impunidade frente ao desrespeito dos direitos humanos, sobretudo para as mulheres pobres. Manter as mulheres oprimidas e subordinadas permite diminuir os custos com a reprodução da força de trabalho; aumentar a exploração, rebaixando os salários da classe trabalhadora como um

todo; manter uma divisão importante dentro do proletariado, facilitando a dominação e a exploração; assegurar a manutenção da família como mecanismo essencial de assimilação da ideologia burguesa e patriarcal no seio dos oprimidos; e aumentar a situação de desumanização e alienação do proletariado, diminuindo com isso sua consciência como classe dominante, e, portanto, sua capacidade de revolta. Incorporar a luta pela igualdade entre homens e mulheres é incorporar a luta pelo socialismo e pela liberdade de todos os seres humanos. Sem feminismo não há socialismo, sem igualdade não há liberdade!

Cultura



Assim como a educação, a saúde, o trabalho, a segurança e a moradia, a cultura também é um direito humano e social. Essa, porém, não pode ser uma idéia presente apenas nos discursos dos administradores das secretarias de cultura e de alguns “iluminados” da classe artística. O cidadão comum, o trabalhador, a dona de casa, cada criança de nossa cidade precisa entender que têm direito à cultura, um direito essencial para a formação intelectual, humana e cidadã plena dos homens e mulheres de nossa terra.

A cultura precisa ser tratada como área estratégica e parte constituinte das políticas públicas de educação, saúde, geração de emprego, inclusão e desenvolvimento social. Se bem trabalhada, pode integrar a comunidade, fortalecer o senso coletivo, estimular o desenvolvimento das potencialidades artísticas libertadoras, emancipar consciências, resgatar a história do oprimido e transformar a realidade em semente para a revolução.

O homem, a cultura e o trabalho criativo

A Revolução Industrial e a consolidação do capitalismo forjaram uma sociedade em que a lógica da divisão do trabalho foi levada a suas últimas conseqüências. Essa divisão de tarefas propiciou a criação do Estado burguês e organizou a sociedade em setores específicos e fragmentados que, por sua vez, resultaram no isolamento de sujeitos (agora, indivíduos) e na conseqüente fragmentação da experiência, cujo ápice chegou ao que se convencionou chamar de período pós-moderno, ou capitalismo tardio.

Essa nova concepção de mundo e de homem mexeu, portanto, com todos os campos da atividade humana. É dessa forma que a comunicação e a cultura passam a ser vistas como áreas isoladas da criatividade humana, setores especializados com suas lógicas próprias produzidos e aproveitados por um grupo específico de indivíduos.

A concepção burguesa de comunicação e cultura cataloga estas atividades em um campo isolado entre o sagrado e o supérfluo. Por este prisma, a cultura é uma atividade de fruição reservada a um grupo privilegiado e produzido por homens superiores de dons natos ou adquiridos. Esta visão do que é a comunicação e a cultura é extremamente naturalizada em nosso meio social.

No capitalismo tardio, estes dois campos ganham novas potencialidades e passam a ser a última fronteira da classe dominante, que encontra poucos espaços físicos onde o capital já não tenha se imposto. Por esse motivo, são os bens intangíveis que passam a ser processados, enlatados e vendidos com vigor cada vez maior. Pela mesma lógica passam a educação, a biodiversidade e os saberes tradicionais.

É necessário, portanto, ir-se além de uma concepção burguesa de cultura - que se apóia na experiência fragmentada, caótica, arbitrária e conformista. Este tipo de visão suprime as interpretações totalizantes de mundo que permitem aos sujeitos construir sentidos e espírito crítico.

Como partido socialista, espera-se do PSOL um programa que veja na comunicação e na cultura a oportunidade de o trabalho humano reencontrar sua potencialidade criativa. Que entenda que produção e fruição estão tão intimamente ligadas que jamais deveriam ter sido separadas. Que observe que a comunicação e a cultura são a arte da vida em si, envolvendo códigos, ações, procedimentos e intenções compartilhados coletivamente, os meios que justificam os fins.

Democratizar radicalmente a cultura em Niterói

Assim como a educação, a saúde, o trabalho, a segurança e a moradia, a cultura também é um direito humano e social. Essa, porém, não pode ser uma idéia presente apenas nos discursos dos administradores das secretarias de cultura e de alguns “iluminados” da classe artística. O cidadão comum, o trabalhador, a dona de casa, cada criança de nossa cidade precisa entender que têm direito à cultura, um direito essencial para a formação intelectual, humana e cidadã plena dos homens e mulheres de nossa terra.

A cultura precisa ser tratada como área estratégica e parte constituinte das políticas públicas de educação, saúde, geração de emprego, inclusão e desenvolvimento social. Se bem trabalhada, pode integrar a comunidade, fortalecer o senso coletivo, estimular o desenvolvimento das potencialidades artísticas libertadoras, emancipar consciências, resgatar a história do oprimido e transformar a realidade em semente para a revolução.

Governantes ignoram Constituição e elitizam a cultura

A Constituição Brasileira, em seu artigo 215, já estabelece: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.” O complemento vem no artigo 243 da Lei Orgânica de Niterói que prevê que “o Poder Municipal garantirá a todos os municípios o pleno exercício do direito a qualquer atividade cultural, através de estímulo aos criadores artísticos, em toda e qualquer linguagem, quer através da ação cultural dos seus órgãos, quer apoiando os produtores independentes, entidades representativas e a vida artística em geral”.

A legislação municipal ainda fala em criação, ampliação, reestruturação, manutenção, aparelhamento adequado e dinamização dos espaços e unidades culturais e artísticos do Poder Municipal, especialmente aqueles que possam atender às demandas das comunidades menos favorecidas. Sem contar que proíbe expressamente “a extinção de qualquer espaço cultural sem a criação prévia de espaço equivalente, em área próxima”. Palavras bonitas que não ganham sustentação dentro dos orçamentos do poder Executivo, em suas três esferas.

Niterói: a cultura para poucos

A nossa cidade não é uma exceção à regra nacional. A Secretaria de Cultura não pode ser, simplesmente, um departamento de promoção de eventos da prefeitura que não conta com participação popular efetiva. Eventos essenciais à construção do debate plural e democrático, como as conferências municipais, não podem ser oferecidos como simples benesse, e sim se constituir em espaço básico de gestão participativa. Trata-se de momentos que teriam potencialidade de ampliar a articulação dos movimentos artísticos e populares com os gestores públicos para a construção de uma política séria de cultura para a cidade.

É urgente a necessidade de mudança na política cultural da cidade. Prioridade zero no orçamento municipal, os eventos culturais realizados e apoiados pelo poder executivo de Niterói ganham contornos mais eleitoreiros do que difusores da arte e da criatividade popular.

A cultura que queremos!

A fruição e a produção cultural precisam ser acessíveis a toda a população. O poder público tem papel protagonista nesse sentido: shows e atividades culturais freqüentes e gratuitas; espaço, estrutura, incentivo e apoio para os artistas independentes; valorização dos meios de comunicação comunitários e alternativos em geral; defesa do patrimônio histórico da cidade, como o Cine Icaraf.

A cultura só será democratizada de fato quando o povo trabalhador não for mais oprimido por um regime exploratório que o obriga a perder horas dentro de um ônibus para chegar ao serviço, cumprir uma carga horária estafante, ter que proceder a todas as tarefas do lar e ainda depender de trabalhos extras para complementar a renda familiar. Nesse tipo de organização social, a cultura não tem espaço na agenda e nem no bolso dos trabalhadores. Defender a democratização da cultura faz parte de uma pauta de transformação da sociedade. Queremos lutar com arte e criatividade para revolucionar a cidade.

Comunicação de todos e para todos

A comunicação também é um direito constitucional e, assim como a cultura, costuma ser percebida como ferramenta elitista de doutrinação das massas e de manutenção do controle social.

Para o PSOL, a garantia de uma sociedade justa, plural e democrática passa pela constatação de que a comunicação deve ser feita de todos e para todos. Se assim não forem pensados, internet, rádios, TVs e veículos impressos terão, certamente, um papel social doutrinador que, em vez de libertar mentes, submeterá indivíduos. Neste sentido, acreditamos que o fortalecimento de uma comunicação regionalizada, que territorialize o homem e dê prioridade a sua realidade local, é um forte contraponto à comunicação de massa oligopolizada, que representa a pasteurização da experiência e a imposição de uma agenda elitista e homogênea.

Pensando localmente, agindo globalmente

O gigantismo das grandes empresas de comunicação e o âmbito nacional das concessões de rádio e TV fazem com que, muitas vezes, a comunicação não seja pensada como política pública local. Nosso partido concorda com que grandes mudanças devem ser feitas na legislação federal, principalmente em uma realidade em que o oligopólio de comunicação (proprietário de estúdios, produtoras, distribuidoras de filmes, gravadoras de discos, editoras, parques de diversões etc) veicula 2/3 das informações e conteúdos culturais do planeta.

Entretanto, o PSOL sabe que não devemos esperar mudanças mundiais ou nacionais para, só então, agir localmente. Essa atitude, mais que um comprometimento pontual, está alinhada à ideologia de um partido de base.

É por meio também do foco local que podemos tornar concreta a produção de comunicação social. Devido à visão elitizada da comunicação, “de cima para baixo”, é normal observarmos políticas públicas que se concentram em, simplesmente, socializar a recepção de informação, como se a fonte dela - o “quem fala, por que fala e por quem fala” – tivesse menor importância. Como consequência, a comunicação comunitária perde valor e a possibilidade de segmentos oprimidos ganharem voz e contarem sua própria história perde força, consolidando ainda mais a omissão, a distorção e a remontagem das lutas populares pela grande mídia.

É pensando comunicação e cultura como elementos de associação entre sujeitos que pretendemos construir uma identidade de classe, integração social e territorial, elevação do nível de consciência e organização popular. São pontos centrais para armar o povo na luta contra o capital e na construção de uma sociedade justa e igualitária.

Propostas concretas para uma transformação cultural em Niterói

1) **FUNDO PÚBLICO DE CULTURA e DE COMUNICAÇÃO** – É um erro agarrar-se às leis de incentivo como a Rouanet, principalmente, porque quem escolhe onde deve ser investido o dinheiro é uma empresa privada (com seus próprios interesses) e não um conselho público (preocupado com os interesses coletivos). Portanto, os fundos de cultura e de comunicação deveriam ser a grande política de incentivo da área. É necessário criar um fundo público com critérios de seleção bem definidos, de forma a não favorecer apenas os artistas e veículos já consagrados, parentes de empresários ou pessoas influentes da cidade.

2) **CONFERÊNCIAS PERIÓDICAS DE CULTURA e COMUNICAÇÃO** – As conferências devem fazer parte do calendário organizativo do poder público e dos movimentos sociais da cidade. O processo de construção precisa ser participativo, coletivo e democrático. A construção e revisão dos planos municipais de cultura e comunicação devem passar por esses espaços. Por isso, é essencial que a Prefeitura garanta e fortaleça um conselho de cultura e um de comunicação independentes, que garantam à população o controle social de suas políticas públicas.

3) **CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA e DE COMUNICAÇÃO** - Conselhos Municipais deliberativos, plurais, independentes e autônomos do poder executivo, formados de forma democrática e participativa com maioria da sociedade civil - com destaque para representantes dos movimentos culturais e artísticos da cidade, organizados em grupos de trabalho por setor - poderiam fazer a seleção de projetos que se beneficiariam dos recursos dos fundos públicos de maneira periódica, além de pensar, articular e fiscalizar as políticas de comunicação e cultura da cidade. É indispensável, também, a presença da classe empresarial nos conselhos, para que conflitos de interesses sejam mediados de maneira ampla e transparente.

4) **Adoção de software livre em TODOS OS ÓRGÃOS PÚBLICOS** – Já faz tempo que não faz sentido o poder público gastar quantia considerável com os gigantes conglomerados de software. Contudo, a adoção de software livre em toda a estrutura pública vai além da importante lógica da boa gestão de recursos. Trata-se de um enfrentamento direto aos ditames da propriedade intelectual, que garante mais autonomia ao sistema público em geral.

5) **CENTROS e PÓLOS DE CULTURA** – Devem-se criar e aproveitar espaços públicos - como escolas, bibliotecas e telecentros - que sirvam ao mesmo tempo para produção, exibição e encontro de manifestações culturais. A idéia é inserir a cultura e a comunicação no cotidiano da cidade. Tanto a produção de arte quanto a apreensão dela. Tais ações devem ser pensadas e executadas junto às comunidades, levando-se em conta seus interesses e quebrando estereótipos. O importante é misturar o povo do morro e do asfalto, rompendo barreiras invisíveis, mas poderosas, entre as classes sociais.

6) **APOIO e ESTÍMULO AOS VEÍCULOS COMUNITÁRIO DE COMUNICAÇÃO** – Uma TV. Diversas rádios. E dezenas de jornais. Todos esses veículos comunitários funcionam hoje sem qualquer apoio significativo do poder executivo. Muitas vezes, sendo inclusive perseguidos. A prefeitura precisa valorizar e apoiar financeiramente essas alternativas que buscam quebrar a lógica do pensamento único, dar voz à comunidade e visibilidade à cultura popular local. Sem, contudo, intervir na autonomia editorial, que deve ficar a cargo dos conselhos comunitários de cada um dos veículos.

Além disso, é importante que o município invista em cursos de formação voltados para esses meios, sejam rádios, TVs comunitárias ou jornais. Esses locais não devem ser pensados como simples cursos de formação técnica; devem abranger a orientação social, histórica e política que os potencializem como promotores de socialização, identidade e cidadania.

7) **EMPRESAS PÚBLICAS DE PRODUÇÃO CULTURAL** – O poder público precisa atuar no sentido de estimular efetivamente a produção cultural. Para isso, empresas públicas que dêem conta dessa tarefa são fundamentais. Investir e garantir um orçamento decente para a Niterói Discos, Niterói Livros e Niterói Filmes é o primeiro passo. A criação de uma produtora e distribuidora de audiovisual, que não estejam circunscritos à lógica da propriedade intelectual, também se faz necessária. Essas empresas precisam garantir espaço e condições para que a população e os artistas independentes da cidade tenham possibilidade de produzir alternativas reais de contracultura e comunicação popular, garantindo assim um contraponto à indústria cultural e ao oligopólio midiático.

8) **CRIAÇÃO DA CIDADE DIGITAL** – As novas tecnologias vêm ampliando a possibilidade de socialização de meios e informações a pontos até pouco tempo atrás inimagináveis. Este é o caso das cidades digitais que, segundo um projeto criado na Universidade de Campinas (Unicamp), podem ser implementados a um custo de R\$ 5/habitante em uma cidade de 40 mil pessoas. A cidade digital trata-se, na verdade, de um sistema intranet espalhado por todo o município por meio de tecnologia Wi-Fi e WiMAX. Assim, toda a cidade passa a fazer ligações locais gratuitas por meio da tecnologia VoIP. Além disso, as cidades virtuais promovem formas avançadas de governo eletrônico por meio de portais virtuais da cidade, além de criar canais alternativos a veículos, rádios e TVs comunitários. As limitações quanto ao acesso à internet são políticas, pois envolvem as empresas de telecomunicação, que costumam cobrar muito caro para ligar as cidades digitais à rede mundial de computadores – tratando-se, portanto, de problema a ser tratado em âmbito federal. Ultrapassada esta barreira, as cidades digitais significam acesso universal à internet.

9) **PLANEJAMENTO MUNICIPAL ESTRATÉGICO NA CULTURA** - A valorização e a promoção de espaços e atividades culturais da cidade passam por um mapeamento detalhado e por uma avaliação de seu papel social. Tal mapeamento servirá de subsídio para a garantia de uma distribuição mais equilibrada das ações culturais pelas diferentes regiões do município

10) **DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL** – Todos aqueles espaços que compõem o mobiliário artístico-cultural da cidade e que são revestidos, ao longo do tempo, de valor histórico para os cidadãos precisam ser preservados. A ânsia avassaladora da especulação imobiliária não pode se sobrepor ao interesse público. Defender os espaços de reconhecido valor histórico é premente. Mas não basta reconhecê-los, é necessário criar uma estrutura de valorização e manutenção por parte do poder público dos patrimônios tombados. Com efeito, todas as possibilidades devem ser levadas em conta com o intuito de preservar espaços e atividades culturais relevantes. A prefeitura deve, sempre que cabível, considerar a possibilidade de municipalização desses locais, o que pode acontecer por meio da articulação de parcerias com empresas públicas e outras instâncias governamentais. Um caso que merece destaque é o do Cine Icaraí.

11) **É PRECISO SALVAR O CINE ICARAÍ** - Construído na década de 30, um dos últimos prédios em nossa cidade com traços da influência Art Déco e símbolo de um tempo em que a população se encontrava no cinema como importante espaço de socialização, esse patrimônio cultural ficou por muito tempo largado nas mãos da iniciativa privada que, mesmo antes de ter seu “destombamento” aprovado na Câmara Municipal, já havia fechado o espaço.

O poder público precisa tombar novamente o cinema, com o intuito de, a partir daí, assumi-lo e ter políticas de revitalização, oxigenação, valorização e ocupação desse ícone cultural de Icaraí e de Niterói. Vale a pena recuperar a proposta, já aprovada pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, de ampliar o número de salas sem comprometer as características arquitetônicas essenciais – o que facilita sua viabilidade econômica. A adoção destas medidas, junto à implementação de parcerias com entes públicos, pode elevar o Cine Icaraí ao status de centro cultural e torná-lo referência equivalente ao Odeon no Rio de Janeiro.

12) PREÇOS POPULARES e ATIVIDADES CULTURAIS GRATUITAS – Para democratizar a cultura, é necessário que o poder público garanta o acesso da grande maioria da população. É sabido que a maioria das pessoas não tem como destinar parte de sua renda para este fim. Portanto, para garantir o direito constitucional ao lazer, é necessário que o equipamento cultural público se comprometa a manter preços populares e, sempre que possível, a gratuidade. Além disso, deve-se atuar no sentido de pressionar os estabelecimentos comerciais a manter preços mais acessíveis.

13) OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS – Niterói tem diversas praças, assim como praias, pistas de skate e outros espaços onde pouca coisa acontece. Historicamente, a praça pública tem um papel importantíssimo de socialização e de difusão de idéias. Quantos autores da literatura e do teatro se apresentaram para o povo nestes locais? Quantas revoluções e quantas idéias foram lançadas em praças? No entanto, nas grandes cidades, estes espaços são culturalmente subutilizados, sem programação cultural fixa e gratuita. Esta ação deveria ser prioridade dos governos por abrir um canal de socialização do povo, de integração comunitária, de lazer popular e de divulgação para o artista, o que ajuda muito no processo de formação de público. Neste sentido, o projeto Cultura para Todos, juntamente com a Agenda Cultural, significou um passo importante para a cidade. Nosso compromisso é com a consolidação e ampliação desses projetos, sempre que estejam aliadas a outras propostas importantes, como as listadas nesse programa. A Secretaria de Cultura deve garantir que será muito mais que um setor de promoção de eventos.

14) CONCURSOS PÚBLICOS e DIMINIÇÃO DOS CARGOS COMISSIONADOS – Um dos maiores problemas na administração pública é a ausência de concursos públicos e a grande quantidade de cargos comissionados indicados por critério politiquieiro. Quem convive com órgãos públicos está acostumado a ver pessoas com pouca ou nenhuma qualificação técnica administrando secretarias, museus e espaços culturais. Esta lacuna deveria ser preenchida, sobretudo, por gestores culturais e/ou artistas com formação e noções de administração gerencial. Neste sentido, é urgente a realização de concursos públicos, a elaboração de planos de carreira bem-definidos e a redução drástica da quantidade de cargos comissionados.

15) BANCO DE PROJETOS e LINHAS DE FINANCIAMENTO – Deve-se criar um Banco de Projetos e de Fornecedores, numa parceria entre Secretaria de Cultura, Secretaria de Fazenda, Sebrae, Caixa Econômica, Banco do Brasil e BNDES, entre outros, com dois objetivos: trazer a público os projetos que precisam de patrocínio com total transparência e criar linhas de financiamento para o empreendedor cultural com taxas de juros baixas e parcelamento em longo prazo. Assim, caberia à Secretaria de Cultura dar consultoria técnica de produção, divulgação, distribuição, e todos os itens da cadeia produtiva. Um evento que começa pequeno pode se transformar em algo muito maior, gerando empregos e aumentando a arrecadação de tributos municipais.

16) TRANSVERSALIDADE DA COMUNICAÇÃO – É importante frisar o caráter constituinte da comunicação na construção tanto do sujeito quanto da sociedade, não esquecendo que ela é também um poderoso instrumento que pode ser pensado para fins bastante objetivos dentro de todas as instâncias públicas. Por isso, é essencial que a Secretaria de Cultura esteja constantemente buscando complementar as ações de trabalhos de outras secretarias e instâncias. O que ela pode fazer pela comunicação em hospitais e colégios públicos? Como ela pode contribuir com campanhas que alertam a população sobre problemas de saúde e epidemias? As escolas públicas devem contar com rádios comunitárias e estúdios de produção de audiovisual, para que elas possam se apoderar das novas tecnologias e, ao mesmo tempo, passem a tratar a comunicação de forma crítica. Esse é um desafio constante da secretaria, que

deve perceber que, além de alcançar objetivos, a comunicação constrói e concretiza a socialização em seu próprio processo de confecção.

17) **FIM DA RESTRIÇÃO AO PASSE LIVRE PARA ESTUDANTES** – A implantação do RioCard pela Fetranspor acabou por limitar o direito ao passe livre do estudante. Essa conquista deve ser recuperada o mais rápido possível, a fim de que os alunos da rede pública de ensino possam ter acesso irrestrito ao aparato cultural da cidade.

18) **TURISMO CULTURAL** – Numa parceria entre a Secretaria de Cultura e Secretaria de Turismo, o município deveria criar uma Agenda Cultural de Turismo, incluindo como pontos turísticos não só os museus, centros culturais e monumentos como também os programas típicos da cidade, festas e eventos de grande expressão. É preciso criar e fomentar grandes eventos a fim de movimentar a cidade o ano todo.

19) **FESTIVAIS, MOSTRAS e CONCURSOS CULTURAIS PARA ESTUDANTES** – Deveríamos promover mais espaços de troca e incentivo à produção de cultura nas escolas, utilizando a maior variedade possível de atividades (desenhos, redações, slogans, esquetes de teatro, revistas em quadrinhos, jornais, programas de TV e rádio, decoração etc). Essa proposta passa pela integração da Secretaria de Cultura e a de Educação.

20) **MAIOR INTEGRAÇÃO COM AS UNIVERSIDADES** – Os milhares de estudantes que freqüentam esta região não vão a exposições, shows ou peças de teatro por falta de opções, sobretudo, gratuitas. É necessário buscar a aproximação das entidades culturais do município com os diretórios acadêmicos e DCEs para a criação de uma Agenda Cultural Acadêmica. A integração com os grêmios estudantis do ensino básico ampliaria ainda mais o potencial da atividade. Sem falar da parceria com a Faculdade de Cinema da UFF, referência nacional na área. O poder público local e os grupos culturais de Niterói poderiam ter como resultado uma série de produções de qualidade, como projetos de filmagem e edição de vídeos para as bandas da cidade.

21) **CULTURA DA ACESSIBILIDADE** – Aqui a acessibilidade apresenta duas conotações. Os espaços culturais precisam ser democratizados para o acesso de todas as classes sociais, além de garantir que todas as pessoas, mesmo as com deficiência e mobilidade reduzida, possam adentrá-los. A cultura não pode ser restritiva e discriminatória. Para isso, o poder público precisa atuar para garantir os direitos universais do cidadão.

22) **PROPAGANDA INSTITUCIONAL e SOCIALIZAÇÃO DE VERBAS PUBLICITÁRIAS** – Embora pareça bastante óbvio que a propaganda institucional de todas as esferas públicas não deve se dedicar à doutrinação e à apologia de governos e administrações específicos, não é isso que tradicionalmente acontece em todas as esferas do poder público. A propaganda institucional pública deve se dedicar unicamente a campanhas que esclareçam a população, aumentem a influência desta sobre a gestão municipal e sirvam como instrumento de transparência. Além disso, as verbas publicitárias em todas as instâncias governamentais devem ser pensadas como instrumento de fomento à comunicação e devem obedecer a regras que vão além da lógica mercadológica da tiragem ou audiência. Verbas públicas de publicidade, distribuídas por meio de legislação clara e socialmente engajada, podem ser um poderoso instrumento de democratização da comunicação.

23) **FEIRAS DE LIVROS PERIÓDICAS** – Faz sentido que políticas públicas enfrentem diretamente as razões e efeitos que movem e mantêm o sistema capitalista e sua estrutura de desigualdade social. Assim, é importante pensar que a sociedade atual promove a individualização e isolamento; o egoísmo e a cultura do acúmulo; a subordinação e a submissão a realidades arbitrarias que são impostas por um sistema doutrinário. Portanto, o incentivo à leitura e a toda atividade que estimule a criação de sujeitos críticos e politicamente engajados deve ser visto com zelo.

24) **OFICINAS DE MÚSICA GRATUITAS** – Oficinas gratuitas abertas à comunidade podem ser mais um espaço de produção, fruição, engajamento e socialização.

25) **MEIO INGRESSO PARA MENORES DE 24 ANOS** – O pouco caso em relação à cultura em âmbito nacional tem deslegitimado ações de incentivo à produção e ao consumo de bens culturais. Este é o caso claro do meio ingresso, destinado, principalmente, aos estudantes por meio da apresentação da carteira estudantil. A dificuldade de fiscalização e a incapacidade da mídia de priorizar debates mais importantes transformaram a carterinha numa fonte de escândalos que envolvem falsificação e, no fim, acabam por distorcer negativamente os preços de produtos culturais. Além disso, a lógica do meio ingresso apenas para os que possuem carteiras de estudante penaliza, principalmente, os jovens que, pelas dificuldades impostas pela desigualdade social, não podem dar seqüência a seus estudos - ou que, muitas vezes, não encontram vagas suficientes nos cursos técnicos ou universidades públicas do país. É por esse motivo que defendemos que todo jovem menor de 24 anos deveria ter direito ao meio ingresso.

Orçamento e Gestão



No município, com as novas tecnologias de telecomunicação e informática, é plenamente viável o exercício direto da manifestação popular. Para isso, serão incorporados, no cotidiano da vida na cidade, mecanismos de

participação direta tais como as audiências públicas (com caráter deliberativo), os plebiscitos e os referendos. Toda a execução orçamentária será publicizada pela internet.

As Administrações Regionais serão substituídas pelos “governos locais”, estruturados enquanto sub-prefeituras regionais, que contarão com estrutura humana, física e material: auditório e terminais conectados a internet. Estes “governos locais” contarão com servidores concursados que darão suporte à prestação de serviços tais como a emissão de documentos, o protocolo de requerimentos e o encaminhamento de demandas da população aos órgãos municipais competentes, bem como a busca de soluções para problemas locais que poderão ser resolvidos pelo próprio governo local.

ORÇAMENTO, GESTÃO PÚBLICA DEMOCRÁTICA & CONTROLE SOCIAL

Crítica político-administrativa da elaboração e execução orçamentária

O orçamento geral estimado para o ano em curso é de R\$ 755 milhões. Na prática, fechará o ano entre 830 e 850 milhões. Daquele valor estimado, uma parte significativa refere-se ao Orçamento da Seguridade Social (Saúde, Assistência e Seguridade Social) que monta a cerca de R\$ 290 milhões. A outra parte refere-se ao Orçamento Fiscal, da ordem de 465 milhões. Deste orçamento geral, apenas 69,5 milhões (9,2%) cobririam as necessidades de investimentos para todas as demandas da cidade. Da análise dos orçamentos efetivamente executados dos exercícios anteriores, verifica-se que, apesar de relativamente pequenos em termos relativos e absolutos, não se constata na cidade obras que justifiquem o consumo de tais recursos.

Para onde vão os recursos para os investimentos e as demais destinações? Se analisarmos duas áreas fundamentais, da saúde e educação, verificamos que entre gastos com pessoal (120,8 milhões) e despesas correntes (140,5 milhões) tais setores consomem 34,62% do orçamento geral. Os demais setores governamentais consomem com pessoal e despesas correntes 48,18%, equivalentes 363,7 milhões, mais de 5 vezes os recursos destinados a investimento. A auditoria para análise destes gastos, especialmente nas Secretarias Executiva, de Governo, de Administração, Administrações Regionais, na NELTUR, NITER, CLIN e EMUSA, levada a cabo por uma Controladoria Geral institucionalmente fortalecida, é que permitirá cortar em cerca de 40% os gastos clientelistas do governo, em nome da chamada “governabilidade” e a exagerada terceirização de serviços, que acobertam a farta ocupação de cargos comissionados, há décadas criados, que impedem a valorização profissional e salarial do funcionalismo de carreira, através da criação e revisão dos Planos de Carreira, Cargos e Salários, que acumulou 11 anos de perdas salariais nos governos do PDT. A diminuição radical de tais cargos comissionados e dos serviços terceirizados, incluindo os de cooperativas, salvará mais recursos para saúde, educação e, principalmente, investimentos estruturais, bem como para o atendimento de demandas populares prometidas, mas represadas ao longo dos últimos anos.

Democracia participativa direta na gestão pública e controle social

No município, com as novas tecnologias de telecomunicação e informática, é plenamente viável o exercício direto da manifestação popular. Para isso, serão incorporados, no cotidiano da vida na cidade, mecanismos de participação direta tais como as audiências públicas (com caráter deliberativo), os plebiscitos e os referendos. Toda a execução orçamentária será publicizada pela internet.

As Administrações Regionais serão substituídas pelos “governos locais”, estruturados enquanto sub-prefeituras regionais, que contarão com estrutura humana, física e material: auditório e terminais conectados a internet. Estes “governos locais” contarão com servidores concursados que darão suporte à prestação de serviços tais como a emissão de documentos, o protocolo de requerimentos e o encaminhamento de demandas da população aos órgãos municipais competentes, bem como a busca de soluções para problemas locais que poderão ser resolvidos pelo próprio governo local.

Os sub-prefeitos regionais serão eleitos diretamente pelos moradores do(s) bairro(s) que compõe(m) a região, juntamente com os conselheiros regionais que comporão o Conselho Regional Popular. O sub-prefeito regional terá o mandato de 2 anos, revogável a qualquer tempo por iniciativa de 3/5 dos conselheiros, após ratificação por plenária convocada exclusivamente para este fim. O Conselho Regional Popular e do sub-prefeito regional, que presidirá o Conselho, serão agentes importantes na discussão e elaboração do orçamento

participativo, sendo uma de suas funções o acompanhamento permanente do processo de execução orçamentária física no(s) bairro(s) da região. Essa vinculação garantirá a existência de um orçamento participativo de verdade com permanente controle da população sobre os delegados, conselheiros, sub-prefeitos regionais e, como de resto, do governo municipal.

Lei de Responsabilidade Fiscal

A Lei de Responsabilidade Fiscal aprovada no Governo Fernando Henrique Cardoso é um marco importante na consolidação da plataforma neoliberal no Brasil. Em nome do combate ao endividamento irresponsável de muitas prefeituras por todo Brasil, – que comprometiam os orçamentos das futuras gestões com empréstimos, sem limites, em investimentos em seus governos – FHC determinou que a prioridade dos gastos orçamentários das prefeituras deveriam ser orientados para o pagamento das dívidas com os banqueiros. Isso significou que o pagamento das dívidas com os banqueiros foram priorizados em detrimento dos investimentos sociais e da valorização do funcionalismo público. É necessário um amplo processo de mobilização nacional para combater a Lei de Responsabilidade Fiscal e substituí-la por uma verdadeira Lei de Responsabilidade Social.

Em Niterói, nenhum investimento na área social ou na valorização do funcionalismo público municipal deixará de ser realizado por um governo do PSOL em nome dessa Lei. Iremos implementar uma verdadeira inversão de prioridades no que diz respeito aos investimentos orçamentários.